



## NA UNIDADE OS TRABALHADORES AVANÇAM!

**A manifestação unitária convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa foi uma grandiosa e decisiva resposta às manobras reaccionárias e à aliança das forças da direita**

(páginas centrais)

(reportagem fotográfica no suplemento incluído neste número)

- **Passa à frente, camarada angolano!** — Crónica do enviado especial do «Avante!» às cerimónias de independência de Angola — Pág. 12
- **Planos e sonhos da reacção** — Pág. 2
- **E a «Barricada», senhor ministro?** — Pág. 2
- **Terá o PS aprendido a lição?** — Pág. 3
- **Congresso do PC da Grã-Bretanha** — Pág. 4
- **«A Luta» continua...** — Pág. 4
- **Encontro Popular Unitário em Santarém** — Pág. 5
- **Cooperativa de Cortiços: um exemplo** — Pág. 8
- **A escalada reaccionária no Norte** — Pág. 8

### A LUTA VITORIOSA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(pág. 9)



O CAMARADA  
ÁLVARO  
CUNHAL  
VISITA  
PAÍSES  
SOCIALISTAS

Editorial

### A FORÇA POPULAR O SEPARATISMO E O GOLPISMO

Decididamente, a Revolução portuguesa tomou-se um manual de experiências para os aprendizes de História. A originalidade das suas formas, saída de condições rigorosamente objectivas e da actividade criadora das forças revolucionárias, tem correspondido o subjectivismo, a pobreza imaginativa e a demagogia mais despidorada dos defensores e ideólogos da burguesia e da contra-revolução.

Como todos estão lembrados, a máquina de 11 de Março fora posta em movimento sob a «invenção» mirabolante de um plano de «Matança da Páscoa», isto é, os «carrascos comunistas» sedentos do sangue de pacíficos generais e «patriotas» como Spínola, pegariam em mil e quinhentos deles e fariam uma chacina memorável...

(Continua na pág. 2)



## MANIFESTAÇÃO EM BEJA

(pág. 5)

(reportagem fotográfica no suplemento neste número)

(pág. 4)

## Editorial

## A FORÇA POPULAR, O SEPARATISMO E O GOLPISMO

(Continuação da pág. 1)

Conhece-se, hoje, a falta de imaginação dos contra-revolucionários fascistas. Trata-se, pura e simplesmente, de uma cópia do famoso «Plano Zeta» que levou ao poder o carrasco do povo chileno, Pinochet. Nem faltou mesmo o «condimento» das manobras navais da NATO, «Porta Fechada», nas águas territoriais e sobre território português, a lembrar a célebre operação «Unitas», da US Navy, nas costas do Chile, como anteparo do golpe fascista que mergulhou o povo chileno na opressão e no terror.

O «Plano Zeta» possibilitou o banho de sangue de Pinochet no Chile — a chamada «Matação da Páscoa» deveria possibilitar a ditadura sangrenta de Spínola, em Portugal.

Oito meses decorridos, a imaginativa dos reaccionários e fascistas portugueses acendeu-se de novo e, desta vez, também sem muita originalidade. A «espoleta» do golpe militar que deveria eclodir, segundo a denúncia da Comissão de Vigilância Revolucionária das Forças Armadas chamarseia, desta feita, «Comuna de Lisboa».

A «Comuna de Lisboa» — a «Comuna de Paris»... Porque não? Na chilenização de Portugal uma coisa dessas poderia transformar-se numa operação altamente lucrativa, decisória para os interesses ameaçados da burguesia.

Num processo vasto de recuperação de posições, pela grande burguesia monopolista e latifundiária, em vias de perder os seus privilégios, um plano foi posto em prática, conducente a anular as conquistas da Revolução e restabelecer de novo a estrutura de classes da sociedade portuguesa antes do 25 de Abril e do 11 de Março.

Uma criteriosa operação de saneamento à esquerda no aparelho de Estado, que a nível de governo, quer nas forças armadas e no alto funcionalismo, foi levada a cabo ainda antes e, principalmente, depois da formação do VI Governo Provisório. Verdadeiros planos estratégicos, sob a forma inocente de «manobras militares», foram gizados para aniquilar pela força das armas, se necessário, as grandes conquistas da Revolução. A repressão tomou o lugar do diálogo e da negociação.

Sabe-se que estes planos não puderam vingar até hoje por terem encontrado pela frente a resistência tenaz das massas populares e dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários das forças armadas.

As duas componentes motoras da Revolução portuguesa subsistem e fortalecem-se apesar dos ataques da reacção para os sapear nos seus fundamentos. A aliança Povo-MFA, sob o fogo dos inimigos da Revolução, ganhou um novo conteúdo, despiu-se das formas decrépitas que lhe ensombrevam o vigor juvenil e fecundo e ganhou outras que lhe garantem a continuidade das suas características revolucionárias mais genuínas.

Quando os profetas da desgraça, ideólogos da reacção se interrogam sobre os motivos da falência dos seus prognósticos e da política de chilenização de Portugal, empreendida até hoje pelos círculos mais reaccionários do capital financeiro e do imperialismo e pelos seus lacaios Intra-muros, é aí, nessa resistência tenaz do nosso povo, que está a resposta mais desassombrosa a essas interrogações.

É na luta cada vez mais ampla e vigorosa das classes trabalhadoras da cidade e do campo; é na criação de uma densa rede de organismos populares unitários do tipo mais variado e na sua estruturação local e regional; é na formação de um amplo movimento de massas nos quartéis e na sua inserção na luta e no movimento populares que tem residido, até agora, a causa principal da falência dos esforços da reacção para recuperar o processo político.

O desenvolvimento da crise político-militar e o comportamento das diversas forças políticas portuguesas nestes últimos dias confirmam largamente a verdade do que fica dito.

O VI Governo Provisório tem-se mostrado claramente incapaz de dar uma resposta para os graves problemas que afectam os trabalhadores e o País.

A política de recuperação à direita tornou-se uma obsessão governativa quer da maioria dos ministros quer de certos elementos da hierarquia militar. Logicamente, uma tal política deveria suscitar o descontentamento e a oposição aberta dos trabalhadores e de outras camadas do povo.

Nas pastas do Trabalho, das Finanças, da Agricultura, da Comunicação Social, do Comércio é impossível não discernir esta linha de orientação.

Nunca uma política tão cuidadosamente elaborada em benefício das classes exploradoras se verificou nos anteriores governos após o 25 de Abril.

A presença de um comunista na pasta do Equipamento Social não podia nem pode anular, mas apenas obstaculizar, esta política tendencialmente de direita.

É neste quadro que é preciso compreender as razões e o significado das grandes lutas dos metalúrgicos e dos operários da construção civil — é sob o ângulo deste embate de classe que é igualmente preciso compreender as manifestações de apoio ao VI Governo no Porto, Faro e Lisboa e no domingo último em Viseu, organizadas pelo PS, o PPD com a participação do CDS, PPM e certos grupelhos «m-l».

É neste pano de fundo, adensado pelo problema da descolonização de Angola e pela proximidade da transferência de poderes para o povo angolano, que é preciso colocar igualmente a grandiosa manifestação popular de domingo «contra o terrorismo, contra a reacção e o fascismo, contra a aliança da direita» e os acontecimentos imediatamente anteriores e posteriores.

A greve dos operários da construção civil saldou-se por uma grande vitória dos trabalhadores. Os ministros de direita no VI Governo Provisório preocupam-se mais em atacar os seus aspectos excessivos, como a retenção do Primeiro-Ministro e dos deputados no Palácio de S. Bento, do que em analisar as suas próprias responsabilidades no ocorrido e tirar, dessa grandiosa luta, conclusões acertadas.

Os dirigentes do PS, do PPD e do CDS deram-se pressa em retirar dos acontecimentos aporções aos seus planos de recuperação à direita.

Milhares de trabalhadores socialistas encontravam-se entre os grevistas da construção civil, mas isso não preocupou muito os dirigentes socialistas. Exacerbou-se intencionalmente a obstrução das saídas de S. Bento. Os deputados teriam podido sair do Palácio se tivessem minimamente atendido às condições dos trabalhadores.

Não interessa aqui determo-nos nos aspectos mais ou menos picarescos do estágio nocturno em S. Bento de muitos dos senhores deputados. Politicamente, o que interessa ressaltar é que os deputados do PS, do PPD e do CDS, entre os quais se contavam alguns dos seus principais dirigentes, decidiram constituir-se «prisioneiros» dos grevistas da construção civil e declararam unilateralmente infuncionável a Assembleia Constituinte.

Com a sua apreciação alarmista e irrazoável da manifestação de domingo, na qual participaram igualmente milhares de trabalhadores socialistas — o menos que os dirigentes do PS disseram é que haveria o risco de massacres nessa manifestação «insurreccional» — as conclusões quanto à impossibilidade de funcionamento da Assembleia e do Governo foram pedras para a construção de uma teoria «constitucional» que levaria o PPD, o CDS e o PS a transferirem para o Norte as sedes do Executivo e do Legislativo, «justificada» pela «insurreição» — a «insurreccional», no dizer do sr. brigadeiro Pires Veloso — que instauraria na capital do País a «Comuna de Lisboa». Está aqui, evidentemente, o fundamento político dos planos militares trazidos a público pela Comissão de Vigilância Revolucionária das Forças Armadas. É difícil não ligar um plano ao outro. A verdade, ainda difusa, conhecer-se-á um dia em toda a sua cruza.

A «Comuna de Lisboa», produto de algumas cabeças quentes, justificaria uma «retirada» para uma linha ao norte do Tejo e o posterior avanço sobre a insurrecta Lisboa e os insurrectos camponeses que, na região do latifúndio, à custa de enormes sacrifícios, vão fazendo a Reforma Agrária.

Com Spínola e os mercenários do ELP e do MDLP a pior reacção fascista faria no seu «Versalhes» a reedição dos massacres dos «comunardos» de Paris... e, como em Paris, a causa do povo teria os seus vendidos e traidores.

As tentativas de afastar do comando do COPCON o general Otelo Saraiva de Carvalho e de remodelar num sentido não claro o dispositivo militar não são independentes dos acontecimentos da última semana, antes pelo contrário. A crise político-militar agravou-se mais ainda e coloca com cada vez maior preminência a necessidade de uma solução global. A necessidade de uma plataforma entre as tendências divergentes do MFA, a sua revitalização revolucionária, a resolução do problema do governo, afastando dele os elementos reaccionários, que impedem toda a política progressiva, buscando na repressão sufocar as aspirações das massas populares à democracia e ao socialismo, que sabotam por todos os meios o reconhecimento imediato do Governo da República Popular de Angola, são medidas essenciais para vencer a crise.

A solução da crise passa por uma firme política «contra o terrorismo, contra a reacção e o fascismo, contra a aliança da direita» como se exprimiam no domingo as centenas de milhares de manifestantes concentrados no «Terreiro do Povo».

A classe operária e os camponeses assalariados mostram mais uma vez a sua elevada consciência política e cívica. Aos que preconizam o separatismo entre Portugal e as suas Ilhas Adjacentes e entre o Norte e Sul do País, os trabalhadores e os militares revolucionários estão dando a resposta e o exemplo.

Mais do que nunca, nas horas que estamos a viver, a vigilância e a determinação das massas populares, em que devem incluir-se os trabalhadores fardados, são essenciais para a defesa da revolução.

Do Parque Eduardo VII ao Terreiro do Paço, no domingo, como nos dias 13 e 14, os operários da construção civil, como no mês passado na grande manifestação dos metalúrgicos, como na defesa da Reforma Agrária por milhares de camponeses foi a vontade do povo que se manifestou. Os que continuam a enganar-se com os seus preconceitos «maioritários» — como o PS — farão bem em rever a sua «matemática» e escutar melhor a vontade dessa imensa «minoría» que tem força, e começa a acreditar nela, para remover montanhas e fazer triunfar a revolução.

## A MANOBRA CONTRA A ANOP

O ministro da Comunicação Social considera monolítica e tendenciosa a informação da ANOP. Alegando esses e outros motivos, saneou os administradores da ANOP. Os trabalhadores da Agência rejeitaram a medida e desmascararam a manobra

O senhor ministro da Comunicação Social conseguiu uma coisa que parecia muito difícil: tornou-se no VI Governo um ministro tão contestado pelos trabalhadores quanto o do Trabalho. Durante as últimas semanas assumira posições que lhe valeram críticas não apenas dos trabalhadores do sector da Informação como da esmagadora maioria dos trabalhadores do seu próprio Ministério. Críticas justas, assinala-se. O dr. Almeida Santos não só deu total cobertura ao secretário de Estado da Comunicação Social, coronel Ferreira da Cunha, personalidade contra a qual foram formuladas acusações da maior gravidade, como solicitou e apoiou as medidas repressivas da polícia contra os trabalhadores do Ministério.

Simultaneamente desencadeou uma verdadeira ofensiva contra os órgãos da Imprensa nacionalizada que defendem a Revolução e contam com o apoio das massas trabalhadoras. O dr. Almeida Santos envolveu-se em polémicas com alguns desses jornais, acumulando contra eles críticas sem fundamento e, em poucos dias, estabeleceu um recorde difícil de superar: mandou instaurar dezenas de processos aos directores de vários diários estatizados e a jornalistas conhecidos pelas suas posições claramente antifascistas e revolucionárias. Em três semanas o acti-

o ministro da Comunicação Social processou mais jornalistas por supostas violações da Lei de Imprensa do que o total de jornalistas processados pelo mesmo motivo desde o início do ano em todo o Continente europeu...

Tudo isso lhe pareceu insuficiente. Na sua escalada para desmantelar o sector da Informação que conta com a confiança dos trabalhadores, o sr. ministro da Comunicação Social resolveu demitir os membros do conselho de administração da ANOP. O despacho que então foi divulgado e a nota em que o Ministério (isto é o dr. Almeida Santos) se esforça por responder às críticas provocadas pela sua deplorable atitude, constituem dois documentos confirmadores do espírito francamente reaccionário que domina hoje entre os elementos do VI Governo responsáveis pela Comunicação Social.

Os argumentos apresentados para justificar as medidas rejeitadas pela Comissão de Trabalhadores da ANOP — que acaba de reiterar a sua plena confiança nos administradores «saneados» pelo Ministério — são inaceitáveis do ponto de vista jurídico, financeiro, ético e político. Em contrapartida, a longa resposta à nota do Ministério, assinada pelos visados José Garibaldi Barros Queirós e Alberto Vilaverde Cabral, assim como o último comunicado da Comissão

de Trabalhadores contribuem para desmascarar uma manobra inseparável de outras, muito parecidas, às quais nestes dias apareceram ligados os nomes de outros membros do VI Governo e particularmente do ministro e do secretário de Estado do Trabalho.

«Efectivamente — salienta-se na resposta dos administradores da ANOP — todo o arrazoado de motivos apresentado para o nosso saneamento esconde apenas a vontade de calar mais uma vez quem em Portugal e para Portugal transmite uma informação «democrática» e «indispensável à consolidação do processo revolucionário», conforme é exigência dos estatutos da ANOP. E aos trabalhadores portugueses, empenhados na consolidação do nosso processo revolucionário e não ao ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório que cabe definir se a nossa informação serve ou não a Revolução portuguesa.»

Os trabalhadores da ANOP contam com a solidariedade dos seus camaradas dos principais órgãos nacionalizados da imprensa diária e das forças progressistas. O ministro da Comunicação Social está a receber elogios dos órgãos da imprensa privada, isto é, da imprensa reaccionária e dos partidos da burguesia. Esse contraste é muito esclarecedor. O dr. Almeida Santos não tem feito críticas à

«Luta», ao «Expresso», ao «Jornal Novo», ao «Tempo». Tudo indica que é um admirador do tipo de jornalismo independente produzido por esses órgãos contra-revolucionários. Não nos consta também que tenha criticado o «Comércio do Porto» ou lhe tenha mandado instaurar um processo por publicar uma entrevista com Alpoim Calvão, na qual este fascista identifica a «democracia pluralista e livre» com a «civilização ocidental» e chama às sociedades socialistas «sociedades de miséria e fome».

Para o senhor ministro é naturalíssimo e democrático que «O Comércio do Porto» divulgue os planos e as ameaças de Alpoim Calvão. Como é também natural que o «Templário» faça a apologia do fascismo e o «Tempo» analise heróis fascistas e colonialistas. Como é igualmente natural que a Emissora Nacional transmita uma entrevista amistosa com o pido Norberto Castro. Nada disso surpreende o senhor ministro.

Amanhã, por esse caminho, dentro do seu critério de «rigor e objectividade» e de «independência», a Emissora poderá, ante o silêncio do Ministério, entrevistar Caetano, e a Televisão pedir as opiniões de Spínola em Copacabana.

Para o senhor ministro a ANOP, sim, é tendenciosa. E os trabalhadores que nela servem a Revolução e aqueles que os apoiam,

## E A «BARRICADA», SR. MINISTRO?

Apareceu um novo jornal fascista: a «Barricada». O Governo, desejoso de reduzir o número de jornais, não tomou conhecimento dessa folha provocatória. Os grandes diários nacionalizados recebem críticas do Governo; a «Barricada» não incomoda...

A reacção tem mais um jornal: «Barricada». É um jornal fascista, muito semelhante a outros lançados nas semanas que precederam a intenção do 28 de Setembro. O director é um tal Silva Nobre, elemento saneado pelos trabalhadores de «Actualidades», semanário que também dirigiu.

A «Barricada» é um novo «Bandarra», talvez ainda mais agressivo, mais abertamente fascista. Os energúmenos que o escrevem exigem a prisão e o julgamento público de soldados da Revolução

como Rosa Coutinho, insultam o general Vasco Gonçalves e amontoam calúnias contra a classe operária e o nosso Partido. Em contrapartida, a «Barricada» publica um artigo em que o autor faz a defesa entusiástica do franquismo.

Segundo a «Barricada», a Espanha viveu com o fascismo «uma época áurea» e graças a uma política notável (em todos os campos) tornou-se um dos países mais avançados da Europa no campo cultural e económico. Esse cavalheiro, que assina Álvaro Borge, acrescenta que o «regime espanhol» transformou «a miséria espanhola de 39 na próspera Espanha de hoje» e não tem «na realidade, dentro das suas fronteiras outra oposição se não a de alguns idealistas».

Só por si, essas palavras definem a «Barricada», um jornal fascista que não usa telefone «por prudência compreensiva e por defesa dos leitores que se sentissem tentados a telefonar».

«Barricada» tem uma farta publicidade. Publica anúncios de várias empresas imperialistas. Mas percebe-se que a sua principal fonte de financiamento é constituída por fascistas ligados ao sector da construção civil. Tomamos nota. A

reportagem sobre a «falência da construção civil» e os anúncios de «A Confidente», «Cantial Limitada» e «Alves Ribeiro Lda» explicam tudo.

Até agora não houve reacção do Ministério da Comunicação Social ao aparecimento da «Barricada». O senhor ministro, sempre preocupado com o alto custo do papel, com o excesso de jornais e sobretudo com as consequências da utilização que os órgãos de Informação nacionalizados fazem da

liberdade de imprensa, nada disse ainda sobre a «Barricada».

É verdade que a «Barricada» não critica o senhor ministro da Comunicação Social, reservando as suas críticas e insultos para individualidades e forças revolucionárias. Mas a «Barricada» é um jornal colonialista e fascista.

Os Bandarras que circulavam no país foram fechados após o 28 de Setembro. A «Barricada» pode circular livremente. Porquê?

## FALECEU A CAMARADA CLARINDA ANTUNES

Faleceu no passado dia 10 de Novembro, no Hospital da CUF, a nossa camarada Clarinda Piedade Antunes, de 47 anos, operária da CUF e dedicada militante do nosso Partido.

Mais de dois mil trabalhadores assistiram ao seu funeral, no Barreiro, homenageando esta camarada cuja vida foi um exemplo de dedicação à causa dos trabalhadores, na luta pelo fim

da exploração do homem pelo homem.

Como disse uma nossa camarada no funeral da Clarinda Antunes, ainda que esta não possa assistir à vitória final das classes trabalhadoras, marcou bem a sua presença na sua luta e a vitória final é fruto, também, do seu trabalho dedicado de militante no nosso Partido, vanguarda da classe operária.

ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão



CAMPANHA DE FUNDOS  
LANÇAMENTO ESPECIAL DA EDITORIAL «AVANTE»  
EM 5 DE DEZEMBRO

ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão

25 reproduções em papel RA de 125 gramas  
Formato 50 × 35 cm de 25 desenhos a carvão ou lápis  
apresentados em pasta de cartolina

Preço previsto: 300\$00 — Pedidos de reserva e encomenda à  
Editorial «AVANTE!»  
Av. Santos Dumont, 57-2.º  
Lisboa 1

# PLANOS E SONHOS DA REACÇÃO

### Banqueiros e monopolistas conspiram em Paris contra a Revolução Portuguesa. Por trás deles está o dinheiro e a mão do imperialismo

Segundo as agências noticiosas do mundo capitalista, cerca de 200 «spinolistas» que se encontravam no Brasil trocaram os ares de Copacabana pelos de Espanha. Entre eles haveria numerosos ex-oficiais das Forças Armadas Portuguesas ligados ao ELP & MDLP que estariam agora instalados na Base norte-americana de Rota, com a concordância do Pentágono e o apoio da CIA.

Essas notícias coincidem com uma intensificação do trabalho conspirativo desenvolvido em Paris pelos mais destacados elementos do grupo de monopolistas e banqueiros que escolheu a capital francesa para centro das suas manobras contra-revolucionárias. Durante as duas visitas de Spínola a França, o ex-general manteve vários encontros com os representantes das várias tendências identificáveis entre os representantes dos monopólios e dos latifundiários. A grande maioria decidiu apoiar o MDLP — agora intimamente associado ao ELP — mas surgiram divergências. Manuel Vinhas, por exemplo, mostrou os perigos de uma estratégia orientada para o golpismo e para a guerra civil. Na sua opinião seria mais positivo estimular as tendências legalistas da reacção e prestar o máximo apoio financeiro ao PS e à sua política de alianças com a Europa capitalista, isto é, a uma política de capitulação face ao imperialismo.

Essa tese não prevaleceu. A maioria dos antigos donos dos monopólios deseja uma solução rápida e violenta. O mais activo de todos esses cavalheiros é, no momento, Manuel Boulhosa, o multimilionário que se gabava de possuir a maior fortuna pessoal do nosso País (Sonap, Sonarep, Banco Fonseca & Burnay, Refinaria Norte, Petrosul, fábricas de conservas, interesses em imobiliárias, grande accionista da Sacor, etc, etc). O sr. Boulhosa, como homem precavido, tirou do país, em tempo, muitas centenas de milhares de contos. Em Paris continua a ser o «homem forte» do Banco Franco Português d'Outremer que utiliza como instrumento de uma política de traição nacional. As suas actividades e ligações tornaram-se a tal ponto ostensivas que o semanário *Le Canard Enchaîné* já o apontou como um dos principais financiadores do ELP.

## O PAPEL DE BOULHOSA

Mas há outras actividades menos públicas do senhor Boulhosa e não menos inquietantes. Há indícios de que é ele no momento o homem de confiança das grandes empresas multinacionais americanas directamente interessadas em financiar e organizar a contra-revolução em Portugal. A ITT — que divide com a Gulf Oil o record mundial em matéria de organização de golpes de Estado no Terceiro Mundo e no focante a ligações com a CIA — teria, concretamente, escolhido o senhor Manuel Boulhosa como o principal intermediário da sua política em Portugal e o futuro executor dos planos

de chilenização cultural do País elaborados pelo imperialismo americano. A ITT tem no sector uma grande experiência. Nos últimos vinte anos, o imperialismo americano, recorrendo a testas de ferro adequadas, assumiu o controle indirecto de centenas de influentes órgãos de comunicação social em países latino-americanos. É um facto inegável que não apenas em países oprimidos por ditaduras militares, mas até em várias democracias burguesas da América Latina, a Televisão, as Rádios particulares e uma parte ponderável da imprensa funcionam como instrumento de divulgação da ideologia do capitalismo monopolista. Em países como o Brasil e o México torna-se praticamente impossível estabelecer a origem dos capitais, tão complexa e emaranhada é a rede dos intermediários que dirigem os canais particulares de TV, e certos órgãos de informação.

## PLANOS DA REACÇÃO

Boulhosa seria precisamente o testa de ferro ligado a um plano muito ambicioso, já estudado por um grupo de monopólios estrangeiros. Esse plano assenta, contudo, na hipótese inviável de uma vitória da reacção em Portugal. Os companheiros de Spínola continuam, com arrogante basófia, a proclamar que passarão o Natal em Portugal. Têm dinheiro e planos ambiciosos. Não se atrevem a dizer, como os generais fascistas chilenos faziam em 1973 (falando de Santiago), que transformarão Lisboa numa nova Djakarta. Mas em Paris comenta-se já o projecto de instalação em Portugal de canais particulares de televisão. Com capitais estrangeiros, claro. Embalada nos seus sonhos reacccionários, a escória humana constituída pelos antigos donos dos monopólios e bancos fala já também do lançamento de uma cadeia de grandes revistas modernas, no estilo das publicadas pelo Grupo Springer na República Federal da Alemanha, ou da cadeia Civitta (Brasil, México, Argentina) ou ainda do que a Time-Life faz no género em vários países. Esse e outros projectos teriam sido discutidos nos amplos salões do Sheraton parisiense durante a última visita de Spínola a França. A reacção não discute apenas o presente. Faz projectos para o futuro. A avaliar pelos elogios que a «Luta», o «Tempo», o «Expresso» e o «Jornal Novo» recebem dos fascistas emigrados pode-se prever o que seria o «pluralismo informativo» se Boulhosa & Cia, com o dinheiro da ITT e outras empresas multinacionais, tivessem a oportunidade de pôr em prática os seus planos.

Tais planos subestimam a força do movimento popular de massas, o espírito de luta da classe operária e dos soldados, sargentos e oficiais revolucionários.

A vitória que os trabalhadores da construção civil acabam de alcançar é uma antecipação do que espera os conspiradores fascistas do Rio, de Madrid e Paris. Como no 28 de Setembro, como no 11 de Março, a reacção será derrotada. Não passará!

# UM CONCEITO DE DISCIPLINA

### O 25 de Abril não ensinou nada ao comandante do Regimento de Comandos da Amadora no tocante a disciplina e relações entre oficiais e soldados. É uma das opiniões que exprime numa entrevista em que elogia calorosamente o AMI

Há oficiais em Portugal cujos nomes são ovacionados em todas as manifestações em que está presente a classe operária. Paralelamente, há oficiais cujos nomes são calorosamente aplaudidos nas concentrações promovidas pelos partidos da burguesia. Um dos últimos é o coronel Jaime Neves, comandante do Regimento de Comandos da Amadora.

Numa entrevista que acaba de conceder ao semanário «Tempo» o comandante do Regimento de Comandos da Amadora, depois de repetir como absurdo o conceito de disciplina revolucionária, apresenta o seu próprio conceito de disciplina.

Na sua opinião, o 25 de Abril em matéria de relações entre oficiais, sargentos e soldados nada de novo ensinou aos comandos que

eles já não souberam e praticassem. «A origem das tropas comandadas, foi, como toda a gente sabe — declarou — a guerra do Ultramar; para isso éramos preparados requintadamente, para enfrentarmos com melhor êxito possível as mais difíceis situações de combate que a guerra proporcionava.»

Mais adiante reconhece o coronel Jaime Neves que «o AMI tem suscitado muitas dúvidas na opinião pública». O senhor coronel não tem dúvidas. Apenas certezas. Os «militantes que integram o comando do AMI — afirmou — são oficiais que nos merecem toda a consideração e respeito, pois a maioria deles já há muito que nos proporcionaram testemunhar provas de capacidade de chefia e virtudes pessoais de carácter e lealdade para com a farda e os galões que envergam.»

A conclusão a que se chega, após a leitura da longa entrevista, é a de que o conceito do que sejam virtudes militares para o coronel Jaime Neves é inseparável do seu conceito de disciplina que o leva a recordar como coisas triviais o envolvimento em «situações extremistas de defesa e ataques que quase sempre implicavam morticínios».

Essa linguagem é estranha e inquietantemente parecida com a que o general Kaulza de Arriaga usou nas suas famosas lições de estratégia.

Ao lado da entrevista do coronel Jaime Neves são publicadas declarações — com nomes e fotografias — de sargentos, cabos e soldados sob o seu comando. Citamos apenas uma, por muito expressiva: «Nós já há muitos anos

que vivemos em regime democrático, nesta como em qualquer unidade de comandos. Neste aspecto, o 25 de Abril não veio ensinar nada aos comandos.»

Nesta entrevista de «O Tempo» fica claro quem ofende o Regimento de Comandos da Amadora: são os entrevistados e o próprio jornal que dele procuram dar uma ideia tão negativa.

Na Amadora, felizmente, há soldados, sargentos e oficiais revolucionários. Trabalhadores fardados que não consideram inútil o 25 de Abril, que acreditam na disciplina revolucionária e desconfiam das «virtudes pessoais» dos comandantes do AMI. Na Amadora há comandos para os quais o seu Regimento não significa para o presente e o futuro do nosso País o mesmo que representa para o seu comandante.

NA COLEÇÃO

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

SAIU O 1.º VOLUME DO

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

LISBOA Av. Santos Dumont, 57-C

PORTO Rua de Aviz, 26

Livraria 18 de Janeiro Marinha Grande

Livraria 1.º de Maio Baixa da Banheira

E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

Livrarias Avante!

no Porto - Rua de Aviz, 26 em Lisboa - Av. Santos Dumont, 57-C

«PEQUENA BIBLIOTECA LENINE»

Pedidos à Editorial «Avante!» Av. Santos Dumont, 57-2.º LISBOA

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO

CADERNOS DE «INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO»

Livros Publicados

21.01	O Socialismo e o Comunismo Científico	25\$00
21.02	As Vias de Passagem ao Socialismo	15\$00
21.03	O que é o Comunismo? Perguntas e Respostas 1.ª série	20\$00
21.04	A Democracia Popular, Uma Nova Forma de Estado Socialista	15\$00
21.05	Introdução ao Marxismo	20\$00
21.06	Lenine e os Camponeses	25\$00
21.07	Rudimentos do Materialismo Histórico	25\$00
21.08	Os Primeiros Passos do Poder Soviético	20\$00

A VENDA NAS LIVRARIAS E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

Pedidos à Editorial «AVANTE!» Lisboa - Av. Santos Dumont, 57-2.º Telef. 769751 Porto - R. Aviz, 26 Telef. 02-313399

# TERÁ O PS APRENDIDO A LIÇÃO?

### A manifestação reacccionária de Viseu foi um fracasso. O PS retirou à última hora o seu apoio à iniciativa. Mas o ministro do Trabalho pronunciou um discurso de recorte fascista

O PS e o PPD desentenderam-se em Viseu. Foi uma zanga feia, após uma semana em que as direcções dos dois partidos trabalharam na melhor das harmonias e os seus respectivos secretários gerais trocaram elogios. Esperemos que desta vez o PS, a massa dos seus aderentes tirem do episódio de Viseu as necessárias conclusões.

A direcção do partido da burguesia PPD e a direcção burguesa do PS ficaram alarmados com o anúncio da manifestação popular de domingo, em Lisboa. Face à corteza de que a classe operária iria realfirmar nas ruas a sua força e a sua vontade revolucionária, a direcção do PS e o PPD prepararam uma «resposta» o mais logo possível. Escolheram Viseu para cenário de mais uma manifestação de «apoio ao VI Governo». Fizaram a propaganda e informaram que o almirante Pinheiro de Azevedo compareceria para falar aos manifestantes e receber os seus aplausos.

Simultaneamente, os dois partidos da maioria Constituinte lançaram-se numa frenética campanha anti-comunista e de calúnias contra a iniciativa dos trabalhadores em Lisboa. Numa nota alarmista, o secretário geral do PS levou as provocações ao ponto de afirmar que a manifestação de Lisboa teria «um carácter marcadamente insurreccional». Os dirigentes socialistas continuam a ver fantasmas por todo o lado. O dr. Mário Soares, particularmente, teme os instrumentos de trabalho dos operários. A presença no desfile e na concentração popular de escavadoras, camionetas, tractores, betonzeiras e outras máquinas assustou-o tanto que desentendeu novamente os argumentos da inventiva de Outubro, quando a direcção do PS anunciou a iminência de uma insurreicção de esquerda.

Agora, nas escavadoras e tractores, o dr. Mário Soares viu tanques e chaimites. Em sua opinião tratava-se de uma mobilização para preparar o bloqueio do transitio, como prólogo do assalto aos centros estratégicos do aparelho de Estado. Enfim, terrores de burguesia ameaçada.

Em Viseu, entretanto, nada saiu como estava previsto. Em primeiro lugar o almirante Pinheiro de Azevedo não compareceu. Motivo: doença.

## ZANGAM-SE AS COMADRES...

Apareceu para substituí-lo o ministro mais contestado (com o dr. Almeida Santos) do VI Governo: o capitão Tomás Rosa, que, por palavras e actos, se definiu já como um inimigo da classe operária. Deveria ser esse senhor o único orador. Mas o PPD, à última hora deu o dito por não dito. O dr. Sá Carneiro decidiu que também falaria.

Terá acabado aí, em Viseu, o namoro e a unidade PS-PPD? No interesse da revolução democrática portuguesa seria um acontecimento importante. O secretário geral do PS, diante da ruptura do compromisso por parte do partido aliado, resolveu retirar o apoio do seu partido à manifestação. Os militantes do PS receberam indicações para abandonar a praça dos Paços do Conselho. A manifestação passava a ser apenas do PPD.

Foi possível, nessas condições, provar o que já era óbvio: o carácter incontestavelmente reacccionário, pró-fascista da manifestação de apoio ao VI Governo. Das 15.000 pessoas que estavam concentradas no largo apenas um milhar se retirou, atendendo ao apelo do PS. As restantes ficaram e deram vivas ao PPD. Era a fina flor da reacção, vinda de dezenas de concelhos de vários distritos do Norte. O PS servia apenas para dar cobertura à concentração reacccionária.

Quando a manifestação, finalmente se dispersou, o dr. Mário Soares e o dr. Sá Carneiro discutiram, junto das sedes dos respectivos partidos, dirigindo-se às suas hostes. Ambos trataram de explicar o que aconteceu. Mas as coisas ficaram ainda mais confusas. O PS não pôde explicar que a ausência do almirante Pinheiro de Azevedo e a presença do capitão Tomás Rosa criara para ele uma situação muito ingrata, pois o carácter reacccionário da manifestação tomara-se claríssimo. O PPD não quis explicar que o seu secretário geral está impaciente por demonstrar que a relação de forças eleitoral mudou no Norte e que o dr. Sá Carneiro surge como o porta

voz natural da santa aliança contra-revolucionária que grita já em publico palavras de ordem fascistas.

## UM DISCURSO FASCISTA

O discurso do capitão Tomás Rosa teve, do começo ao fim, um carácter provocatório e anticomunista. Longe do seu Ministério, onde modera a arrogância, longe da vigilância dos trabalhadores, pôde dizer aos reacccionários que o

política de provocações continuas à classe operária, aos sindicatos, aos trabalhadores em geral, política que, nos últimos dias, contribuiu para o desmascaramento das manobras da reacção e obteve uma adequada resposta popular com a grandiosa manifestação de Lisboa.

Quem escutou pela rádio passagens do discurso do senhor capitão Tomás Rosa, ouviu um discurso que poderia ter sido pronunciado por um ministro de Salazar ou Caetano. É perfeitamente compreensível o entusiasmo com que o



escutavam sensivelmente o mesmo que teria dito o sr. Sá Carneiro. Aludiu à greve dos trabalhadores da construção civil e ao seu resultado como se a classe operária, em vez de ter alcançado uma grande vitória, tivesse sido derrotada. Teve o desdencamento de falar de «manobras sádicas» e de «chantagem». Pretendeu, numa palavra, apresentar-se como vencedor de uma grande batalha, quando, na realidade, é um dos principais responsáveis por uma

ministra do Trabalho foi aplaudido pela massa de pepedês, CDSs, PPMs e pelos activistas do ELP e do MDLP que, entre a multidão, ostentavam com orgulho os seus emblemas e insígnias. Não é de estranhar também que as bandeiras do CDS e do PPM ondulassem nas varandas dos Paços do Conselho, ao lado do senhor capitão Tomás Rosa. A manifestação de Viseu contou com a adesão entusiástica de toda a reacção. Terá o PS, desta vez, entendido a lição?

# NO CAMINHO DA TRAIÇÃO

### A Junta Regional dos Açores divulgou um comunicado que contém uma ameaça de separação política e governativa. A mesma Junta e o seu presidente nada fizeram até hoje para defender as liberdades democráticas

O general Altino de Magalhães é a mais alta autoridade militar nos Açores e também, na qualidade de presidente da Junta Regional, a autoridade civil investida de poderes mais amplos. É ele quem representa o Governo e quem representa não apenas as Forças Armadas, como o próprio MFA, em nome do qual falou em várias oportunidades.

Apesar de todos esses poderes e responsabilidades, o general Altino de Magalhães nada fez para impedir que a reacção açoriana, no último Verão, suprimisse pela violência as reduzidas liberdades implantadas no arquipélago após o 25 de Abril. Não só não garantiu, com as forças de que dispunha, a defesa dos centros de trabalho do PCP e de outros partidos progressistas contra os bandos de fascistas e arruaceiros que os assaltaram e saquearam, como cooperou indirectamente com a reacção local, ao considerar indesejável nos Açores a presença de dirigentes e

militantes comunistas. Em contrapartida, jamais assumiu publicamente posição contra os caciques açorianos que defendem as teses separatistas. Os deputados do PPD pelos Açores podem dar quantas entrevistas quiserem a imprensa dos Estados Unidos, manifestando-se solidários com a tese da «independência», que o sr. general Altino de Magalhães não considera, por isso, necessário tomar posição. O sr. Sá Carneiro pode dizer quantas vezes entender que «São Tomé, por exemplo, tem ingegavelmente menos condições de independência que os Açores», que o presidente da Junta Regional não verá o menor inconveniente em tão cândida declaração.

Não é a escalada da reacção que preocupa o general Altino. É a contestação popular a certas atitudes e ministros do VI Governo que o alarma. Num comunicado distribuído em Angra do Heroísmo, a Junta Regional (que deixou expulsar dos Açores militantes de parti-

dos progressistas) declara que os últimos acontecimentos político-militares «põem em perigo iminente as liberdades individuais, podendo conduzir a uma situação de guerra civil». O documento tem a assinatura do general Altino. E nele se exige uma política repressiva. A Junta insinua com muita clareza que não reconheceria um governo que fosse representativo de forças diferentes da «maioria eleitoral» com que se identifica. Em outras palavras, adoptaria uma posição separatista se no continente surgisse, como saída para a actual crise político-militar, um governo do qual fossem excluídos forças e elementos reacccionários que nele ocupam posições dominantes.

É muito grave que nos Açores um oficial com as responsabilidades do presidente da Junta Regional possa, sem contestação oficial, usar como instrumento de pressão a ameaça da separação política e governativa. Um oficial que sempre tolerou o terrorismo da FLA, que

nada fez para garantir as liberdades democráticas. Atitudes como a do general Altino de Magalhães só contribuem para agravar a crise política e a crise militar. O seu comunicado-último tem o peso de um acto de traição.

Nunca o general Altino de Magalhães manifestou durante os anos do fascismo, que se saiba, a menor preocupação com os anseios de autonomia do povo açoriano, numa época em que a burguesia local aplaudia a guerra colonial e a tese da «nação uma e indivisível». Agora os elementos mais reacccionários dessa mesma burguesia, por verem ameaçados os seus privilégios financiam a organização terrorista que exige (como o apelo do imperialismo americano) a independência. E o general Altino de Magalhães age de modo a merecer os seus aplausos.

Que conceito de democracia, de ordem, de disciplina, de Pátria é o desse oficial?

# ASSIM ACTUA A CONTRA-REVOLUÇÃO

### Escudados numa escandalosa impunidade que lhes é garantida pela política antioperária do VI Governo Provisório, os elementos das forças contra-revolucionárias persistem nos atentados contra o processo democrático

As massas populares denunciam e combatem os elementos da reacção. Estes são identificados e, no entanto, persiste a escandalosa impunidade com que são acolhidos os actos mais criminosos. Esta impunidade é uma das características do «pluralismo democrático» que o VI Governo, apoiado por partidos «pluralistas» quer, em vão, impor ao povo trabalhador.

## A «DEMOCRACIA» DA C.A. DA CÂMARA DE LEIRIA

Instalados no aparelho administrativo, sob a égide de uma política governamental que desencadeia saneamentos à esquerda e acolhe de braços abertos os elementos da contra-revolução, os reacccionários aproveitaram-se dos seus postos para desenvolver uma acção anticomunista que é, afinal, um atentado contra as forças democráticas.

manifestando o seu interesse em alargar a referida casa, à semelhança do que aconteceu à casa contigua a esta que foi alugada à delegação local do Partido Socialista pela Comissão Administrativa da referida Câmara. Apesar desta proposta ter sido discutida e votada por sete votos a favor e dois contra, o Presidente da Comissão Administrativa, muito «democraticamente», ameaçou com a sua demissão se esta decisão se concretizasse. Não desejando causar divisionismo no interior da Câmara, o autor desta proposta a resolveu reapresentá-la numa próxima sessão, o que veio a acontecer duas semanas mais tarde. Numa atitude característica do caciquismo fascista, o presidente da C.A. voltou a afirmar a sua inabalável decisão de se demitir, o que provocou uma votação claramente manipulada como evidência o facto dos resultados serem contraditórios em relação à primeira tomada de posição sobre o assunto.

Respostando, firmemente, este tipo de actuação, a Comissão Concelhia de Leiria do nosso Partido chama a atenção das autoridades civis e militares para atitudes desta natureza que não servem de modo algum os interesses da democracia, rumo ao socialismo, alertando: «Se a Câmara Municipal de Leiria pensa que é atacando os comunistas que se constrói a democra-

cia e os socialismo, achamos por bem avisar que é melhor mudarem as vossas baterias. Os comunistas e as classes trabalhadoras já demonstraram durante o fascismo e depois dele que estão firmemente dispostos a lutar pela democracia, rumo ao socialismo. Afinal, quem não respeita o jogo democrático? Todo o povo trabalhador que ainda está iludido e confuso vai começando a perceber quem é.»

## ACÇÕES TERRORISTAS EM CASTELO DE VIDE

No concelho de Castelo de Vide distrito de Portalegre, as forças reacccionárias continuam a atacar contra as liberdades com o objectivo de deterem o processo revolucionário. Mais um exemplo desta actuação criminosa: no dia 8 de Novembro, quando a Comissão Concelhia de Castelo de Vide do PCP festejava com um baile o aniversário da Revolução Socialista de Outubro, um bando terrorista comandado por Joaquim Mendes Maridalho (Beirão), João Carnilho Afonso, conhecido pelo Tira Peles de Ribeira de Nisa, e Joaquim Carnilho Miranda, do Café Império, ameaçou as pessoas que

pretendiam ir ao baile e provocou disturbios, tendo sido lido um comunicado nesso na cabeça com uma barra de ferro e destruído um carro portante para a realização da festa.

Analisando estes acontecimentos, nos quais a mão do ELP é visível, a Comissão Distrital de Portalegre do nosso Partido, num comunicado ao povo trabalhador de Castelo de Vide, após ter denunciado a inquietante passividade das autoridades perante semelhantes factos, afirma:

«Esta acção, para além de representar um sério atentado às liberdades democráticas, tenta fazer crer que a população trabalhadora do concelho é reacccionária. Não foi a população de Castelo de Vide que executou o atentado e estamos certos de que os democratas e comunistas, sabendo dar a devida resposta aos Maridalhos, Tira-Peles e outros que certamente estarão por detrás dos acontecimentos, ainda que sejam pessoas importantes da terra.»

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP apela para todos os democratas de Castelo de Vide, no sentido de não se deixarem envolver em acções de puro vandalismo que só favorecem os reacccionários fascistas e a contra-revolução e que comprometem seriamente as liberdades a que todos aspiram.»

# ÁLVARO CUNHAL VISITA PAÍSES SOCIALISTAS

### A viagem do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, a vários países socialistas constitui um reforço dos laços do internacionalismo proletário entre partidos irmãos e de cooperação entre o nosso povo e os povos do campo socialista

A importância da cooperação entre os partidos comunistas e operários é destacada no Comunicado conjunto do camarada Janos Kadar, Primeiro Secretário-Geral do Partido Socialista Operário Camponês Húngaro, e do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, que, no passado dia 14, chegou a Budapeste, capital da Hungria, primeira etapa de uma viagem de trabalho a vários países socialistas.

Nessa comunicação que encerra a viagem do camarada Álvaro Cunhal à Hungria, salienta-se a solidariedade do POCH com o partido irmão português e com todas as forças progressistas que trabalham para uma verdadeira democracia em Portugal e a solidariedade dos dois partidos irmãos para «com a luta revolucionária do povo angolano sob a direcção do MPLA» e a condenação de «todas as tentativas imperialistas de ingerência e as intervenções armadas das forças reaccionárias em Angola».

Recordemos que o objectivo da viagem do camarada Álvaro Cunhal consiste na ampliação e reforço das fraternas relações existentes entre o Partido Comunista Português e os partidos comunistas e operários dos países socialistas, bem como dos laços de amizade e cooperação entre estes povos e países. A partida de Lisboa do camarada Álvaro Cunhal e do camarada Dinis Miranda, membro do Comité Central, que o acompanha, estiveram os camaradas Joaquim Gomes do Secretariado e da Comissão Política, Carlos Abuel Inglés, Aurélio Santos e Manuel

Pedro, membros do CC, e os embaixadores da União Soviética, Polónia e Jugoslávia e ainda os Conselheiros das Embaixadas da Hungria e da Bulgária e outros funcionários das embaixadas destes países socialistas.

No último dia da sua estada na Hungria, o camarada Álvaro Cunhal concedeu uma importante entrevista à Televisão Hungara, na qual analisou a situação política no nosso país. Solicitado a resumir a estratégia do nosso Partido face à situação em Portugal, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«A situação é altamente instável uma vez que a nossa revolução se encontra ainda num estado de crise grave. A crise verifica-se nos domínios político, militar, económico, social, ideológico e envolve muitas dificuldades. Temos de fazer frente às ofensivas da contra-revolução, mais precisamente às suas tentativas de ofensiva. Há certos elementos que se juntaram ao processo democrático mas que agora, na fase de luta contra as forças revolucionárias, procuram a aliança com a ala direita da reacção. Esta é uma linha política muito perigosa. Talvez eles acreditem que uma confederação com a direita reaccionária torne possível primeiro desferir um golpe na esquerda revolucionária e depois virarem-se contra a direita fascista. Isto é uma mera ilusão. Suponhamos que o primeiro passo era bem sucedido. Mas depois a onda contra-revolucionária não só varreria a esquerda revolucionária como dominaria todos os elementos moderados, os que procuraram a aliança com ela. Este é um perigo existente

e um outro perigo ameaça, se não com a guerra civil, com embates bastantes violentos... Estamos a realizar grandes esforços para reunir todas as forças revolucionárias integradas no Movimento das Forças Armadas e para unir todos os portugueses decididos a defender as liberdades — independentemente da sua filiação partidária ou opinião religiosa. Uni-los-emos de modo a dar as mãos para derrotar a reacção fascista e evitar que o passado regressasse, a construir uma sociedade democrática com reformas completas na economia e na sociedade que nos levem ao socialismo.»

### A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES SOCIALISTAS É DO INTERESSE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

No passado dia 17, o camarada Álvaro Cunhal chegou a Versóvia para uma visita a convite do Comité Central do Partido Operário Unificado da Polónia, tendo-se avistado nesse mesmo dia com o camarada Edward Gierk, Primeiro-Secretário do Partido Polaco. O órgão central do POUP, «Trybuna Ludu», referindo-se à visita do Secretário-Geral do nosso Partido escreve que «os comunistas portugueses lutam para fortalecer a unidade de todas as forças progressistas, para salvaguardar as conquistas da revolução de Abril e para aprofundar a reformulação democrática da nação.»

Numa conferência proferida na Universidade do Partido Polaco, o camarada Álvaro Cunhal referiu que:

«A principal tarefa do Partido neste momento é evitar que o povo seja privado das suas conquistas por reaccionários que fazem todos os possíveis para travar a evolução das transformações sociais e para criar um governo ditatorial de direita.»

No dia 18, o camarada Álvaro Cunhal foi calorosamente recebido pelos trabalhadores e seus representantes, na fábrica de automatização industrial «Mera-Pnefal» em Falencia, próximo de Varsóvia, tendo-se mostrado particularmente interessado pela organização da produção, participação dos trabalhadores na administração e elaboração de planos de produção, condições de vida e de trabalho, bem como pela actividade do Partido, das organizações sindicais e juvenis. Agradecendo a recepção cordial, o camarada Álvaro Cunhal salientou que o desenvolvimento da cooperação entre o nosso país e os países socialistas, incluindo a Polónia, é do interesse dos trabalhadores portugueses e de todo o povo, benéfico para a introdução de novas soluções na modernização e desenvolvimento da indústria bem como para tomar independente a economia portuguesa.

O camarada Álvaro Cunhal descreveu ainda a situação política no nosso país e a acção do nosso Partido na defesa das liberdades, na luta contra a contra-revolução e no fortalecimento da cooperação das forças verdadeiramente revolucionárias.



# SOLIDARIEDADE COM O CHILE

### O Comité Central do nosso Partido enviou uma saudação fraterna aos participantes na Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo chileno

A dolorosa vivência sofrida pelo povo chileno, sufocado pela feroz ditadura de Pinochet, tem motivado um extraordinário movimento de solidariedade internacional. Expressão desse movimento a Conferência Internacional de Solidariedade com o Chile que se realizou em Atenas e à qual o Comité Central do nosso Partido enviou a seguinte mensagem:

«O Partido Comunista Português saudamos calorosamente os participantes na Conferência Internacional de Solidariedade com o Chile, particularmente os representantes do povo chileno presentes na Conferência.

Desde o primeiro momento solidários com a Unidade Popular, tendo saudado como nossas as vitórias do povo chileno durante o regime do Presidente Allende, exprimimos hoje aos comunistas, aos democratas, a todas as forças progressistas do Chile a nossa solidariedade de combate.

Certos de interpretar os sentimentos do povo português, que uniu a sua voz à de toda a humanidade progressista em numerosas manifestações contra o terror fascista, para o restabelecimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais no Chile, estamos certos de que a Conferência de Atenas contribuirá decisivamente para o reforço da solidariedade mundial à luta do povo chileno pela democracia e a liberdade.

O povo chileno vencerá!

# FESTIVAL POPULAR DE OUTONO

### Com um apelo à reaproximação de todas as forças verdadeiramente revolucionárias, encerrou-se a grande jornada de confraternização e solidariedade que constituiu o Festival Popular de Outubro

Encerrou-se no domingo o Festival Popular de Outono, magnífica jornada de convívio e solidariedade militante organizada pelo Comité Local de Lisboa do nosso Partido. Desde o dia 8 de Novembro, milhares de trabalhadores afluíram ao Mercado do Povo, fazendo de cada dia do Festival uma jornada de confraternização revolucionária, de alegria e diversão só possíveis porque é inabastável a certeza da vitória final sobre os inimigos da revolução portuguesa.

Integrado numa campanha a nível nacional para recolha de fundos, o Festival Popular de Outono não foi apenas uma ocasião em que mais uma vez a classe operária e os outros trabalhadores demonstraram a sua amizade para com o nosso Partido. O Festival Popular de Outono constituiu, simultaneamente, uma jornada de esclarecimento político, de mobilização para as tarefas de vigilância revolucionária, de desmantelamento da reacção e de firme defesa do processo revolucionário. Entre os temas presentes no Festival Popular de Outono, destacou-se a jornada dedicada à criança e à juventude, a jornada da confraternização regional, a jornada dedicada à Reforma Agrária.

Mas esta realização teve paralelamente um cunho internacionalista: a homenagem aos revolucionários soviéticos e a solidariedade para com o povo de Angola e o seu legítimo representante, o MPLA, foram momentos em que se fortaleceu o sentido do internacionalismo proletário, uma das armas mais poderosas que unem os comunistas de todo o mundo em luta pela libertação dos povos ainda oprimidos, em luta contra a exploração e opressão capitalistas.

Diversos artistas comunistas participaram neste Festival. Música, teatro, poesia, actividades culturais, actividades para crianças constituíram aspectos de um programa que perspectiva os objectivos da construção da sociedade socialista: a realização plena, sob o ponto de vista material e cultural, de todo o povo trabalhador.

### CONSOLIDAR E ALARGAR A UNIDADE

No dia 16, data do encerramento do Festival Popular de Outono, durante o comício integrado na Jornada dedicada à Reforma Agrária, o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, saudando os presentes na jornada de luta e de confraternização, disse:

«Pela primeira vez, leva a efeito o nosso Partido uma iniciativa deste tipo com tão vasta amplitude. Ambiciosa, por certo, mas generosa, sem dúvida. Ela mostra bem a grande capacidade de organização dos comunistas que, não obstante as muitas solicitações a que estão sujeitos, conseguem ao seu espírito de combatividade e sacrifício aliar a alegria, a solidariedade e a confiança. É com homens desta tempera que a nossa Revolução será feita e que construiremos o Portugal socialista de amanhã.»

Mais adiante, referiu o nosso camarada Octávio Pato:

«Assiste-se neste momento, no nosso país, a tentativas de recuperação capitalista. A direita não poupa esforços para instaurar de novo a ditadura em Portugal. Con-

hecidos fascistas conspiram abertamente contra o nosso processo revolucionário. Continuam os actos terroristas, como foi o assalto à União dos Sindicatos do Porto e o do ontem na Casa do Povo de Vila Franca, o os seus autores ficam impunes. E a par de tudo isto, camaradas, temos um governo que demonstrou ser incapaz de governar. Um governo que pratica uma política anti-operária, como pudemos verificar, no caso dos metalúrgicos e, mais recentemente, no da Construção Civil. Um governo que já não corresponde à actual dinâmica revolucionária. Um governo que aponta como inimigo a esquerda. Um governo que tem dentro de si, o germen da própria contra-revolução.»

«O nosso país, a nossa revolução, atravessam um período crucial, repito. Mas à crise política, social e militar que sacode o país, responde a mobilização de centenas de milhares de portugueses numa luta constante. E desta luta dependem os destinos da nossa Revolução e até do nosso país.»

Abordando a grandiosa manifestação realizada nesse mesmo dia, sob a convocação do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, Octávio Pato afirmou: «Tratou-se realmente de uma manifestação unitária e, estamos certos, deu uma valiosa contribuição para o reforço da unidade de todos os trabalhadores, para a unidade de todos os revolucionários portugueses, para a unidade de todos os militantes progressistas. Uma outra razão para que a manifestação ficou gravada no histórico do nosso povo é, estamos cientes, ter ela mostrado de forma clara e iniludível, que não se pode governar, hoje, em Portugal sem o apoio dos trabalhadores, sem o apoio da classe operária, sem o apoio da sua vanguarda, o Partido Comunista Português.»

Depois de analisar alguns dos últimos acontecimentos que de-

monstram a criminosa acção das forças reaccionárias e dos partidos que alinham no jugo contra-revolucionário, o camarada Octávio Pato disse a terminar:

«As forças reaccionárias recorrem a todo o tipo de especulações, usam a mentira e a calúnia, lançam boatos, tudo com o objectivo de aglutinar todos os que estão contra o processo revolucionário e ganhá-los para o desencadeamento de um golpe de força que ponha no poder um governo reaccionário, disposto a recorrer à repressão e a alterar o curso da Revolução.»

«Mas contrariando os seus intentos, um potentíssimo movimento de massas ergue-se por todo o país, incluindo o Norte. Neste grandioso movimento de massas participam trabalhadores, homens e mulheres de todas as ideologias, de todas as camadas sociais, incluindo militantes do PS que estão real e sinceramente interessados na consolidação do processo revolucionário e na aliança das forças de esquerda, civis e militares. Participam igualmente militantes da UDP e de outras organizações apesar dos esforços divisionistas dos seus dirigentes.»

«Os perigos que ameaçam a nossa revolução e o país, só podem ser ultrapassados através dos esforços conjugados de todos os que estão efectivamente com a revolução. Só podem ser ultrapassados através de um Governo que seja capaz de inspirar a necessária confiança a todo o país e muito especialmente às classes trabalhadoras. Na situação actual do país, não há Governo possível se esse Governo não tiver a confiança das massas populares e das forças progressistas, se não estiver com a Revolução. Promover a reaproximação das várias tendências do MFA, trabalhar para consolidar e alargar a unidade e a aliança das forças de esquerda, de todas as forças que estão realmente com a Revolução, é uma tarefa urgente, inadiável.»

# «A LUTA» CONTINUA...

«A falsificação grosseira de factos ou a sua invenção sem vergonha, a «técnica» das insinuações, o divisionismo contra-revolucionário, a manipulação completa da informação ao serviço da direita tal é a «liberdade de informação» que os senhores Mário Soares e Sá Carneiro tanto elogiam e de que «A Luta» é uma das expressões mais refinadas.»

Estas palavras extraídas de uma nota da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido, vêm a propósito de mais uma notícia falsa publicada por aquele jornal oficioso do Partido Socialista, de ainda curta duração mas de negra história. Efectivamente «A Luta» não se contenta já com a manipulação da opinião pública através da mais descarada, adulteração de factos. Agora deu em inventar, provavelmente com a esperança de que a fantasia se torne realidade. Assim, em 14 de Novembro, este pseudónimo noticia que «na madrugada de hoje foi assaltada por populares a sede do PCP

em Vila Pouca de Aguiar» e que «buscas posteriormente efectuadas vieram confirmar as suspeitas de que ali existiam armas de fogo, já que foram encontradas no interior do edifício três espingardas automáticas G-3.»

Esta «notícia» é totalmente destituída de fundamento: não só a sede do nosso Partido em Vila Pouca de Aguiar não foi assaltada, como não existem armas nas instalações do P.C.P. e não se registaram quaisquer incidentes políticos naquela vila transmontana. O próprio comandante da GNR local, segundo a nota da D.O.R.N., dirigiu-se a um dos responsáveis do nosso Partido na vila, «procurando saber se tinha havido alguma coisa de anormal, pois tinha recebido telefonemas de jornais a pedir informações sobre o «assalto à sede do PCP».

A D.O.R.N. torna público na sua nota que «além de exigir da «Luta» o desmentido da notícia, vai também proceder judicialmente contra o seu director, o dirigente do PS dr. Raul Rego.»

# CONGRESSO DO PC DA GRÃ-BRETANHA

### A recepção à delegação do PCP e as resoluções aprovadas contribuíram para fazer do 34.º Congresso do PC da Grã-Bretanha uma vibrante jornada de internacionalismo proletário

Foi de pé e com uma longa e entusiástica ovação que os delegados do 34.º Congresso do Partido Comunista da Grã-Bretanha saudaram a presença e as palavras da camarada Margarida Tengarrinha, membro suplente do Comité Central do PCP e delegada do nosso Partido ao Congresso.

O Congresso aprovou por unanimidade uma resolução exprimindo total solidariedade ao PCP e a todos os que em Portugal trabalham e lutam para defenderem as conquistas da revolução democrática e abrirem caminho ao socialismo.

A propósito do Congresso, o Comité Central do PCP enviou aos camaradas da Grã-Bretanha a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos, por ocasião do 34.º Congresso do vosso Partido, as suas saudações mais calorosas e fraternas.

Saudamos também a classe operária, os trabalhadores e as massas populares do vosso país, cuja vanguarda revolucionária é o Partido Comunista da Grã-Bretanha, e as lutas que têm travado por uma sociedade mais justa, próspera, pacífica e feliz.

Empenhados a fundo na defesa e prosseguimento do processo revolucionário no seu país, os comunistas portugueses seguem com interesse e apreço a acção desenvolvida pelo Partido Comunista da Grã-Bretanha no estabelecimento duma estratégia que abra ao povo britânico as perspectivas de saída da profunda crise política, económica e social existente no vosso país. Denunciando a falsa estabilidade do sistema de governo, pondo a nu o verdadeiro objectivo e significado das acções do poder contra as lutas dos trabalhadores, apontando às forças de esquerda, numa larga aliança antimonopolista, uma estratégia de alternativa económica global para a crise, a

acção do PCGB faz-se não somente no interesse da classe operária, mas também dos trabalhadores e de todo o povo britânico, cujos problemas não podem ser resolvidos pelo poder e estão sendo agravados pela crise profunda em que se debate o capitalismo britânico.

Saudamos a acção do vosso Partido na defesa da democracia, na condução e perspetivação das lutas da classe operária, dos estudantes, dos intelectuais, dos trabalhadores em geral, de acordo com as condições do vosso país e a correlação de forças actualmente existentes.

Lutando em condições diferentes das vossas, os comunistas portugueses prosseguem actualmente as tarefas decorrentes do processo revolucionário aberto em 25 de Abril de 1974 com o derrubamento do regime fascista pelo Movimento das Forças Armadas.

Durante este ano e meio, o povo português conquistou as liberdades democráticas e obteve importantes vitórias, tanto no domínio social como no domínio económico, com a elevação do nível de vida de largas camadas da população, particularmente das mais desfavorecidas, com a nacionalização do sector monopolista da economia, com o começo da realização da Reforma Agrária e a formação de cooperativas agrícolas, em especial no Sul do país.

A participação cada vez mais larga dos trabalhadores, tanto na indústria como na agricultura, na gestão da economia nacional, a formação de um amplo Movimento Popular através do qual largas camadas do povo português intervêm activamente na defesa dos seus interesses, são grandes conquistas na luta por Portugal democrático a caminho do socialismo.

Estritamente aliada com a Revolução Democrática portuguesa, desenvolveu-se a luta pela liquidação do colonialismo. A despeito dos complexos problemas existentes, obtiveram-se grandes sucessos, devidos, antes de tudo, à luta justa e corajosa dos povos das ex-colónias portuguesas pela sua independência, mas também com o contributo valioso do povo português que, ao lado desses povos, lutou pelo fim da guerra e da opressão colonialistas. A independência de Angola a 11 de Novembro passado e a formação do 1.º Governo Angolano sob a direcção do MPLA são, para os comunistas portugueses, motivos de grande satisfação. Como já aconteceu em relação aos outros Estados da África sob antiga dominação portuguesa, também aqui se abrem novas possibilidades para o desenvolvimento de relações fraternais de interesse comum entre o novo Portugal democrático e o jovem Estado de Angola, entre o povo irmão angolano e o povo português, na base dos princípios de igualdade e do respeito mútuo.

A defesa das conquistas democráticas do povo português, a construção de um regime verdadeiramente democrático que, através de profundas reformas económicas e sociais, abra a Portugal o caminho do socialismo, são para nós os objectivos de luta primordiais e urgentes.

Propondo uma solução política global para a crise profunda que a Revolução Portuguesa atravessa,

o Partido Comunista Português aponta como factor essencial dessa solução a reestruturação dos órgãos do poder político, civil e militar, com o afastamento das forças de direita que neles participam actualmente, e uma mais larga representação das forças e partidos revolucionários, de acordo com a correlação de forças existentes. Lutamos, ao mesmo tempo, por uma ampla unidade de todas as forças verdadeiramente interessadas no avanço do processo revolucionário, que permita isolar a reacção e impedir as tentativas de um golpe de direita ou de confrontação violenta, que facilitaria o caminho para o regresso da ditadura. Faremos todos os esforços para barrar este caminho e prosseguir, com as outras forças revolucionárias, na perspectiva da democracia e do socialismo.

Os comunistas portugueses têm em alto apreço a actividade desen-

volvida pelo PCGB na informação sobre os acontecimentos em Portugal, na defesa da Revolução Portuguesa e na defesa do Partido Comunista Português contra os ataques da reacção e do imperialismo. É com profunda gratidão que saudamos as vossas iniciativas na defesa da jovem democracia portuguesa. Pelo nosso lado, pedis estar certos, queridos camaradas, de contar sempre com o apoio solidário dos comunistas portugueses à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo britânico pela conquista de instituições democráticas, pelo socialismo.

Viva o Partido Comunista da Grã-Bretanha!  
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português.

# FESTIVAL DA CANÇÃO DE HELSÍNQUIA

Em representação do «Canto Livre», participaram de 9 a 16 deste mês, no I Festival da Canção de Helsínquia as camaradas Luis Cília, José Jorge Letria e Fernando Tordo.

Promovido pela Organização dos Escritores e Artistas Progressistas Finlandeses e por outras organizações revolucionárias da Finlândia, este importante festival internacional contou ainda com a participação de artistas como Omara Portuondo e Martin Rojas, de Cuba, o agrupamento «Veracy», da União Soviética, o grupo «Oktoberklub», da RDA e ainda cantores do Chile, de Itália e de outros países.

Foi apreciado o nível artístico e o significado político desta realização que contribuiu, claramente, para o reforço dos laços de solidariedade internacional, na luta contra o fascismo e o imperialismo.

A representação portuguesa ocupou lugar de destaque nos vários concertos que realizou, não apenas em Helsínquia, mas também em cidades de província onde teve o ensejo de verificar o interesse dos trabalhadores e dos intelectuais progressistas pela luta das massas trabalhadoras de Portugal.

Os concertos finais do festival, realizados em Helsínquia, num pavilhão com lotação para vários milhares de pessoas, foram autênticas jornadas de solidariedade internacional, visando predominantemente as lutas dos povos chileno e português contra o fascismo e o imperialismo.

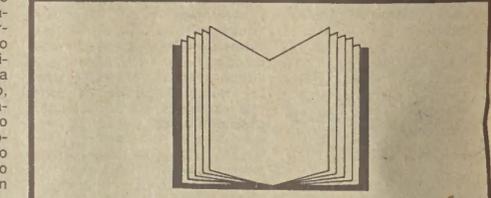
No âmbito do Festival teve lugar um importante seminário no qual foi estudado o papel e a importância da canção revolucionária na luta de classes, tendo o camarada José Jorge Letria feito uma comunicação acerca do «Canto Livre» em Portugal.

### INTEGRADA NA CAMPANHA DE FUNDOS DO SECTOR INTELECTUAL O SAL DA TERRA



de Herbert Biberman

ante-estrela promovida pela célula de cinema do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Cinema Universal - sábado - 22 novembro - 11 H.



# CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

1.º volume a sair dia 21 de Novembro

### AO LEITOR

As Edições «Avante!» vêm apresentar ao público leitor português o primeiro volume do Curso Básico do Comunismo Científico, importante obra de formação teórica e de esclarecimento ideológico.

Este Curso reúne e elabora cientificamente as experiências de outros povos na construção do socialismo e do comunismo, e assim demonstra e comprova que as vitórias alcançadas pelos países socialistas são, por um lado, obra e fruto do esforço criador porfiado e inequívoco da classe operária e das massas trabalhadoras, e por outro o resultado concreto, prático, objectivo, da teoria marxista-leninista, único guia para a acção capaz de levar o proletariado ao futuro que traz nas mãos. E isto permite-nos salientar dois pontos deveras importantes:

1.º Quanto melhor soubermos e compreendermos por que lutamos, e quais os pressupostos e as condições da vitória que não nos escapará, mais decisivos serão os golpes que, com certeza infalível, nós, operários, camponeses e demais trabalhadores deste País, desferiremos contra as forças do passado, da opressão e da exploração.

2.º O que outros fizeram, nós faremos também. E fá-lo-emos com a nossa energia revolucionária, com a nossa vontade firme, com a nossa iniciativa criadora. E com a ajuda e a solidariedade de quantos o fizeram já, e de todos os outros — os que, por essa Europa fora, por esse mundo fora, ganham alento com o que já conseguimos fazer.

Colocamos, pois, este Curso nas mãos dos nossos operários industriais e rurais, dos camponeses, de todos os trabalhadores, da nossa juventude. E com certeza de que nada poderá deter-nos na nossa marcha para o socialismo.

Edições «Avante!»

Nome .....  
Morada .....  
Telefone .....  
Localidade .....  
Desejo que me reservem o Curso Básico do Comunismo Científico  
— Envio a importância de 30\$00 em cheque/vale postal / pagamento do 1.º volume.  
— A venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP Pedidos à Editorial «Avante!»

# NO ALENTEJO A REVOLUÇÃO AVANÇA

Saudando na presença do general Otelo Saraiva de Carvalho os militares progressistas que permitiram o 25 de Abril e consequentemente o avanço das conquistas dos trabalhadores, os trabalhadores alentejanos manifestaram em Beja o desejo de avançarem com a Reforma Agrária

Apesar de todas as sabotagens e manobras reaccionárias levadas a cabo pelos grandes latifundiários e seus lacaios, hoje, já nada pode quebrar a determinação do povo trabalhador alentejano no seu caminho para o socialismo.

O aumento significativo da produção de trigo que este ano se verificou, bem como de outros produtos, o trabalho desenvolvido pelos operários agrícolas nas cooperativas e unidades colectivas de produção, anteriormente votadas ao mais completo abandono ou transformadas em coutadas de casa para prazer dos grandes latifundiários, são bem a prova da força que o povo trabalhador alentejano deposita na concretização da Reforma Agrária, como forma de transformar radicalmente a vida naquela região do País e afastar de uma vez para sempre a situação de exploração que ali se vivia.

No entanto, alguns deputados, que do Alentejo só conhecem os cafés de Beja ou as estradas para os luxuosos hotéis do Algarve onde iam e vão passar férias, não se cansam de caluniar a luta dos trabalhadores agrícolas alentejanos proferindo as maiores mentiras sobre uma realidade que desconhecem, ou então fazendo suas versões dos grandes latifundiários, seus amigos de longa data, esquecendo deliberadamente a grande transformação que o Alentejo está a sofrer e que é obra dos próprios trabalhadores.

Mas a reacção, que logo após o 25 de Abril começou a manobrar para se reapossar dos privilégios perdidos, tem partido os dentes em todas as investidas efectuadas para dividir os trabalhadores, assim como não têm resultado as iniciativas levadas a cabo através de forças políticas que não se cansam de apregoarem que defendem os trabalhadores mas cuja acção no dia-a-dia não é mais do que a defesa declarada das forças de direita e dos privilégios dos exploradores.

## EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

Em defesa da Revolução e das conquistas já alcançadas pelos trabalhadores, a manifestação realizada na semana passada em Beja foi a prova inequívoca de que a reacção, utilize a máscara que utilizar, ali não passará!

Convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Distrito de Beja e apoiada por numerosos sindicatos, a manifestação congregou no Estádio Municipal de Beja algumas dezenas de milhares de trabalhadores, não só do campo como de outros sectores profissio-

nais. Nesse dia, nas estradas do Baixo Alentejo todo o movimento de veículos convergia para Beja. Autênticas caravanas de tractores com os respectivos atrelados transportavam para a manifestação os trabalhadores que nesse dia largaram a faina mais cedo. Também na cidade praticamente todo o comércio encerrou as suas portas, da parte da tarde. Na opinião de alguns nunca a cidade tinha assistido a uma manifestação tão concorrida. Operários agrícolas, da construção civil, pequenos e médios agricultores, metalúrgicos, empregados do comércio, todo o povo trabalhador marcou com a sua presença a vontade de defender a Revolução e as conquistas já alcançadas como a Reforma Agrária e as nacionalizações que, ultimamente, certas forças políticas pretendem destruir.

Correspondendo também ao convite feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas deslocou-se a Beja o general Otelo Saraiva de Carvalho acompanhado por dois membros do Conselho da Revolução, comandante Almada Contreiras e brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul, e pelo brigadeiro Sacramento Alves, em representação do general Fábão, o governador civil de Beja, major Brissos de Carvalho, o tenente-coronel Sales Grade, em representação do comando da Base Aérea de Beja e ainda representantes da PSP e da GNR.

## TRABALHAMOS SEM CANSEIRA

Foi perante uma enorme multidão, que aplaudiu entusiasticamente o comandante do COPCON e onde estavam representadas quase todas as cooperativas e unidades colectivas de produção do distrito bem como outros sectores profissionais, que usou primeiramente da palavra o dirigente sindical Lino Fezês, o qual começou por recordar as duríssimas condições de vida durante o fascismo e que duras têm sido as dificuldades do povo trabalhador do Alentejo depois do 25 de Abril, acrescentando:

«O abandono das terras, a destruição da produção, a venda clandestina de gados, a venda de máquinas ou a sua destruição, o não pagamento de salários durante semanas e até meses, as ameaças e atentados a trabalhadores, contra sindicatos e seus dirigentes, a fuga de capitais para o estrangeiro, tem constituído o arsenal dos grandes agrários contra a nossa

luta e a dos nossos aliados, os pequenos agricultores.»

Salientando que apesar disto os trabalhadores alentejanos seguem sem desfalecimento na sua marcha para o socialismo e que naquele distrito a Reforma Agrária começa já a ser uma realidade fez notar que «estão em formação em todas as freguesias do distrito, unidades colectivas de produção, nelas se inscrevendo todos os trabalhadores da aldeia, homens e mulheres». E mais adiante:

«As comissões directivas eleitas trabalham afinadamente pela criação de novos postos de trabalho, na luta contra o desemprego. E na defesa da produção, experimentam novas culturas, constroem pequenas barragens para regadio, aumentam os efectivos pecuários. O incremento do associativismo, com a consequente mudança nas relações de trabalho, fazem desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores e é hoje normal vê-los, aos domingos, trocarem o merecido descanso pelo trabalho voluntário, quer carregando adubos ou semeando as terras nas unidades colectivas, quer construindo estradas, redes de esgotos e de água nas suas freguesias, porque, como dizia um companheiro: Trabalhamos sem canseira o dia inteiro porque sabemos que o fazemos para nós, para o País, para a comunidade nacional.»

## A REACÇÃO CONSPIRA

Interrompido numerosas vezes pelos manifestantes que sabem corresponder à verdade todas as afirmações proferidas no Estádio Municipal de Beja e que reforçavam as palavras do orador gritando: «Abaixo a reacção!» ou «Pinheiro de Azevedo, o Povo não tem medo!», numa clara alusão à política contra os trabalhadores que tem caracterizado o VI Governo, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja continuou a sua intervenção recordando que

«para os grandes agrários, para as forças de direita, para certos dirigentes políticos, para certos partidos representados no Governo, as acções revolucionárias dos trabalhadores na liquidação dos latifúndios e dos monopólios, na concretização da Reforma Agrária e controlo operário nas empresas, não passam de actos selvagens e sabotagem económica. Para eles, o suor do dia-a-dia conduz ao caos e a firmeza das posições justas dos trabalhadores é «indisciplinada».

E prosseguiu: «Sector-chaves do Governo, como a Agricultura, as Finanças, o Comércio Interno e Externo, o Trabalho e outros estão nas mãos de homens não interessados na Revolução. Entravam o crédito, não saneiam as Comissões Liquidatárias dos Grémios, entravam o financiamento às novas cooperativas e unidades colectivas para salários, máquinas, adubos e sementes. A Revolução faz-se pelos trabalhadores, para os trabalhadores. E os trabalhadores têm direito a salários que lhes permitam viver, têm direito à Previdência para si e para os seus familiares e os seus filhos têm direito ao ensino.»

«É evidente que há pequenos agricultores que têm algum gado ou máquinas além do seu bocado de terra e não o vão entregar sem contrapartida. Mas precisamente para que não se sintam prejudicados as unidades colectivas adquiriram-lhe os gados, as máquinas pelo seu justo valor e pagam-lhe ainda uma renda pela sua terra, com base na lei do arrendamento rural.»

## HAVEMOS DE TRIUNFAR

Já a finalizar o seu discurso e depois de frisar que nos últimos tempos têm-se multiplicado as actividades contra-revolucionárias e é clara a movimentação do ELP ao mesmo tempo que se pretende travar a luta dos trabalhadores

através de organizações repressivas como o AMI, afirmou:

«As nossas dificuldades são as dificuldades da Revolução. Havemos de triunfar. Para isso precisamos de um MFA coeso e firme, de um MFA que defenda, ao nosso lado, sem hesitações, as conquistas alcançadas contra os inimigos do Povo, contra os falsos socialistas, contra o ELP, contra os grandes agrários e os seus lacaios.»

Usou a seguir da palavra a dirigente do Sindicato, Luzia Veredas, que apelou para o avanço da organização das mulheres trabalhadoras, sem divisões, numa luta comum por uma vida digna para todos os trabalhadores.

## RESPEITAR AS TERRAS DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Começando por salientar que a Reforma Agrária tem sem dúvida alguma um papel determinante na libertação do Povo português e que no respeitante ao processo de expropriação mais de 270 mil hectares estão neste momento nas mãos dos operários agrícolas e ao serviço de todo o Povo português, José Soeiro, o último dirigente sindical dos Trabalhadores Agrícolas que usou da palavra acrescentou:

«Neste ponto quero abrir um parêntese e afirmar, mais uma vez a todos os camaradas, pequenos agricultores, que as suas terras serão sempre respeitadas e que nós, operários agrícolas, seremos o primeiro garante desta afirmação.»

E prosseguiu: «Podemos afirmar solenemente que todas as ocupações do nosso distrito foram feitas sob controle do nosso Sindicato e das Comissões de Trabalhadores que para efeito foram democraticamente eleitas nas herdades.»

«Mas o processo da Reforma Agrária não é apenas expropriar os grandes agrários dos meios de produção e desse facto temos nós plena consciência.»

«Por esta razão está o nosso Sindicato empenhado numa nova e gigantesca luta que é a organização destes 270 mil hectares, em Unidades Colectivas de Produção Agrícola a nível de Freguesia.»

«Estas unidades constituídas por todas as herdades expropriadas a nível de freguesia e englobando todos os trabalhadores agrícolas da mesma têm por principal objectivo transformar a atrasada agricultura dos grandes latifundiários numa agricultura moderna e progressiva e, desta forma, responder às necessidades do nosso País, que, como todos nós sabemos, importa milhões de contos de produtos agrícolas todos os anos, e também criar condições dignas para todos os que trabalham a terra.»

«E digo todos os que trabalham a terra porque nas unidades colectivas não só têm lugar os operários agrícolas mas também todos os pequenos agricultores que assim o desejam. Em que condições?»

«Fois nas condições que julgamos são as mais honestas, ou seja, exactamente nas mesmas condições dos operários agrícolas.»

«É evidente que há pequenos agricultores que têm algum gado ou máquinas além do seu bocado de terra e não o vão entregar sem contrapartida. Mas precisamente para que não se sintam prejudicados as unidades colectivas adquiriram-lhe os gados, as máquinas pelo seu justo valor e pagam-lhe ainda uma renda pela sua terra, com base na lei do arrendamento rural.»



A intervenção do governador civil de Beja, major Brissos de Carvalho que realçou o facto de a manifestação não incluir no seu seio nem reaccionários nem saudosistas do regime fascista, «ao invés do que se tem verificado em outros locais e em outras manifestações tidas como representativas do povo trabalhador», analisou o espírito revolucionário dos trabalhadores rurais, precisando a dado momento:

«A vossa correcção revolucionária, de que destaco o processo de concretização da Reforma Agrária, tira ao inimigo qualquer possibilidade de resposta, obrigando-o a reconhecer o vosso derradeiro e invencível valor na luta pela revolução socialista. A estrutura sindical em que assentam a uma garantia da força de combate permanente à reacção, não lhe permitindo sequer a veleidade de posar no nosso distrito, sob o risco de pagar bem caro essa ousadia.»

No final referindo-se à figura do general Otelo, afirmou:

«A História só poderá vir a consagrar-lo como um dos grandes comandantes da revolução ao prosseguir firmemente na luta ao lado dos trabalhadores, sacrificando-se com eles no combate à reacção.»

## UM EXEMPLO AUTÉNTICO

Vibrantemente aplaudido pelos manifestantes, o comandante do COPCON começou por recordar a luta de anos dos trabalhadores rurais, acrescentando mais adiante:

«Estamos numa revolução que se diz socialista. E se isso é autêntico, essa revolução passa fatalmente pela colectivização da produção e da riqueza deste país. A Reforma Agrária que vocês estão a conduzir exemplarmente é um exemplo autêntico da colectivização dos meios de produção. A terra é um meio de produção.»

«Como dizia «Che» Guervara, repetindo uma sua frase que eu disse no Barreiro, não deve haver

nenhuma terra sem trabalhador e nenhum trabalhador sem terra. Vocês, ao trabalharem essa terra que é de todos nós, de todo o Povo, de um País — estão a contribuir, de forma autêntica e extraordinária para a verdadeira revolução socialista.»

Proseguindo, o comandante do COPCON que anteriormente tinha parafusado alguns políticos ao perguntar perante a densa multidão que enchia o estádio «Se isto é o povo, onde está o povo?», declarou:

«Eu tive o prazer imenso de, há alguns dias, falando no COPCON com trabalhadores alentejanos e da área de Santarém, ver a sua vontade imensa de, se possível, e eles creem que é possível, produzir, este ano, ainda mais trigo do que aquele que era produzido antes do 25 de Abril. Isto para poder demonstrar a toda a facção conservadora: reaccionária e capitalista, que o povo trabalhador, quando tem nas mãos os meios de produção, consegue trabalhá-los e produzir para bem de todo o Povo e

não apenas para bem de uma minoria.

«E é com esta finalidade que todos devem estar empenhados neste País: produzir realmente, não para dar a uma minoria dominante, do ponto de vista económico e político, os lucros de um trabalho esforçado, mas sim para que esse trabalho redunde em benefício de todo o Povo de nove milhões de habitantes.»

No final depois de ter salientado a importância da sua deslocação ali, considerando-a como uma «aula prática», pois como afirmou «os generais têm muito que aprender com o Povo», reafirmou a sua vontade de estar sempre ao lado dos trabalhadores para aprender «o que é o verdadeiro poder popular e a força do povo no caminho de uma verdadeira revolução socialista.»

O comandante Almada Contreiras que encerrou o comício terminou a sua intervenção exortando os trabalhadores agrícolas do Alentejo a procurarem «formas

e direcções políticas correctas para criarem uma defesa activa, armada se necessária, para se oporem ao avanço do fascismo», tendo salientado anteriormente:

«A defesa da Revolução faz-se aqui no Alentejo e não só, em dois pilares fundamentais: o primeiro é produzir, para que o povo sinta que o socialismo, efectivamente, lhe dá mais pão para a barriga e para que se desminta que o capitalismo pode, efectivamente, criar a sociedade de abundância com que nos pensam enganar. Mas, para além dessa necessidade da produção, é necessário que os trabalhadores se organizem de uma forma activa, de uma forma disciplinada, de uma forma pensada para o ataque que se vem a desenvolver contra esta revolução socialista, neste canto da Europa.»

O capitalismo e o imperialismo, interno e externo, apostaram todas as suas forças em destruir as possibilidades de construirmos, aqui em Portugal, a revolução socialista.»

## ENCONTRO DISTRITAL DE SANTARÉM

Em Santarém decorreu o Encontro Distrital das Organizações Populares Unitárias, que constituiu mais um passo no reforço do movimento popular contra as manobras da reacção

A necessidade de pôr rapidamente a funcionar Assembleias Populares e eleger Conselhos Municipais com carácter deliberativo onde tal seja possível e a medida que o processo o possibilita; que os Conselhos Municipais, como órgãos representativos da vontade popular, logo de início, devem passar a reunir conjuntamente com as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais, mantendo-se em funcionamento, com poderes deliberativos, mesmo quando, por qualquer circunstância, estejam vagos os lugares dos corpos administrativos das Câmaras; encontrar desde já, formas de contacto com as Assembleias Populares existentes e as que se forem criando, são algumas das conclusões aprovadas no Encontro Distrital das Organizações Populares Unitárias efectuada, no domingo passado, na Escola Industrial e Comercial de Santarém.

Mais de 110 organizações, comissões de trabalhadores, comissões sindicais, comissões de moradores, cooperativas e colectividades deram o seu apoio expresso ao Encontro Unitário, estando presentes representantes de 12 dos 21 concelhos do distrito de Santarém, nomeadamente Alcanena, Alpiar-

mais unida e coesa e galvanize para a luta as restantes classes e camadas trabalhadoras, os camponeses, os empregados, os pescadores, os intelectuais progressistas, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais. E necessário que as forças de esquerda se unam. É necessário que os militares de esquerda e os militares progressistas se unam também. É necessário que uns e outros se dêm as mãos, impedindo toda e qualquer manobra divisionista.

«O que existe hoje em Portugal não é poder popular, mas sim estruturas unitárias populares, que estão dando lugar a um amplo e imparável movimento popular, isso sim. Estruturas unitárias populares e movimento popular que é necessário consolidar, desenvolver e alargar. Era esse o objectivo desse Encontro. E tal objectivo foi atingido.»

Com efeito, tem sido dirigido, por escrito, convite a todas as ADUs das unidades militares do distrito para que enviassem ao Encontro um oficial, um sargento e um soldado, fizeram-se representar as seguintes unidades: Regimento de Administração Militar de Vendas Novas; Regimento de Infantaria de Abrantes; Regimento de Caçadores Para-quadistas de Tancos e a Escola Prática de Engenharia

nacionaliza a companhia das Lezírias, aprovado em Conselho de Ministros de 17/10/75, contra o parágrafo 2.º do artigo 1.º, que diz: «A nacionalização prevista no n.º 1 é feita sem prejuízo do direito dos actuais titulares de acções privadas indenimentadas» e contra o artigo 2.º parágrafo 1, que diz: «O Estado pagará aos titulares de acções da empresa nacionalizada, contra a entrega dos respectivos títulos, uma indemnização a definir, quanto ao montante, prazo e forma de pagamento, em diploma legal a publicar no prazo de 180 dias, a contar da data da nacionalização.»

Dá-se inteiro apoio ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa, ao Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, no que respeita ao protesto que já fizeram no mesmo sentido.»

Ainda nesta secção e no que diz respeito aos arrendamentos foram aprovadas as seguintes conclusões: «Sobre os rendeiros é importante que os senhorios não tentem tirar-lhes as terras, porque eles não as cultivam da melhor forma nem as exploram, como acontece com o rendeiro que a explora e trabalha a terra, para que haja uma melhor produção e engrandecimento da riqueza nacional.»

Uma vez que existe um intermediário, o qual não se justifica, o rendeiro deve pois começar a pagar a renda ao próprio dono da terra, que é o senhorio. Uma vez feitas melhorias pelo rendeiro, se acaso este sair, o senhorio terá de o indemnizar.

Ainda sobre o pagamento de rendas, o intermediário, perante a lei do arrendamento, deve ser posto de parte.

Daremos um exemplo da exploração provocada pelo intermediário: enquanto o rendeiro paga por hectare cinco mil escudos ao intermediário, este só paga ao senhorio três mil escudos, embor-

ando os restantes dois mil escudos. Os operários agrícolas manobram também o seu interesse de estabelecerem uma aliança com os pequenos e médios agricultores, reafirmando que nunca foi sua intenção apoderar-se das suas terras, como pretendem fazer certos grandes latifundiários com as suas calúnias e reafirmando a sua intenção de, lado a lado, lutarem por uma melhoria de vida nos campos. Ao mesmo tempo as Comissões de Trabalhadores das herdades ocupadas convidam os pequenos e médios agricultores a visitarem aquelas propriedades para verificarem no local que a terra ocupada pertencia única e exclusivamente aos grandes latifundiários.

## A COBERTURA DA TV

A propósito da grande manifestação de trabalhadores que decorreu na cidade de Beja, na passada quinta-feira, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito e a que aderiram numerosos sindicatos, a qual contou com a presença do general Otelo Saraiva de Carvalho, comandante Almada Contreiras e brigadeiro Pezarat Correia, todos membros do Conselho da Revolução, a União dos Sindicatos do Distrito de Beja tomou público um comunicado onde critica o relevo e a maneira como a RTP noticiou o acontecimento, afirmando:

«Apesar da cobertura total feita pelas câmaras, perguntamos por que motivo se apresenta apenas um extracto, ignorando a realidade que foi a grandiosa manifestação unitária, onde os trabalhadores saudaram o general Otelo e que grande parte da Imprensa diária não escondeu.»

«Porque consideramos que o esclarecimento dado nesta manifestação desmistifica posições de políticos oportunistas que a TV nos apresenta, neste momento, com total repúdio do Povo Alentejano, classificando o mutismo desse órgão de informação como atentatório à verdade alentejana que, exigimos, seja conhecida no resto do País.»



# NA UNIDADE OS TRABALHADORES AVANÇAM!

## Um mar de gente, povo trabalhador, inundou a cidade de Lisboa no domingo passado numa manifestação que só foi ultrapassada pela que se realizou logo após o 25 de Abril, na comemoração do Dia do Trabalho. A grande manifestação unitária que tornou pequeno o Terreiro do Paço constituiu mais uma prova de que o Povo português está disposto a barrar, com a sua presença, o caminho à reacção, venha ela de onde vier e utilize os processos que utilizar

Centenas de milhares de trabalhadores operários industriais e agrícolas, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros, pequenos e médios comerciantes e industriais, intelectuais, jovens estudantes, enfim, todos aqueles que constituem a poderosa legião do trabalho, que marca o rumo do nosso país para o socialismo, desceram no passado domingo à rua, às ruas de Lisboa. Aqui, num potente caudal revolucionário, as massas populares demonstraram que não estão dispostas a aceitar que os lacaios do capital travem o processo revolucionário português, afastando-o do caminho luminoso do socialismo e desviando-o para os perigosos atalhos da social-democracia que, a curto prazo, desembocam nas trevas do fascismo.

Foi a classe operária, foram os camponeses, foram os soldados e marinheiros, filhos do povo fardados, foram os pescadores, foram os estudantes e intelectuais, foram os empregados, foi, enfim o povo trabalhador que, na tarde do dia 16, inundou as ruas da capital, gritando não à política de direita, gritando não à social-democracia, gritando não à reacção e ao fascismo, demonstrando que, unidos e organizados, os trabalhadores avançam rumo ao socialismo. Não existem forças capazes de conter a torrente revolucionária da classe operária e dos seus aliados, quando irresistivelmente, mercê da sua capacidade de organização e de iniciativa e do seu espírito criador, desenvolvem um poderoso movimento popular de massas rumo ao socialismo.

A Grande Manifestação Popular Unitária, convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, foi uma firme demonstração de que as massas trabalhadoras estão contra o terrorismo dos reacçãoários e contra-revolucionários, opondo-se vigorosamente à reacção e ao fascismo, à aliança da direita. As massas trabalhadoras estão com o processo revolucionário, prontas a defender tenazmente as conquistas da revolução.

### A PODEROSA FORÇA DO TRABALHO

Lisboa, na grande jornada popular do dia 16, foi, pode dizer-se, a grande capital do Trabalho. Não só pelas centenas de milhares de trabalhadores presentes, mas porque estes trouxeram para a rua os seus instrumentos de trabalho. As betoneiras da construção civil, os tractores dos operários agrícolas, as camionetas de transporte utilizadas por operários e camponeses, na sua quotidiana produção de riqueza.

Os meios de produção que os trabalhadores trouxeram para a rua no passado domingo demonstram a indiscutível força do trabalho. Mas não só: trazendo para a rua os seus meios de trabalho, os trabalhadores pretendem dizer que são eles a força motora da História, que são eles a grande alavanca da revolução. Da Revolução que lhes dará, no futuro, a posse de todos os meios de produção e o usufruto de toda a riqueza que produzirem.

Lisboa viveu, no passado domingo, uma grande jornada, uma inesquecível jornada de luta pela cons-

trução do socialismo. O Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade, os Restauradores, o Rossio, as ruas do Ouro, Augusta e da Prata e, finalmente, o Terreiro do Paço que foi, neste domingo, o Terreiro da Revolução — foram todos os campos e fábricas do nosso País, foram todos os escritórios e quartéis. As massas trabalhadoras desceram à rua e a rua foi revolução.

### LISBOA: PONTO DE ENCONTRO DA CLASSE OPERÁRIA

Ainda a manhã lindava e já o Marquês de Pombal registava a presença de numerosos manifestantes. Eram trabalhadores, vinham marcar a sua presença nesta grande jornada de luta. Convocada para as 16 horas, a concentração iniciava-se muito mais cedo. Pouco depois das 15, já o Marquês de Pombal era um mar de gente. Centenas de bandeiras nacionais, centenas de bandeiras vermelhas eram sinónimo de manifestação patriótica e revolucionária, popular e unitária.

Os trabalhadores iam chegando, com as suas bandeiras, os seus discursos. Uns representavam as localidades e as delegações presentes; outros reproduziam algumas das palavras de ordem da grande manifestação.

O Marquês de Pombal foi o ponto de encontro dos trabalhadores. Dos trabalhadores da Construtora Moderna, da Siderurgia Nacional, da Sorefame, dos Cimentos Tejo, da Trefilária, da Lever-Iglo-Fina, da Arsenal do Alfeite, da AFB, da Joaquim Francisco dos Santos, da Standard Eléctrica, da Carris, da Guerin, da Corame, da UTIC, da Parry & Son, do Tojal, da Copam, da República, da Rádio Renascença, da ANOP, da Fibrocoop, da Eurofil, da Wright, da Cometra, da Sopotna, da Lusalte, da Iberol, da Ytong, do J. Pimenta, da Equimetal, da Mague, da Câmara Municipal de Lisboa, da CUF, da Covina, da Tofa, da Sociedade de Carvejas, do Gaslimpo e de centenas de outras.

Era a classe operária, eram os trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, que se encontravam no Marquês de Pombal com os moradores de Alcântara, de S. Miguel, de Tortosendo, da Covilhã, de Sesimbra, de Alfama, de Paio Pires, de Aqualva, do Cacém, de Queluz, da Trafaria, de Sintra, do Alcoitão, da Charneca, de S. Mamede, de Beja, da Moita do Lavradio, do Barreiro, de Ficalho, de Cascais, de Belas, do Beato, etc.

### ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA

Mas o Marquês de Pombal foi também o ponto de encontro dos operários rurais com os operários industriais, dos trabalhadores da cidade com os trabalhadores do campo e do mar.

Os heróicos camponeses e operários agrícolas do Alentejo quiseram estar presentes nas ruas da cidade ao lado dos seus irmãos de classe. Ferrovários, operários da construção civil, pescadores, bancários, trabalhadores de segu-

ros, estivadores, metalúrgicos, tiveram a seu lado os operários agrícolas e os camponeses do Alentejo. A foice e o martelo unidos na luta contra a reacção e o fascismo.

Representantes dos heróicos trabalhadores alentejanos de Grândola, Beja, Santa Vitória, Casabres, Portalegre, Montemor, dos bastiões da Reforma Agrária, fortalezas vermelhas na vanguarda da luta por uma sociedade em que seja banida a exploração do homem pelo homem.

A presença de centenas e centenas de trabalhadores de inúmeras cooperativas agrícolas é a prova evidente de que a classe operária está com a luta dos camponeses e de que estes estão ao lado dos seus irmãos de classe na construção do socialismo. A vitalidade da aliança operário-camponesa ficou bem patente na grande jornada do dia 16.

### SOLDADOS E MARINHEIROS SEMPRE AO LADO DO POVO!

A Grande Manifestação Unitária foi, igualmente, uma vibrante jornada de unidade entre o povo trabalhador e os filhos do povo fardados, que se incorporaram às centenas na manifestação. Soldados, marinheiros, pára-queidistas, sargentos e oficiais revolucionários, desfilaram ao lado da classe operária e do povo trabalhador.

Militares do RALIS, do RIOQ, da EPAM, da PM e de outras unidades, marinheiros da Escola Naval, da CDAP, pára-queidistas de Tanços, sargentos e oficiais da Força Aérea, demonstraram inequivocamente que estão ao lado do povo na defesa e avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo. A presença dos SUV e dos sargentos e oficiais progressistas na grande jornada unitária do povo trabalhador contribuiu grandemente para o reforço da aliança do povo trabalhador com o povo fardado.

Aliás, a chegada dos pára-queidistas ao Marquês de Pombal foi impressionante pelo apurmo e disciplina que denotavam. Fazendo-se transportar em duas «Berliets», que pararam na Avenida Fontes Pereira de Melo, os pára-queidistas desceram ordenadamente dos veículos, formando imediatamente com os sargentos e oficiais, de braço dado, à cabeça da formação.

Deste modo, revelando que a disciplina revolucionária, por não ser imposta é muito mais forte, dirigiram-se então para o local da concentração no meio de estrondosos aplausos dos trabalhadores presentes, que tiveram ali a prova de que os pára-queidistas estão ao lado do Povo.

### O POVO ESTÁ AQUI

«Isto está cheio de minorias!» — declarava um trabalhador em tom de chalaça ao ver que se tomava difícil para a parte final da manifestação entrar na Praça do Comércio.

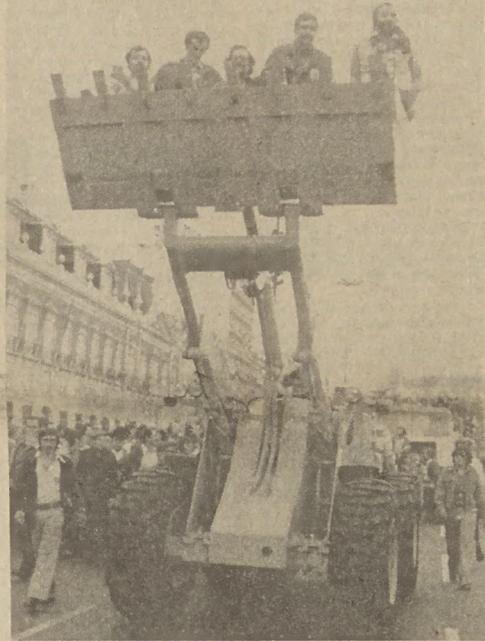
Com efeito e muito embora esse facto cause engulhos a certas personalidades políticas e a determinados jornalistas cuja objectividade e isenção, nos «regos» da infor-

mação, são conhecidos, a verdade é que a Praça do Comércio se encontrava repleta de gente.

Desde o Cais das Colunas até às arcadas dos ministérios, espraiando-se ainda pela Rua do Ouro, a multidão era densa. Se por acaso a RTP tivesse feito a reportagem do acontecimento recolhendo algumas imagens aéreas, como já se fez noutra manifestação recente (imagens que aliás não transmitiu) poderia apresentar uma vista global do Terreiro do Paço, autêntica mancha negra de população no meio de casarão da parte baixa da cidade. Mas o interesse da população que não pôde ir ao Terreiro do Paço manifestou-se igualmente assistindo à concentração grandiosa dos trabalhadores dos pontos altos de Lisboa, nomeadamente do Castelo de S. Jorge, onde um cacho humano se empoleirou nas ameias para daí poder ver.

Sem ódio, mas com determinação. Esta foi a grande diferença da manifestação das classes trabalhadoras. Depois, a imaginação popular encarregava-se de criar novas palavras de ordem, adaptadas ao momento actual. Foi assim que, a dado momento, um pequeno grupo de manifestantes começou a gritar «O Povo está aqui e os fascistas em Visau», e que imediatamente foram secundados por todos os manifestantes.

Mas o povo, o povo que trabalha e que não vive da exploração do trabalho alheio, não tem medo. Não tem medo de lutar pelas seus direitos. Só assim se justifica que, apesar dos boatos intimidativos, postos a circular por certas forças políticas, no intuito de desmobilizar as pessoas interessadas em acorrer à manifestação — e alguns partidos chegaram mesmo a distri-



E, quando os manifestantes, respondendo à manifestação que no domingo anterior se acoitara naquele local gritavam bem alto: «O Povo está aqui!» não havia lugar para dúvidas. O povo trabalhador estava ali, e não havia clareiras de meia praça...

Operários e camponeses, soldados e marinheiros tinham marcado a sua presença para afirmarem mais uma vez e recordarem a todos os que pretendem fazer recuar o processo revolucionário a sua disposição de lutarem contra um governo de direita, como acenava um cartaz dos pescadores de Sesimbra: «Quem não teme o mar, não teme a reacção».

### O POVO NÃO TEM MEDO

«Pinheiro de Azevedo, o povo não tem medo» foi talvez uma das palavras de ordem mais gritadas durante a manifestação unitária.

Exigindo a saída dos reacçãoários do Governo, a multidão compacta concentrou-se no Terreiro do Paço onde, num estrado improvisado, foram lidas algumas moções e as intervenções da Intersindical e do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que convocara a manifestação, bem como uma mensagem do general Oteio Saraiva de Carvalho e que a multidão aplaudiu demoradamente gritando repetidamente «Oteio, Oteio».

A saudação enviada pelo Secretariado da Intersindical aborda a agudização da luta de classes no nosso país, considerando-a como a característica fundamental da actual fase do processo revolucionário, e acrescenta:

«Os exploradores, a grande burguesia aliada ao imperialismo, e todos os seus lacaios, tudo têm feito para combater o avanço da Revolução. A chantagem política, a sabotagem económica, os atentados terroristas, a destruição de instalações sindicais, as constantes tentativas de fomentar o divisionismo no seio dos trabalhadores, demonstram claramente que os objectivos finais da reacção continuam a ser a imposição duma política anti popular ao serviço do imperialismo, do grande capital e dos latifundiários.

Tal como toda a nossa história demonstra são os trabalhadores o principal motor das transformações revolucionárias, e assim continuará a ser!

As poderosas lutas e as grandes vitórias alcançadas ind-

buir comunicados alertando para os hipotéticos perigos que as pessoas corriam se fossem à manifestação — a manifestação unitária convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa registase uma afluência nunca igualada depois do 1.º de Maio de 1974.

Se havia razões para dúvidas elas desfizeram-se no último domingo. O povo não tem medo, como foi dito e demonstrado, e não está disposto a abdicar das conquistas que a Revolução do 25 de Abril lhe permitiu, por vezes com grandes sacrifícios das classes trabalhadoras. Desta verdade se têm de convencer os políticos que em palavras afirmam defender os interesses dos trabalhadores para logo a seguir e nas costas dos mesmos trabalhadores não hesitam em utilizar todos os processos de traição.

### REFORÇAR A UNIDADE

Exigindo a saída dos reacçãoários do Governo, a multidão compacta concentrou-se no Terreiro do Paço onde, num estrado improvisado, foram lidas algumas moções e as intervenções da Intersindical e do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que convocara a manifestação, bem como uma mensagem do general Oteio Saraiva de Carvalho e que a multidão aplaudiu demoradamente gritando repetidamente «Oteio, Oteio».

A saudação enviada pelo Secretariado da Intersindical aborda a agudização da luta de classes no nosso país, considerando-a como a característica fundamental da actual fase do processo revolucionário, e acrescenta:

«Os exploradores, a grande burguesia aliada ao imperialismo, e todos os seus lacaios, tudo têm feito para combater o avanço da Revolução. A chantagem política, a sabotagem económica, os atentados terroristas, a destruição de instalações sindicais, as constantes tentativas de fomentar o divisionismo no seio dos trabalhadores, demonstram claramente que os objectivos finais da reacção continuam a ser a imposição duma política anti popular ao serviço do imperialismo, do grande capital e dos latifundiários.

Tal como toda a nossa história demonstra são os trabalhadores o principal motor das transformações revolucionárias, e assim continuará a ser!

As poderosas lutas e as grandes vitórias alcançadas ind-

buir comunicados alertando para os hipotéticos perigos que as pessoas corriam se fossem à manifestação — a manifestação unitária convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa registase uma afluência nunca igualada depois do 1.º de Maio de 1974.

Se havia razões para dúvidas elas desfizeram-se no último domingo. O povo não tem medo, como foi dito e demonstrado, e não está disposto a abdicar das conquistas que a Revolução do 25 de Abril lhe permitiu, por vezes com grandes sacrifícios das classes trabalhadoras. Desta verdade se têm de convencer os políticos que em palavras afirmam defender os interesses dos trabalhadores para logo a seguir e nas costas dos mesmos trabalhadores não hesitam em utilizar todos os processos de traição.

Exigindo a saída dos reacçãoários do Governo, a multidão compacta concentrou-se no Terreiro do Paço onde, num estrado improvisado, foram lidas algumas moções e as intervenções da Intersindical e do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que convocara a manifestação, bem como uma mensagem do general Oteio Saraiva de Carvalho e que a multidão aplaudiu demoradamente gritando repetidamente «Oteio, Oteio».

A saudação enviada pelo Secretariado da Intersindical aborda a agudização da luta de classes no nosso país, considerando-a como a característica fundamental da actual fase do processo revolucionário, e acrescenta:

«Os exploradores, a grande burguesia aliada ao imperialismo, e todos os seus lacaios, tudo têm feito para combater o avanço da Revolução. A chantagem política, a sabotagem económica, os atentados terroristas, a destruição de instalações sindicais, as constantes tentativas de fomentar o divisionismo no seio dos trabalhadores, demonstram claramente que os objectivos finais da reacção continuam a ser a imposição duma política anti popular ao serviço do imperialismo, do grande capital e dos latifundiários.

Tal como toda a nossa história demonstra são os trabalhadores o principal motor das transformações revolucionárias, e assim continuará a ser!

### MENSAGEM DE OTELO

Foi um soldado pára-queidista quem leu a mensagem do comandante do COPCON, general Oteio Saraiva de Carvalho, aos manifestantes e que é do seguinte teor:

«Ausente de Lisboa, mas acompanhando emocionado pela Televisão a grandiosa manifestação do autêntico povo que trabalha, e, agora sim transformo o Terreiro do Paço em Terreiro do Povo, enche-me o coração com a enraizada certeza de que a Revolução socialista portuguesa jamais morrerá, contra o ódio de todos os que querem fazer recuar, contra o temor daqueles que querem fazer parar, a indiscução e falta de coragem e audácia revolucionária de muitos outros.

A força do povo trabalhador durante tantos anos explorada levantou-se-se como um gigante para a conquista da sociedade socialista e da independência nacional que os homens justos e honestos deste País ambicionam para todos os portugueses. Obrigado, povo amigo! O Oteio está contigo!»

«Pinheiro de Azevedo, o povo não tem medo» foi talvez uma das palavras de ordem mais gritadas durante a manifestação unitária.

Exigindo a saída dos reacçãoários do Governo, a multidão compacta concentrou-se no Terreiro do Paço onde, num estrado improvisado, foram lidas algumas moções e as intervenções da Intersindical e do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que convocara a manifestação, bem como uma mensagem do general Oteio Saraiva de Carvalho e que a multidão aplaudiu demoradamente gritando repetidamente «Oteio, Oteio».

### OPOR UMA BARREIRA À REACÇÃO

### DAR COBERTURA À CONTRA-REVOLUÇÃO

Dirigindo-se às centenas de milhares de manifestantes, um representante do secretariado provisório começou por afirmar que a manifestação surge da necessidade de concretizar, em grandes acções de massas, a unidade combativa da classe operária; dos trabalhadores, das forças progressistas do nosso País. Ela surge da necessidade de opor uma barreira firme e intransponível à acção das forças de direita e da contra-revolução, apostadas em pôr em causa as conquistas revolucionárias do nosso Povo, inverter a marcha do processo revolucionário, abrir caminhos pela violência e pelo terror ao regresso do fascismo.

A nossa presença aqui — prosseguiu — numa das maiores manifestações populares a que a cidade de Lisboa já assistiu, é bem a expressão da vontade firme dos trabalhadores e do Povo português em defender as conquistas já alcançadas, derrotar a conspiração contra-revolucionária, tornando irreversível o avanço para o socialismo.

Aqueles que procuraram impedir-nos de estar aqui, apeando à formação de bargagens nas estradas, como em Rio Maior e outros locais, realizando sabotagens na via férrea, como em Alcacêr do Sal, lançando boatos intimidatórios e desmobilizadores, recorrendo à chantagem, ao terror, ao alarmismo e demagogia fácil, nós respondemos, firme e decididamente: Não! Não temos medo!

Mais adiante e antes de saudar carinhosamente os camaradas da construção civil, que não obstante as dificuldades e sacrifícios que tiveram de ultrapassar mantiveram sempre a serenidade de ânimo e a firmeza de vontade que os levou à vitória final, o representante do Secretariado Provisório afirmou:

As forças de direita, incluindo a direcção do PS e as forças contra-revolucionárias, incluindo

Com essa manifestação, fazendo lembrar os dias sinistros do fascismo, pretendeu-se «plebiscitar» a política de direita do VI Governo Provisório.

O discurso do almirante Pinheiro de Azevedo recebeu farto aplausos da assistência, mas mereceu, há que dizer-lo, a justa indignação e repúdio dos trabalhadores portugueses.

Não é com as forças conservadoras e reacçãoárias, aglutinando em seu redor até os provocadores do ELP, MDLP e outros, que se constrói o socialismo. Não, camaradas! Pelo contrário, é com as classes laboriosas, com as forças progressistas, com todos aqueles que verdadeiramente estão empenhados no processo revolucionário que se atingirá a sociedade sem classes, e se porá definitivamente fim à exploração do homem pelo homem.

É assim que pensamos e por isso estamos aqui! Estamos aqui para dizer clara e decididamente que os trabalhadores deste País não permitirão que através de alianças e cedências à direita se ponham em causa as conquistas já alcançadas pelo nosso Povo.

Mais adiante e antes de saudar carinhosamente os camaradas da construção civil, que não obstante as dificuldades e sacrifícios que tiveram de ultrapassar mantiveram sempre a serenidade de ânimo e a firmeza de vontade que os levou à vitória final, o representante do Secretariado Provisório afirmou:

As forças de direita, incluindo a direcção do PS e as forças contra-revolucionárias, incluindo

reita e à contra-revolução, acusa os trabalhadores de não trabalharem e de provocarem a ruína económica do País, e anuncia um Plano Económico que é urgente desmistificar, pois as medidas de austeridade nele anunciadas, só os trabalhadores as sustentarão. Quando se pretende recuperar para o capital as empresas já nacionalizadas, indemnizar os capitalistas expropriados, congelar ou reduzir salários com a contrapartida do aumento de preços, é fazer uma política antioperária e antipopular, e que com tudo isto se visa, assim, arrebatá-lo aos trabalhadores as conquistas já alcançadas, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, e que ainda certos Ministérios agem deliberadamente no sentido do reforço das estruturas capitalistas no nosso País, o orador salientou que as nacionalizações devem prosseguir, que é urgente a institucionalização do controlo operário nas empresas, o imediato desbloqueamento do crédito de emergência para o avanço da Reforma Agrária e a redução drástica dos leques salariais existentes, afirmando ao terminar:

«Que não se iludam as forças da direita e da reacção. A disciplina que querem, não aceitamos. Repudiamos a ordem que os Sá Carneiro, os Pires Veloso e quejandos prezonizam. Faremos frente tanto à conspiração reacçãoária preparatória do golpe de Estado fascista, como à manobra da direita para se apossar de todas as alavancas do poder e «recuperar» pacificamente o processo revolucionário para o grande capital.

Não viemos aqui para «assaltar o poder», mas queremos transformar o poder. Exigimos a transformação do poder com a integração no Governo e no Conselho da Revolução de homens e forças políticas que dêem garantias, pelo seu passado

do PPD, desenvolvem históricas e demagógicas campanhas que mais não visam que dar cobertura ao desencadear de um golpe contra-revolucionário.

O Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo lamenta-se da falta de autoridade do seu Governo. Mas se o Governo não governa é precisamente porque aquelas forças detêm posições dominantes no VI Governo, praticando uma política que não tem o apoio da classe operária e das classes trabalhadoras. Melhor, encontra pela frente a firme oposição da classe operária e dos trabalhadores.

A ignóbil e incompetente actuação do Ministério do Trabalho, a que os trabalhadores começam já a chamar Ministério das Corporações e que o Governo, por todos os meios, procura esconder, tem provocado, da parte dos trabalhadores, fortes movimentos de protesto.

O ministro Tomás e o secretário Marcelo, pela orientação direitista e antioperária que dão aos seus gabinetes, não defendendo os interesses dos trabalhadores, mas sim os do patrono explorador, apanharam já pela frente a justa e firme disposição revolucionária dos nossos camaradas metalúrgicos, da construção civil e outros sectores profissionais.

Daqui lançamos um apelo a todos os revolucionários, a todos os trabalhadores, aos camponeses, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos soldados, sargentos e oficiais progressistas:

UNAMO-NOS CONTRA O TERRORISMO, CONTRA A REACÇÃO E O FASCISMO, CONTRA A ALIANÇA DA DIREITA, PELA DEFESA E AVANÇO DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO.

Daqui saudamos todos os militares progressistas, soldados e marinheiros, sargentos e oficiais, milicianos e oficiais do quadro permanente que têm sabido colocar-se do lado do Povo e da Revolução.

Daqui apelamos para que, pondo de lado divergências secundárias, se procure um entendimento que leve à reorganização do MFA com o movimento aliado dos trabalhadores, progressista e revolucionário.

A burguesia, as forças da direita e da reacção em pânico, redobram os seus ataques. Nós, os trabalhadores, estamos serenos, unidos e confiantes.

No meio de grande alegria, com grupos de pessoas dançando e cantando versos improvisados como «Pinheiro vai para a rua que esta casa não é tua», a manifestação dispersou sem que se tivesse registado um único incidente.



reita e à contra-revolução, acusa os trabalhadores de não trabalharem e de provocarem a ruína económica do País, e anuncia um Plano Económico que é urgente desmistificar, pois as medidas de austeridade nele anunciadas, só os trabalhadores as sustentarão. Quando se pretende recuperar para o capital as empresas já nacionalizadas, indemnizar os capitalistas expropriados, congelar ou reduzir salários com a contrapartida do aumento de preços, é fazer uma política antioperária e antipopular, e que com tudo isto se visa, assim, arrebatá-lo aos trabalhadores as conquistas já alcançadas, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, e que ainda certos Ministérios agem deliberadamente no sentido do reforço das estruturas capitalistas no nosso País, o orador salientou que as nacionalizações devem prosseguir, que é urgente a institucionalização do controlo operário nas empresas, o imediato desbloqueamento do crédito de emergência para o avanço da Reforma Agrária e a redução drástica dos leques salariais existentes, afirmando ao terminar:

«Que não se iludam as forças da direita e da reacção. A disciplina que querem, não aceitamos. Repudiamos a ordem que os Sá Carneiro, os Pires Veloso e quejandos prezonizam. Faremos frente tanto à conspiração reacçãoária preparatória do golpe de Estado fascista, como à manobra da direita para se apossar de todas as alavancas do poder e «recuperar» pacificamente o processo revolucionário para o grande capital.

Não viemos aqui para «assaltar o poder», mas queremos transformar o poder. Exigimos a transformação do poder com a integração no Governo e no Conselho da Revolução de homens e forças políticas que dêem garantias, pelo seu passado

do PPD, desenvolvem históricas e demagógicas campanhas que mais não visam que dar cobertura ao desencadear de um golpe contra-revolucionário.

O Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo lamenta-se da falta de autoridade do seu Governo. Mas se o Governo não governa é precisamente porque aquelas forças detêm posições dominantes no VI Governo, praticando uma política que não tem o apoio da classe operária e das classes trabalhadoras. Melhor, encontra pela frente a firme oposição da classe operária e dos trabalhadores.

A ignóbil e incompetente actuação do Ministério do Trabalho, a que os trabalhadores começam já a chamar Ministério das Corporações e que o Governo, por todos os meios, procura esconder, tem provocado, da parte dos trabalhadores, fortes movimentos de protesto.

O ministro Tomás e o secretário Marcelo, pela orientação direitista e antioperária que dão aos seus gabinetes, não defendendo os interesses dos trabalhadores, mas sim os do patrono explorador, apanharam já pela frente a justa e firme disposição revolucionária dos nossos camaradas metalúrgicos, da construção civil e outros sectores profissionais.

Daqui lançamos um apelo a todos os revolucionários, a todos os trabalhadores, aos camponeses, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos soldados, sargentos e oficiais progressistas:

UNAMO-NOS CONTRA O TERRORISMO, CONTRA A REACÇÃO E O FASCISMO, CONTRA A ALIANÇA DA DIREITA, PELA DEFESA E AVANÇO DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO.

Daqui saudamos todos os militares progressistas, soldados e marinheiros, sargentos e oficiais, milicianos e oficiais do quadro permanente que têm sabido colocar-se do lado do Povo e da Revolução.

Daqui apelamos para que, pondo de lado divergências secundárias, se procure um entendimento que leve à reorganização do MFA com o movimento aliado dos trabalhadores, progressista e revolucionário.

A burguesia, as forças da direita e da reacção em pânico, redobram os seus ataques. Nós, os trabalhadores, estamos serenos, unidos e confiantes.

No meio de grande alegria, com grupos de pessoas dançando e cantando versos improvisados como «Pinheiro vai para a rua que esta casa não é tua», a manifestação dispersou sem que se tivesse registado um único incidente.



reita e à contra-revolução, acusa os trabalhadores de não trabalharem e de provocarem a ruína económica do País, e anuncia um Plano Económico que é urgente desmistificar, pois as medidas de austeridade nele anunciadas, só os trabalhadores as sustentarão. Quando se pretende recuperar para o capital as empresas já nacionalizadas, indemnizar os capitalistas expropriados, congelar ou reduzir salários com a contrapartida do aumento de preços, é fazer uma política antioperária e antipopular, e que com tudo isto se visa, assim, arrebatá-lo aos trabalhadores as conquistas já alcançadas, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, e que ainda certos Ministérios agem deliberadamente no sentido do reforço das estruturas capitalistas no nosso País, o orador salientou que as nacionalizações devem prosseguir, que é urgente a institucionalização do controlo operário nas empresas, o imediato desbloqueamento do crédito de emergência para o avanço da Reforma Agrária e a redução drástica dos leques salariais existentes, afirmando ao terminar:

«Que não se iludam as forças da direita e da reacção. A disciplina que querem, não aceitamos. Repudiamos a ordem que os Sá Carneiro, os Pires Veloso e quejandos prezonizam. Faremos frente tanto à conspiração reacçãoária preparatória do golpe de Estado fascista, como à manobra da direita para se apossar de todas as alavancas do poder e «recuperar» pacificamente o processo revolucionário para o grande capital.

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



## AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS NA CONTRA-OFFENSIVA



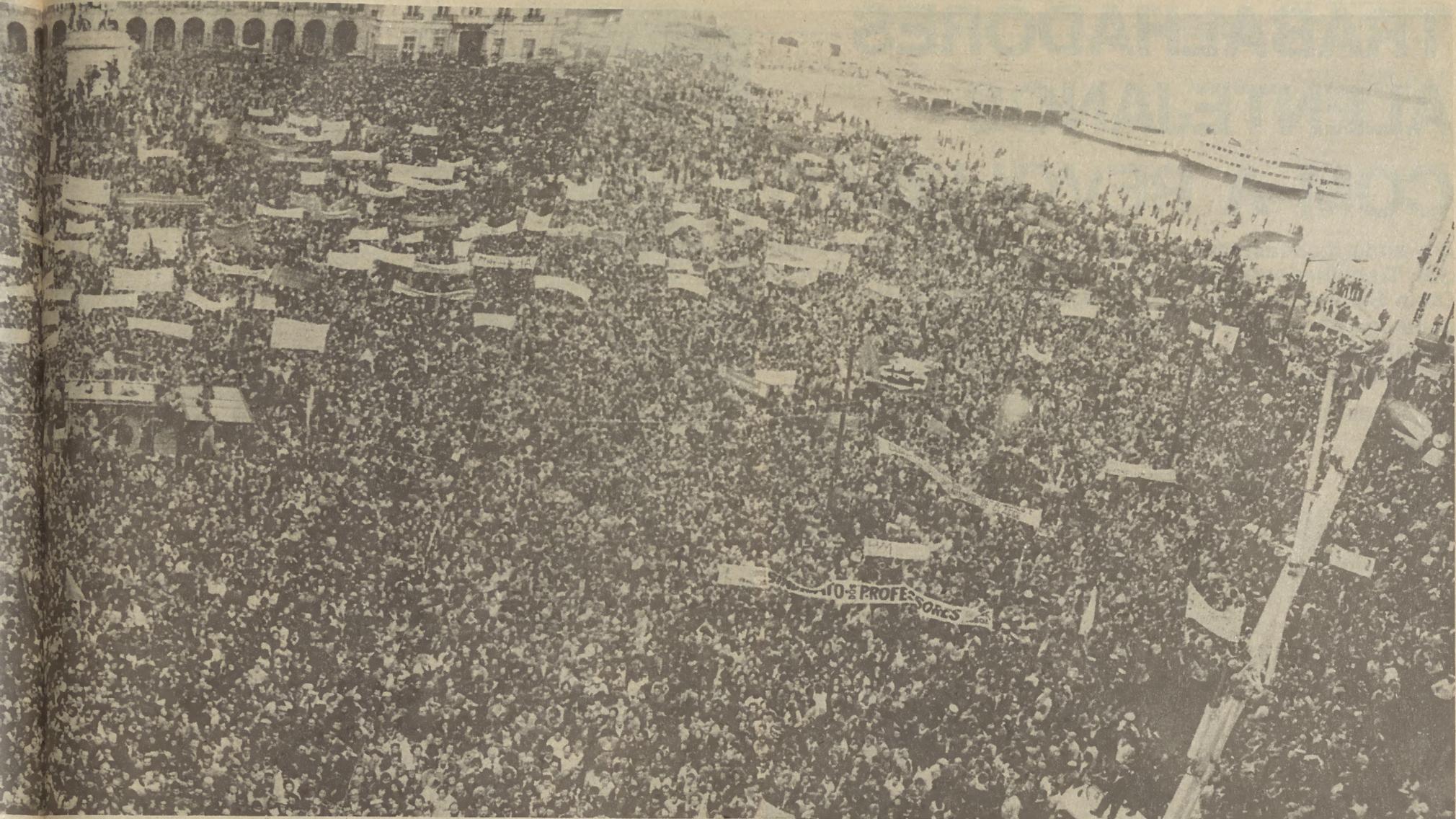
**P**ara o povo trabalhador, a unidade não é uma palavra sem sentido. Não é uma bandeira arrumada a um canto para erguer em dia de festa. Não é conceito que se discuta à mesa entre homens de gabinete. É a prova real do movimento popular. É a própria acção demonstrada na rua, ombro a ombro, nas palavras de ordem gritadas em uníssono por centenas de milhares de vezes.

**Q**uem pode ignorar a força dessas vozes? Quem pode, contra elas, acusar de minorias os trabalhadores organizados, homens e mulheres que, de sol a sol e pela noite dentro, constroem as herdades colectivas? Quem tem o descaramento de não ver (e de pretender que os outros não vejam) as centenas de milhares de operários, de homens, mulheres e jovens, que são o corpo vivo deste país, enchendo o Terreiro do Paço e as ruas da Baixa? Quem não viu em Beja a força de quem trabalha?

**N**ão querem vê-la aqueles que a receiam. Não querem vê-la todos quantos (parasitas e lacaios) querem «silêncio», «ordem» e «disciplina» para em sossego roubar, para melhor oprimirem, todos quantos têm da ordem, da disciplina e da organização do povo trabalhador uma opinião de caos, de anarquia, de desordem. Não colhem esses (pêpêdes, elpes, cédéesses...) as lições da Revolução. Não colhem esses o ensinamento de que um povo não se manipula. Não colhem esses o exemplo que os trabalhadores lhes põem na frente, como aqui documentamos neste número do «Avante!».

**M**as o exemplo é de combate e o seu eco moveu-se no país inteiro. No país que se reconstrói a pulso, com o vigor da unidade forjada nas tarefas comuns, nos locais de trabalho e de reunião, em todos os locais onde se ouve pulsar o coração do Portugal novo que defende e defenderá, consolidando, tudo o que é avanço a caminho do socialismo. Desse caminho ninguém, nenhuma força do passado, fará desviar os trabalhadores, que mostraram mais uma vez a sua força de classe e a determinação que lhe dá vida.





# TRABALHADORES ALENTEJANOS COM A REVOLUÇÃO

A grande manifestação de Beja convocada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e a que assistiram o general Otelio Saraiva de Carvalho, o brigadeiro Pezarat Correia e o comandante Almada Contreiras do Conselho da Revolução foi uma poderosa afirmação de força do povo do Alentejo e da sua determinação na defesa do processo revolucionário



# MOÇÕES APROVADAS

## Ao Povo de Angola

O povo trabalhador de Portugal sabe da luta heróica do povo irmão de Angola para se tornar livre e independente. 500 anos de opressão colonialista, de dor e sofrimento, não impediram que o povo angolano tomasse nas próprias mãos o seu destino.

O povo trabalhador e revolucionário de Portugal conhece o valor da vanguarda revolucionária do povo Angolano, o glorioso MPLA.

Sob a direcção do MPLA o valente povo Angolano saberá encontrar a força e a capacidade revolucionária capazes de bater os inimigos comuns: o colonialismo português e o imperialismo.

Daquele, da capital de Portugal, desta grandiosa manifestação dos trabalhadores portugueses, queremos afirmar ao heróico e mártir povo Angolano, ao querido amigo e Presidente da República Popular de Angola, Dr. Agostinho Neto, e ao MPLA, a decisão inabalável de vos apoiar nas dura batalha que travais pela independência nacional, pela democracia, pelo socialismo.

## Ao Presidente da República

O povo trabalhador conhece as pressões, as manobras e as intrigas de toda a ordem que foram e estão a ser desenvolvidas não só pelas forças reaccionárias, mas também por partidos e individualidades de direita com responsabilidades no actual governo tendo em vista impedir o total reconhecimento da independência do povo angolano por parte do Estado português, que só pode considerar-se completado quando forem reconhecidas a República Popular de Angola, o seu presidente, Agostinho Neto, e o governo que sob a égide do MPLA está em constituição em Luanda.

O povo trabalhador conhece, também, a positiva intervenção de V. Ex.ª para vencer as resistências da direita e para que se tomem em relação a Angola as decisões que servindo o futuro das relações do povo português com o povo angolano e os povos das outras ex-colónias portuguesas, são as únicas que servem realmente os interesses do povo português. Essas decisões implicam o reconhecimento do MPLA como legítimo representante do povo angolano.

Por isso, os trabalhadores participantes na grandiosa manifestação de 16 de Novembro tomam a liberdade de saudar V. Ex.ª e de lhe expressarem todo o apoio ao prosseguimento dos seus esforços para uma correcta posição do Estado português na questão angolana.

O povo trabalhador conhece ainda a campanha que contra V. Ex.ª está a ser desencadeada pelas forças reaccionárias e por partidos que auto-intitulando-se de maioritários não hesitam em empurrar o país para o caos e a desordem, em criarem um clima generalizado de violência, como se tem visto nos últimos dias, para se apressarem de todas as alavancas do poder e poderem realizar o seu plano de recuperação do processo revolucionário para os interesses do grande capital que incontestavelmente estão a servir.

Queremos garantir-lhe, Senhor General Costa Gomes, que o povo trabalhador apoiará as decisões que se tomarem para pôr cobro à conspiração reaccionária e às manobras de direita, para unir todos os que estão com a revolução rumo ao socialismo militares e civis, seja qual for a sua opção ideológica, para reconstituir os órgãos do poder político e militar de molde a garantirem a marcha do processo revolucionário e as grandes conquistas já alcançadas, nomeadamente as liberdades, as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário da produção.

## Aos militares que estão com o processo revolucionário

Os trabalhadores orgulham-se de, ao vosso lado, mas com a dinâmica revolucionária própria do seu movimento de classe, que vem de muito longe, terem dado uma contribuição fundamental para que o 25 de Abril se transformasse numa revolução que operou profundas transformações económicas e sociais.

Essas transformações estão ameaçadas pela conspiração reaccionária e pela manobra da direita que procura recuperar, através da conquista de posições-chave, o processo revolucionário para o grande capital.

Anuladas as transformações profundas da revolução, as próprias liberdades serão sufocadas, pois, em Portugal, tudo o que indica, não haverá democracia sem avanço para o socialismo.

Os trabalhadores assumem as suas responsabilidades, unem-se mais fortemente nos locais de trabalho e em grandes e poderosas demonstrações nas ruas. Organizam-se nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores e de moradores, nas Assembleias populares e noutras estruturas. Como os factos demonstram o movimento popular de massas está em expansão e em desenvolvimento.

Esta grandiosa manifestação, a 16 de Novembro, é uma potente afirmação de unidade e vontade combativa dos trabalhadores. A partir dela apelamos para todos vós, militares de todos os escalões, militares que estão com o processo revolucionário, para que também entre vós sejam encontrados os caminhos do entendimento e da unidade, os caminhos que tornem possível reerguer um Movimento das Forças Armadas aliado do povo trabalhador, progressista, revolucionário, um movimento que com as demais forças revolucionárias salve a revolução e lhe garanta a direcção para o socialismo cujos alicerces já estão iniciados.

## Da ADFA

Os Deficientes das Forças Armadas, parte integrante do Povo explorado e oprimido deste País, e que durante a sua justa luta foram caluniados pela burguesia e capitalismo como «Sequestradores» do Governo, assim como os seus irmãos explorados da Construção Civil, repudiam veementemente todas as difamações

e manobras das forças contra-revolucionárias e reafirmam o seu apoio intransigente aos órgãos da vontade popular e às suas formas de luta.

## Sobre a actuação do Ministério do Trabalho

Considerando que o Ministério do Trabalho constitui uma conquista importante dos trabalhadores de modo a colocar o aparelho de estado ao seu serviço.

Considerando que a actual equipa ministerial chefiada pelo Ministro Tomás e pelo Secretário Marcelo tem seguido uma política antioperária.

Considerando que essa política tem provocado o justo descontentamento das massas trabalhadoras.

Os operários, camponeses, soldados e marinheiros, reunidos no Terreiro do Paço, na grande manifestação popular unitária, no dia 16 de Novembro, convocado pelas Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, exigem:

— A demissão imediata do Ministro Tomás e do Secretário Marcelo por serem manifestamente incapazes de servirem os Trabalhadores portugueses e portanto servirem os interesses da burguesia.

## Da Intersindical

- 1 - A Organização Sindical e as suas instalações são património de todos os trabalhadores portugueses;
- 2 - O Movimento Sindical tem desempenhado um papel de vanguarda no avanço do processo revolucionário;
- 3 - A U.S.P./Intersindical tem-se destacado no firme combate à sabotagem económica por parte do grande capital e pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores;
- 4 - A destruição da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical se deve, em grande parte, à negligência do Comandante Militar do Norte, Brigadeiro Pires Veloso, que apesar de avisado nada fez para impedir que os bandos reaccionários e fascistas a soldo do grande capital concretizassem mais este acto de vandalismo.

Decidem:

Exigir a imediata demissão do Brigadeiro Pires Veloso do cargo de Comandante da Região Militar do Norte.

## Sobre a Informação

- 1 Considerando a ofensiva contra a informação progressista com vista ao controlo e manipulação burguesas sobre os órgãos de informação, levada servilmente a cabo pelo actual Ministro Almeida Santos no cumprimento fiel do plano traçado pelo PS e PPD.
- 2 Considerando que esse assalto, gravemente atentório das liberdades conquistadas pelo Povo Português após o 25 de Abril se concretiza:

- na ocupação militar das estações de Rádio e TV, com a nomeação de «delegados do Governo» manifestamente ao serviço de interesses partidários de direita;
- na chantagem económica sobre os trabalhadores dos órgãos de comunicação social, tentando retirar-lhes a independência e colocá-los a reboque do desacreditado VI Governo;
- nas múltiplas pressões no sentido de dividir os trabalhadores da informação, utilizando descaradamente a chantagem económica, com a cumplicidade interna de um punhado de lacaios ao seu serviço;
- na tentativa de imposição de censura à Rádio através da abusiva aplicação do Art. 66 da ultrapassada lei de Imprensa;
- na instauração de dezenas de processos judiciais com o fito de intimidar e amordaçar a informação progressista;
- no conluio com os órgãos da informação amarela, contra-revolucionária, financiada pelo grande capital e pela social-democracia europeia, com o fim de criar um clima emocional favorável às manobras da contra-revolução;
- nas tentativas de saneamento à esquerda e em contrapartida, em nomeações de conhecidos contra-revolucionários para assegurarem em postos-chave, uma informação contrária aos interesses populares, tentativas de que são exemplo as alterações previstas para a reestruturação da RTP.
- na utilização de processos de manipulação da opinião pública, em que se nota a mão do conhecido «especialista» Ferreira da Cunha, designadamente o preenchimento abusivo da TV com novas «conversas em família» e a ocupação do espaço dos jornais com notas oficiais.
- no repugnante atentado bombista contra as instalações da Rádio Renascença, como último recurso para calar uma voz discordante.

Decidem:

- 1 - Reafirmar a sua intenção de luta intransigentemente, ao lado dos trabalhadores da Informação, para defender o direito a uma informação livre e revolucionária.
- 2 - Alertar os trabalhadores da informação escrita e falada contra todas as manobras divisionistas que tendam a desvirtuar o movimento popular de massas e a fazer o jogo do ministro Almeida Santos e seus agentes.

Quanto a este aspecto, os trabalhadores aqui presentes manifestam a sua preocupação e reafirmam a sua vigilância em relação a alguns noticiários e editoriais do RCP que em nada têm contribuído para o reforço do movimento popular.

— Exigir a imediata demissão do ministro Almeida Santos, do Secretário de Estado Ferreira da Cunha e dos seus agentes nos órgãos da comunicação social.



# NA MARÉ DO POVO A VITÓRIA

Face ao avanço das massas populares intensificam-se os esforços das forças reaccionárias para fazer retroceder o processo revolucionário. A campanha para desmobilizar a manifestação de domingo foi um exemplo

Nunca uma manifestação operária realizada após o 25 de Abril foi objecto de uma tão grande e cuidadosamente orquestrada campanha desmobilizadora como a do passado domingo.

Em certa imprensa e certa rádio, nas declarações públicas de certos partidos de direita e de «esquerda», sucederam-se as calúnias e as provocações, os alarmismos e as insinuações, tudo com o objectivo bem claro de tentar a todo o custo que a manifestação redundasse num fracasso.

Tais tentativas falharam rotundamente. A manifestação acabou por ser a maior depois da do 1.º de Maio de 1974. Não só a maior como a mais entusiástica, aquela que melhor demonstrou a determinação e firmeza da classe operária da cidade e dos campos e dos seus aliados em dizer não à viragem à direita e ao fascismo, à recuperação social-democrata e capitalista do processo revolucionário português rumo ao socialismo.

Nem outra coisa seria de esperar. As manobras desmobilizadoras, desencadeadas nos últimos dias da passada semana, passaram por cima de um facto fundamental, só possível de passar despercebido à incurável cegueira política dos políticos da burguesia, seja qual for a sua máscara: a consciência crescente e já indelével das classes trabalhadoras de que só a defesa e o avanço da revolução socialista poderão levar ao fim da exploração do homem pelo homem e à instauração da sociedade sem classes.

A maneira como a manifestação decorreu, o modo como os objectivos programados foram cumpridos, o comportamento exemplar com que centenas de milhares de

trabalhadores souberam defender nas ruas os verdadeiros interesses da nossa revolução — tudo isto fez ressaltar ao absurdo das insinuações, o ridículo das calúnias, a incapacidade, enfim, de a social-democracia e a reacção ao menos compreenderem o que realmente se passa no país real que eles, a todo o custo, pretendem talhar segundo os seus próprios interesses.

## RIDÍCULO E ABSURDO

Transmitida em directo pela televisão, esta grandiosa manifestação das massas trabalhadoras deixou certamente surpreendidos muitos milhares de telespectadores que, ingenuamente e de boa fé esperavam ver concretizar-se as negras expectativas anunciadas por certos partidos «democráticos» e «socialistas».

Que terão pensado os militantes socialistas, por exemplo, da forma como decorreu a manifestação, depois das cúpulas do PS terem distribuído comunicados em que se afirmava que «após o ensaio geral de S. Bento, com o sequestro do Primeiro-Ministro e da Assembleia Constituinte, está convocada para o próximo domingo, em Lisboa, uma manifestação de carácter marcadamente insurreccional». O comunicado continuava referindo-se à prevista convergência de camionetas, escavadoras, guas-automóveis, etc., para afirmar em seguida que «é óbvio que tal mobilização se destina a preparar um

bloqueamento da circulação da cidade e a fornecer cobertura ao assalto de posições estratégicas do aparelho de Estado».

O mesmo comunicado terminava apelando para «a vigilância de todos os revolucionários», salientando que «de Norte a Sul do País os socialistas estarão mobilizados para responder energicamente contra qualquer golpe sedicioso que as forças minoritárias e antidemocráticas pretendem levar a cabo».

Que pensar destas afirmações face à realidade dos factos? «Bloqueamento da circulação da cidade» houve, na verdade, mas apenas o inevitável quando as ruas são invadidas pela maré do povo e que perentem.

«Assalto de posições estratégicas do aparelho de Estado»? Soaria a anedota, não fosse lamentável semelhante afirmação vinda de um partido que deveria ser responsável. Pensará o PS que a tomada do Poder significa a ocupação do palácio de S. Bento, ou de Belém? Ou será que o PS pensa que os trabalhadores são tão ignorantes que desconhecem que o Poder se conquista na luta quotidiana contra a opressão e exploração, o que nada tem a ver com os processos eleitoralistas tão do seu agrado (seu dele, PS)?

E que minorias são essas de que fala o PS (e não só) que não cabem no espaço que as ditas maiorias não conseguem encher?

Estas questões, e muitas outras certamente, terão aflorado ao espírito de muitos militantes socialistas honestos. Que resposta terá para lhes dar a direcção do PS?

Mas não só o Partido Socialista fez ouvir a sua voz contra a manifes-

tação das massas trabalhadoras. Também os esforços conjugados do PPD, CDS, PPM, AOC, MRPP e Pcp (m-1) — a Santa Aliança — tudo têm tentado para fazer crer que as massas trabalhadoras não passarão de «pequenos grupos manobrados», ao mesmo tempo que se lançam ao ataque de instalações operárias e desencadeiam a maior campanha de boatos e calúnias contra as forças verdadeiramente interessadas no avanço do processo revolucionário.

E o caso, por exemplo do PCP (m-1) que chegou a exigir (!!!) a proibição da manifestação «social-fascista de domingo, dia 16», pedindo a tomada de «medidas repressivas sobre os piores inimigos do povo português — os social-fascistas cunhalistas e os seus apêndices da ORPC/UDP, FUR e SUV».

## A IMPRENSA PLURALISTA

De igual modo certa imprensa da intitulada independente se mostrou pródiga (como já vem sendo hábito) em caluniar os objectivos da manifestação de domingo, atribuindo ao nosso Partido (o tal dito minoritário) a manipulação de centenas de milhares de trabalhadores.

Assim, o jornal «A Luta» na sua edição do passado sábado traz na primeira página sob o górdio título «O PCP joga em força na «manifestação de amanhã» o enunciado de um artigo que segue na última página, em que se afirma nomeadamente que a manifestação poderá «constituir o maior e o mais grave de

todos os passos percorridos até agora pelo PCP e satélites, no seu assalto ao poder, com total desprezo pela vontade expressa do Povo Português». O articulista, cuja imaginação deve ser muito fértil, admite que a «escalada possa atingir aspectos inéditos na tentativa de demolição dos actuais órgãos do Poder e das estruturas democráticas» e que todo o País estaria «na expectativa ansiosa das consequências do assalto à capital».

Curiosamente, inserto na mesma página transcreve-se o apelo do PS à «mobilização geral», a que já nos referimos. Estas independências...

O referido artigo prossegue destilando o seu veneno e ofendendo as massas trabalhadoras, chegando mesmo a afirmar, referindo-se à participação de trabalhadores ajenos na manifestação, que para o efeito se punham «tractores e gasolina gratuita ao serviço dos «voluntários» para Lisboa».

Paralelamente a estas tomadas de posição da Imprensa «independente» os secretários-gerais e figuras proeminentes dos partidos conservadores e reaccionários clamam aos quatro ventos por «ordem», enquanto agitam em estafados espantinhos da ditadura e do comunismo, sem conseguirem encobrir o seu medo pelo poder popular e pelo avanço das forças progressistas.

Mais forte que todas as calúnias, contra todos os insultos o povo saiu à rua no passado domingo a afirmar a sua vontade inabalável de continuar na luta até à vitória final, até à construção do socialismo.

O povo saiu à rua e as «maiorias» tremeram. Com razão. Mais um passo foi dado a caminho do socialismo. A vitória é certa.



# A ESCALADA REACCIONÁRIA NO NORTE

Contra a escalada reaccionária em certas regiões do Norte, fomentada a diversos níveis, organiza-se e fortalece-se o movimento popular de massas

No Norte, as forças reaccionárias preparam activamente a contra-revolução.

Electivamente, em certos momentos, as forças reaccionárias conjugam esforços com vista a assegurar na jovem democracia portuguesa um golpe que visa aniquilar todas as conquistas democráticas e revolucionárias alcançadas.

Uma ofensiva geral das forças reaccionárias, das forças conservadoras e de direita, tem vindo a ser conduzida, tomando verdadeiramente preocupante a evolução político-militar no Norte, em especial no Porto.

O terrorismo fascista prossegue impunemente, destruindo automóveis ou estabelecimentos comerciais de militantes comunistas. Também são atacados dirigentes sindicalistas e trabalhadores que se destacam na defesa dos seus interesses contra as forças exploradoras. Enquanto que era colocada uma bomba na caixa do correio dum dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Panificação, um outro padeiro era metido numa furgoneta e brutalmente espancado. Um dirigente da USP viu o seu automóvel destruído por um engenho explosivo. Quase ao mesmo tempo, um dirigente sindical era espancado por um bando que o esperava perto de sua casa.

Entretanto, todas estas atitudes terroristas são acompanhadas dum agudizar da campanha anticomunista, de provocações e de ameaças. «O Comércio do Porto» toma-se porta voz das teorias fascistas do MDLP publicando uma longa entrevista com Alpoim Calvão. Em Braga, os simpatizantes do MDLP reunem-se às claras e só são presos dois! Nos quartéis continuam os saneamentos de progressistas e aumenta a repressão militarista. O afastamento de homens progressistas e a responsabilização política de homens ligados ao anterior regime é ao grande capital, desenvolve-se também no aparelho de estado. Em certos meios, assiste-se à manipulação contra-revolucionária dos retornados.

## BANDOS FASCISTAS ATACAM IMPUNEMENTE A USP O RCP E A UEC

Inscritos nesta ofensiva geral das forças de direita e reaccionárias para liquidar as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores e pelo povo português, e abrir assim caminho a um regime que perpetue a exploração capitalista, ou seja, o regresso do fascismo a Portugal, encontram-se os ataques perpetrados na madrugada do passado dia 14 por bandos terroristas contra a União dos Sindicatos do Porto-Intersindical, o Rádio Clube Português e a sede da UEC.

Tudo isto, no seguimento de um comício realizado no princípio da noite do dia 13, na Praça da República no Porto, em frente ao Quartel General. Convocado pelo CDS, PS, PPD e PPM, neste comício veio a intervir o Comandante da Região Militar do Norte que, por entre palavras de ordem como «Cunhal para a Sibéria», «Pinheiro só forte, traz o Governo para o Norte» e «Paz, pão, armas é que não», viria proclamar: «O povo português quer ordem, disciplina, paz, pão e trabalho. A melhor resposta que este Norte pode dar a aquela barbárie de Lisboa é aplicar-se no trabalho, contrariando aqueles que não querem trabalhar. Vamos todos trabalhar».

E foram...  
Cerca de um terço dessa manifestação, com bandeiras daqueles quatro partidos, dirigiu-se em direcção à Rua Santa Catarina onde se situa a União dos Sindicatos do Porto.

Então, cerca das 24 horas deram início às provocações. Depois daquela larga centena de reaccioná-

rios ter insultado os trabalhadores, prosseguiram atirando pedras e disparando sobre os vidros do edifício do que resultou terem ficado quase todos estilhaçados. Há, de facto, várias marcas de balas nos diversos andares.

Não obstante o prévio aviso ao Quartel General, cerca das 23,30 horas, e os insistentes telefonemas relatando o agravar da situação, a força militar só apareceu cerca de 45 minutos após o início do ataque e constituída apenas por 10 elementos da PM e uma pequena força da PSP. Há ainda a salientar que ambas as forças se encontravam minuciosamente armadas e sem o material utilizado normalmente nestes casos. Porém, durante as 3 horas seguintes não chegaram quaisquer reforços, apesar do OG, mentrosamente, informar por diversas vezes a USP, outras organizações sindicais e mesmo militares de outras unidades do Norte que se encontravam preocupados com a situação, de que já tinha enviado os ditos reforços.

Entretanto, se bem que não fosse de todo possível sem recurso a meios extremos de acção, com as forças militares presentes era possível evitar a entrada dos arruaceiros no edifício. O 1.º andar do edifício foi então totalmente devastado e saqueado.

A propósito destes acontecimentos o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, num comunicado em que analisa o sucedido, declara:

«O ataque de que foi vítima deveu-se sobretudo ao apoio que os sindicatos tem dado aos trabalhadores nas suas constantes lutas e problemas: despedimentos, sabotagens, infracção ao CTT, arrendamento de empresas, mas principalmente, pelo apoio à luta dos trabalhadores da panificação e da construção civil».

«Se entidades promotoras da manifestação de 13/11/75, são particularmente responsáveis pelo ocorrido, o Comando da Região Militar Norte e o Comando da Polícia de Segurança Pública são militar e civilmente responsáveis pela incapacidade de manutenção da ordem pública — e democrática. Desde já responsabilizamos o Comando da Região Militar do Norte e o Comando da PSP pelos prejuízos que se venham a apurar em trabalhadores atingidos e lesados pelo clima de insegurança assim criado para pessoas e bens por responsabilidade directa dos encarregados de velar por esses mesmos valores».

Defendemos a tranquilidade e a ordem democrática, e a disciplina ao serviço da revolução. Por isso, face ao que se passou, não compreendemos como pode o senhor Comandante da Região Militar oferecer protecção ao VI Governo, se não consegue velar por bens e vidas dos Portugueses. Isto não é especulação como certamente nos acusarão. Os prejuízos e danos de hoje provam que temos razão».

«Os objectivos dos elementos anti-operários e anti-sindicalistas que atacaram a sede da USP, do Sindicato dos Gráficos, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, do Sindicato dos Paramédicos, da Delegação do Porto do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto e da Otapec — Organização dos Trabalhadores para apoio às empresas controladas não foram atingidos. Eles visavam destruir a organização sindical e constrianger pelo medo os trabalhadores; a resposta que estes deram, imediatamente após saberem do golpe, é clarividente: desde manhã que as instalações sindicais estão sobre protecção de trabalhadores das mais diversas empresas e fábricas».

«Os danos sofridos são elevados: além de grande quantidade de vidros, quase todos, diversos outros móveis foram arrastados, danificados, telefones arrancados, cartazes rasgados, paredes conspurcadas, retreles arrombadas, portas estroncadas, etc...»

«Contrariamente do que alguns órgãos de informação noticiaram,

«não foi apreendida qualquer arma de guerra ou material semelhante, que não existiam». Foram unicamente apreendidas duas pistolas de baixo calibre por se encontrarem indocumentadas. A Intersindical tem alertado contra os sucessivos actos de violência que se tem verificado, fazendo sempre apelos à unidade de todos os trabalhadores».

Aquilo que os ELPs e reaccionários e quejandos querem destruir não é a USP, é toda a organização sindical. Hoje é a USP que está em causa, amanhã serão os sindicatos, depois os trabalhadores».

Guardas PSP altamente armados chegaram Rádio Clube Português apenas após entrada dos terroristas claramente para os delender e proteger».



Um bando de fascistas assaltou o Centro de Trabalho do nosso Partido em Alfindega da Fé tendo destruído todo o recheio. A GNR, avisada do que se estava a passar, não actuou, mantendo-se inactiva perante todas as provocações que continuaram nos dias seguintes

A USP apela a todos os trabalhadores para se manterem unidos e vigilantes nos seus sindicatos, poderosa arma para defender os seus interesses de trabalhadores».

«Situacão grave, iminentes confrontos incalculáveis consequências».

«Estado Porto chefe da reacção Mário Soares mostra intenção clara agudizar terrorismo, visando pressionar instauração ditadura de direita anti-popular, anti-democrática, anti-socialista».

«Urgente medidas V. Exa garantam legalidade democrática severo castigo criminosos a soldo».

Ainda no dia 14, a classe operária e o povo trabalhador do Porto, numa convocatória de poucas horas, deram a melhor resposta à acção destes bandos fascistas que, em nome das «maiorias», desencadearam esta onda de terrorismo».

Convocada pelo nosso Partido e pela FUR, uma grande massa de gente partiu da praça General Humberto Delgado cerca das 19,30 horas para seguir até à USP. Aqui, e duma das janelas, um trabalhador, numa análise ao sucedido, frisou: «O terrorismo manifesta-se quando a reacção se vê impotente para quebrar a ofensiva das massas populares». No seguimento da sua intervenção, depois de se referir ao VI Governo Provisório que «não pode nem quer resolver os problemas dos trabalhadores», aquele trabalhador debruçou-se sobre a acção do OG e das forças policiais durante as destruições praticadas na USP, afirmando nomeadamente:

«Uma vez mais, o brigadeiro Veloso mostrou o que entende por ordem e disciplina. Ordem e disciplina, para o sr. Veloso é guardar, com toda a segurança, os grémios dos patrões, e demorar quatro horas para enviar forças militares para defenderem a União dos Sindicatos do Porto, depois de terem destruído os arquivos, documentos e mobiliário, em frente de guardas da PSP a gozarem o espectáculo de braços cruzados. O sr. Veloso chegou ao cúmulo de informar o COPCON, por volta das duas horas da manhã, de que a manifestação já tinha dispersado e que estava tudo em ordem, precisamente na altura em que os documentos e mobiliário voavam pela janela fora e ardiam na rua».

Entretanto, palavras de ordem como «operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos», «reaccionários fora dos quartéis, já», «morte ao ELP, morte ao AMI e a quem os apoiar», «contra o terrorismo da direita — ofensiva popular», «Governo de direita não, Governo revolucionário sim» e «avançar, avançar, poder popular», continuavam na boca daqueles milhares de pessoas que agora se deslocavam em direcção à Praça da República, para passar em frente ao Quartel General. Uma vez aqui os manifestantes com palavras de ordem adequadas, mostraram o quanto repudiam um Comando Militar que se tem evidenciado pela sua «oportuna» inoperância em variados casos de actos de terrorismo».

Seguidamente, a manifestação dirigiu-se para o Rádio Clube Português. Aqui foi denunciada a manobra reaccionária que pretendia tirar aos trabalhadores o RCP, sendo freqüentemente gritado «Rádio Clube é dos trabalhadores, não é dos exploradores».

Foi ainda ali lida uma moção do Secretariado dos SUV/Norte em que a dado passo se refere:

«Mais uma vez os reaccionários enganaram os camaradas da PM pondo-os ao lado dos patrões contra os trabalhadores que defendiam o seu sindicato».

«As forças da burguesia preparam-se para, dentro e fora dos quartéis, desencadear novos ataques, para o que tentarão enganar-nos. Eles querem fazer-nos virar as armas contra os trabalhadores, nossos irmãos de classe».

«Mas nós, soldados, cada vez vemos com mais clareza que são aqueles que mais falam em «liberdade», «ordem», «disciplina» os que recorrem aos atentados bombistas, à repressão sobre os traba-

lhadores, ao assalto às organizações operárias e às emissoras progressistas e conspiram em reuniões clandestinas».

«Os trabalhadores, fardados ou não, não podem cruzar os braços, nem cruzar-lhe, perante os ataques da burguesia. Temos nos quartéis de destruir todas as tentativas de nos dividir e enganar. Para isso, façamos plenários para discutir tudo em conjunto e organizemo-nos. Só assim daremos a resposta que os oficiais reaccionários merecem. Só assim reforçaremos os laços com os trabalhadores que, fora dos quartéis, lutam como nós até à vitória total sobre os exploradores».

A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

«A terminar, as pessoas, em uníssono, cantaram o «Venceremos».

# RENDEIROS DO NORTE EM LUTA

Apesar da intensa ofensiva dos grandes agrários do Norte contra a aplicação da Lei do Arrendamento Rural, o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte amplia-se em vários distritos

Os pequenos e médios agricultores do Norte têm vindo a encetar os primeiros passos na organização da sua classe contra os grandes agrários e caciques locais que, manejando a arma da calúnia e da intimidação, se opõem à satisfação dos interesses do campesinato pobre e procuram manter a desenfreada exploração.

Um dos motivos de luta e estímulo à organização dos pequenos e médios agricultores é a Lei de Arrendamento Rural que constitui, sem dúvida, um importante instrumento para a reforma das estruturas das explorações agrícolas e, por isso mesmo, encontra pela frente a oposição desesperada dos senhores da terra que não hesitam no recurso à violência para defender a ilegalidade dos seus privilégios.

Eis alguns exemplos das manobras que diariamente os senhores desenvolvem com o objectivo de desmobilizar os rendeiros da justa reivindicação da Lei de Arrendamento Rural:

«Em Barcelos, um senhorio agrediu um rendeiro e familiares perante a passividade da GNR. Em Caidé, Lousada, o senhorio recorre à GNR e ao padre para pressionar um caseiro. Noutros locais como zona de Paredes e Penafiel, os senhorios ameaçam ou vão mesmo buscar à força a produção do caseiro. Entretanto, outros senhorios servem-se de advogados desonestos e reaccionários que espalham informações erradas sobre a Lei, tentando afastar dela os rendeiros. De salientar ainda que na delegação do IRA no Porto se prestam informações contraditórias deturpando o verdadeiro sentido da lei, tentando contrariar diversos aspectos em que a nova lei de arrendamento mais defende os interesses duma das classes que mais se viu explorada, os rendeiros».

«Apesar de todas estas manobras da reacção, através de alguns dos seus agentes que são os grandes agrários e seus lacaios, a movimentação de rendeiros cresce no Norte do país, criando-se comissões a nível de freguesia e realizando-se reuniões e encontros. Assim, «Em Rio Tinto, Gondomar, no decorrer de uma reunião de Rendeiros de quase todos os lugares da freguesia, foi escolhida uma Comissão de Rendeiros com vários elementos dos lugares representados. No distrito do Porto, também já se realizaram sessões de rendeiros para discussão colectiva dos seus problemas, em Felgueiras, Lousada, Santa Maria do Zêzere (Baião), Paredes, Valongo e Porto, estando previstas sessões em Marcos de Canaveses, Valbom, Foz de Soure, Jovim, Amarante, Penafiel, Gaia, Santo Tirso e Matosinhos. No distrito de Braga já se realizaram nove reuniões. Em Eucísia (distrito de Bragança), realizou-se uma importante reunião de rendeiros desta freguesia. Entretanto em Aveiro, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra desenvolve-se também uma grande movimentação e discussão sobre a Lei de Arrendamento».

«Com o objectivo de neutralizar a intensa campanha desencadeada pelos grandes agrários contra a Lei de Arrendamento Rural, a Comissão Promotora do Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte enviou ao Primeiro-Ministro uma exposição em que exige a aplicação de medidas que permitam a defesa dos pequenos rendeiros».

«Uma ampla divulgação, através dos órgãos de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, da nova Lei do Arrendamento Rural, do modo a que por desconhecimento dela os caseiros não se deixem enganar quanto ao pagamento das rendas deste ano e ao estabelecimento de novos contratos de arrendamento».

«Que se tome medidas urgentes e enérgicas no sentido de pôr fim às manobras de intimidação de que muitos senhores se servem, recorrendo a advogados corruptos, a alguns párocos e mesmo às forças da GNR, para obrigar os caseiros ao regime de arrendamento anterior».

«Que o Ministério da Agricultura emita um despacho para esclarecer na nova Lei do Arrendamento a forma de utilização de casa de habitação e instalações agro-pecuárias pelos caseiros, de modo a que os senhorios não se sirvam da falta de clareza da Lei para exigir uma renda especial e mais pesada pela casa de habitação e uso das instalações da exploração agrícola».

«Que, apesar do trabalho exemplar realizado por algumas equipas do SADA, os serviços oficiais do Ministério da Agricultura e nomeadamente o IRA se empenhem efectiva e claramente na aplicação da nova Lei do Arrendamento e na defesa dos interesses dos rendeiros. Chamamos especialmente a atenção para o mau funcionamento da delegação do IRA no Porto, que dá informações deturpadas e contraditórias sobre a Lei e não tem de facto estado ao serviço dos rendeiros na aplicação do novo regime».

# COOPERATIVA DE CORTIÇOS: UM EXEMPLO

Trabalhadores do Cortiço, aldeia transmontana situada perto de Mirandela, pioneiros da Reforma Agrária no Norte, procederam à primeira ocupação de terras na região, dando um exemplo de determinação revolucionária

Trabalhadores de Cortiços, pequena povoação no distrito de Bragança, no seio de Trás-os-Montes, afirmam-se entre os pioneiros da Reforma Agrária no Norte, iniciando as ocupações dos terrenos incultos ou sub-aproveitados.

Apoiados por todo o povo da terra, num total de 500 pessoas, dez trabalhadores de Cortiços, as-

via com bons olhos esta exploração. Daí que uma vez contactado pelos trabalhadores interessados em formar uma Cooperativa, o povo manifestasse o seu apoio à ideia da ocupação. Luís Rocha, um dos trabalhadores do núcleo inicial da Cooperativa, explica a razão determinante da ocupação da propriedade: «Isto estava mesmo mal aproveitado. Grandes terrenos

quantidade de adubos orgânico. Não ficam por aqui os seus projectos. Como nos diz José Borges, outro elemento da Cooperativa: «Nos tempos muito que fazer. Pensamos construir estábulos para os animais e preparar terrenos para sementeir forragens. Esta será também uma maneira de aumentar o número de pessoas que aqui trabalham. E além de aumentarmos os postos de trabalho ainda vamos elevar o rendimento para o nosso país».

## COM OS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES A MESMA LUTA

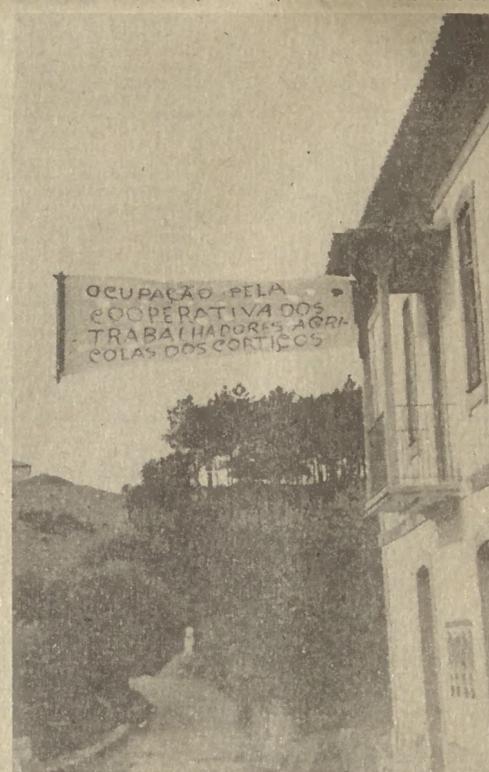
Neste caminho pretendemos ainda conseguir que estes pequenos e médios agricultores se associem à gente para que dentro de pouco tempo em vez de serem 160 hectares, sejam 200, 300, 400 ou mais. Assim também aumentará o número de pessoas que trabalham e a produção».

Estas palavras de José Borges parecem de difícil concretização a médio prazo numa zona onde abundam ainda os caciques locais que desenvolvem uma campanha contra toda as iniciativas das massas populares. Mas esta campanha não impede que já um pequeno agricultor tenha entrado para a cooperativa com as suas terras. E tratando-se de uma região essencialmente caracterizada pela pequena propriedade, a formação desta Cooperativa abre o caminho para a satisfação dos mais profundos interesses dos pequenos e médios proprietários. Apesar da campanha de hostilidade e calúnias desenvolvidas contra o exemplo dos Cortiços, a experiência iniciada nesta terra ganha projecção e povo de outras aldeias manifesta o seu interesse pela cooperativa. De Carrapatos veio já um grupo de trabalhadores intervir-se sobre o processo de ocupação e como deviam proceder para ocupar 15 hectares de terra que se encontram incultos. Também de Valprados, um grupo de populares veio até Cortiços».

O povo de Cortiços, que apoia a Cooperativa, sente que está a edificar um outro futuro. Um futuro onde não seja possível acontecer Mário Cardoso, elemento da Cooperativa, o que sofreu durante os longos anos de fascismo, em que viveu «na maior miséria do mundo. Comi muita malga de sopa, aqui debaixo destes freixos, a ganhar por ano 4 razeões de canteiro, 100 escudos em dinheiro, 2 arrobas de batatas e 5 litros de azeite. E era eu e a mulher e cinco filhos...».

Nos andamos toda a vida mandados pelos patrões. Eu acho que um homem nunca devia mandar noutro homem. Os homens todos juntos é que deviam mandar na terra».

A esperança nasceu em Cortiços e espalha-se a outras terras. Apesar de todas as intimidações dos caciques locais contra as formas de associativismo e de organização dos trabalhadores, o exemplo de Cortiços, enquadrando-se na luta que os trabalhadores do campo, operários e camponeses pobres unidos, desenvolvem com o objectivo de pôr a terra ao serviço da economia nacional, alargando-se a outras aldeias. Por isso, os trabalhadores da Cooperativa partem fazer uma peça de teatro que correrá as aldeias a explicar a luta dos Cortiços, a qual é uma parcela importantíssima da luta de todo o povo português pela sua libertação».



salariados e, pelo menos, um pequeno agricultor formaram uma Cooperativa e ocuparam uma propriedade de 160 hectares que havia pertencido à Junta de Colónia Interna e neste momento pertencia ao IRA. Esta acção reverteu-se de um alcance revolucionário que transcende os limites geográficos. Tratando-se da primeira ocupação efectuada em todo o Norte, região assolada pela reacção que nunca deixou de dominar o povo, a iniciativa dos trabalhadores de Cortiços constitui uma conquista revolucionária em que se afirma o alargamento da participação das massas populares na construção de um novo povo».

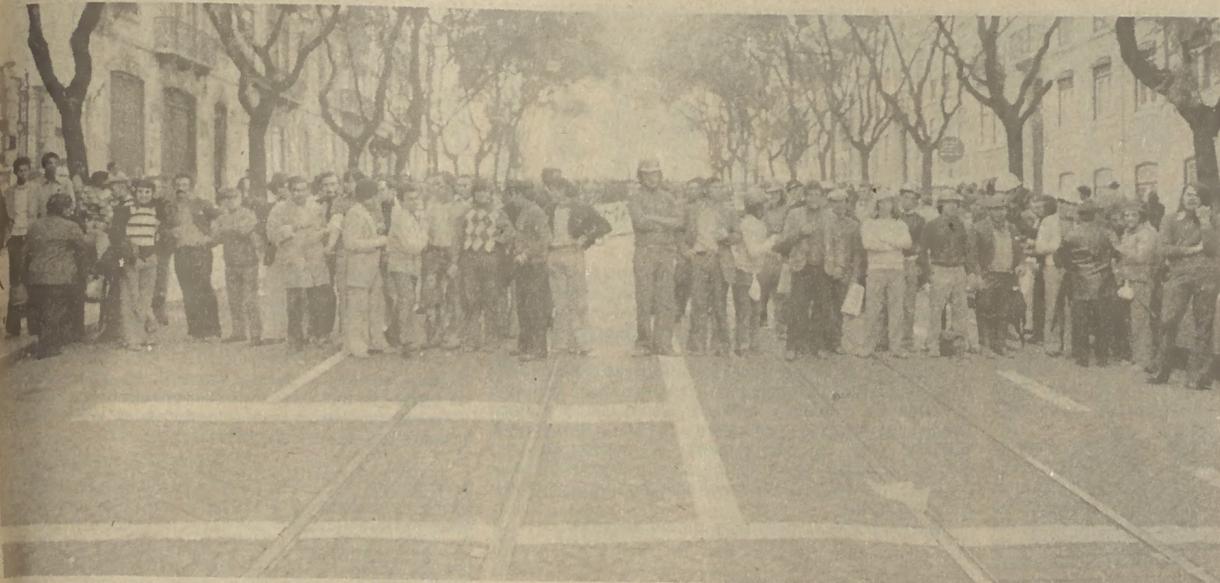
A propriedade ocupada pelos trabalhadores dos Cortiços servia de campo de experiência e teórica dos agricultores deviam ser informados sobre os produtos que haviam de sementeir em função do estudo das terras. Isto não se verificava e o povo de Cortiços não

bons para cultivar cereais, batatas ou outros produtos, estavam cheios de sobreiros ou castanheiros pequenos, completamente secos. Por exemplo, há um terreno muito bom com 50 ou 60 hectares onde já sementeiras com sobreiros de trigo e que estava com sobreiros secos. Mas por aí ainda era ali um grande terreno de regadio, onde plantámos agora 20 000 mil pés de couves, e que estava cheio de batatas e no meio delas havia ervas com um metro! Recentemente não havia nenhuma cultura dentro destes 160 hectares que fosse feita convenientemente. A única coisa cuidada eram os olivais. De resto, terrenos próprios para trigo, para batatas e bons terrenos de regadio estava tudo feito baldio».

Os trabalhadores, após a ocupação, trataram as terras para as sementeiras, plantaram os pés de couves e sementeir trigo e espalharam noutros terrenos grandes

LÊ-ASSINA-DIVULGA

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO



# VITÓRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

## A luta vitoriosa dos trabalhadores da construção civil constituiu uma vigorosa demonstração do poder das massas organizadas e comprovou o isolamento da política direitista e contra-revolucionária do Ministério do Trabalho

As massas trabalhadoras erguem, de Norte a Sul do país, um poderoso movimento de massas para firme defesa das conquistas da construção civil, que se saldou numa muito grande vitória, foi um grande triunfo para a classe operária de Portugal.

A poderosa concentração que os operários da construção civil manteram em S. Bento durante trinta e seis horas — até a vitória —, as grandes acções de massas envol-

vida por melhores condições de vida, na luta pelo pão, na luta pelo socialismo.

Se à frente do Ministério do Trabalho estivessem homens que acima de tudo, defendessem os interesses dos trabalhadores e da Revolução; se os responsáveis do Ministério do Trabalho provassem estar ao lado dos trabalhadores contra o patronato explorador; se o VI Governo se preocupasse mais com os atentados terroristas dos fascistas e reaccionários, prati-

criada junto ao Palácio de S. Bento. Os operários da construção civil não foram para S. Bento para sequestrar o Primeiro-Ministro, o Governo ou os deputados. Os trabalhadores da construção civil dirigiram-se para S. Bento porque lhes fecharam o Ministério do Trabalho. A responsabilidade da concentração de milhares de trabalhadores em S. Bento cabe, assim, toda inteira ao VI Governo Provisório, porque caucionou o encerramento do Ministério do Trabalho.

aliança entre este e os filhos do povo fardados.

### SOLIDARIEDADE ACTIVA DAS FORÇAS PROGRESSISTAS

Os trabalhadores Portugueses e as forças progressistas acompanharam de perto a luta dos operários da construção civil. Durante a permanência destes em S. Bento, foram inúmeras as provas de solidariedade, prestadas das mais diversas formas. Sindicatos, comissões de trabalhadores e de moradores, partidos progressistas mantiveram-se ao lado da luta dos trabalhadores da construção civil.

Os objectivos daqueles partidos não foram alcançados porque, de um modo geral, os seus apelos melodramáticos para que o «povo descesse à rua» não foram escutados nem seguidos.

### NÃO À POLÍTICA DE DIREITA!

A luta dos trabalhadores da construção civil demonstra exemplarmente que só se pode governar com o apoio dos trabalhadores. A construção do socialismo anseio profundo do povo português, só poderá realizar-se com apoio das massas trabalhadoras, porque são elas a grande força motriz das transformações históricas.

A classe operária e os trabalhadores não apoiarão qualquer política de direita e opor-se-ão a todos os planos e conspirações da reacção e do fascismo. Só uma política declaradamente de esquerda, que tenha por base a aliança do povo trabalhador com os militares revolucionários, poderá contar com o apoio das amplas camadas da população.

Está agora claro que a feroz e histórica campanha de calúnias e desinformação desencadeada pelos partidos reaccionários — PPD e CDS, em associação com o PS — tinha em vista não apenas impedir que os trabalhadores da construção civil alcançassem as suas reivindicações, mas tomar como pretexto a sua luta destemida para forçar uma nova guiladada à direita nos órgãos do poder político e militar.

Lançando falsas ideias, como a de uma luta transparentemente laboral era um ataque ao VI Governo e que uma gigantesca mas pacífica manifestação reivindicativa era o prelúdio do assalto ao poder pelos «partidos minoritários», o PPD, o PS e o CDS procuraram levantar uma «onda de poeira que ocultasse os graves erros cometidos pelo Ministério do Trabalho e pelo próprio Governo no tratamento do caso da construção civil e, ao mesmo tempo, pressioar e justificar uma intervenção armada contra os trabalhadores.

Conforme salienta a Nota da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido: os planos da direita, tal e qual como a conspiração reaccionária, estão condenados ao fracasso. Ergue-se ante eles um movimento de massas em desenvolvimento, assente na unidade da classe operária e dos trabalhadores, nas movimentações de soldados, sargentos e oficiais progressistas, na aproximação crescente das forças revolucionárias civis e militares. Urge consolidar estas tendências positivas.

Os membros eleitos para o Conselho Municipal de Lisboa, numa conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira na sede da Comissão de Moradores da Freguesia de Santa Isabel, elucidaram os órgãos de Comunicação Social das manobras empreendidas pelos caciques que ainda se encontram à frente das repartições e departamentos do Município de Lisboa, e que vieram a culminar com uma paralisação de trabalho em alguns sectores dos serviços camarários.

«A CML, máquina burocrática e inoperante não está ao serviço da população», salientou um dos membros eleitos para o Conselho Municipal. Na verdade, todas as deficiências que sempre caracterizaram os serviços municipalizados só serão combatidas através do saneamento de vários directores altamente comprometidos com o Governo fascista, e que desde o 25 de Abril têm por todos os meios entravado a democratização da CML.

Mais adiante o mesmo elemento diria, ainda, que a Comissão Administrativa, como grupo bastante heterogéneo que é, contém pessoas empenhadas no processo revolucionário e pessoas que, ou por medo, ou por convicção não se mostram interessadas na edificação de uma Câmara ao serviço do povo trabalhador.

O Conselho Municipal, fundamentou a sua acção num Projecto de Reestruturação justo que, como base de trabalho seria, sem dúvida, um ponto de partida. Aceite o Projecto na generalidade pelas organizações populares, estas passaram à imediata eleição dos seus representantes para o Conselho Municipal. Ao mesmo tempo começaram também as manobras dilatórias tendentes a retardar a institucionalização do Conselho, quer por parte do Ministério da Administração Interna quer por parte dos elementos reaccionários.

# CONGRESSO MUNDIAL DE MULHERES

## A mulher, factor fundamental do progresso e da paz, tema de um Congresso Mundial em que o nosso país esteve representado

Divulgar os resultados do Congresso Mundial de Mulheres que decorreu em Berlim, capital da RDA, de 20 a 24 de Outubro, e quais as perspectivas que o mesmo veio abrir para as mulheres e todos os que lutam pelo fim da discriminação social, económica e política da mulher na sociedade, foi tema de uma conferência de Imprensa promovida pelo MDM no passado dia 17, em que participaram alguns dos elementos da delegação portuguesa ao Congresso, de que fizeram parte, nomeadamente, o 1.º Tenente Ramiro Correia, pelo MFA; Clara Cruz e Aurora Fonseca, pelo departamento da Condição Feminina; Beatriz Santana, da Intersindical; Carolina Mega, Esmeralda Costa, Luísa Amorim, Margarida Feio, Cecília Santos e Noémia Maria, do MDM. Da delegação fazia ainda parte, como convidada de honra do MDM ao Congresso, a escritora Maria Lamas.

No decorrer da conferência foi destacada a importância política do referido congresso, que reuniu em Berlim cerca de 2000 participantes, entre homens, mulheres e jovens com as mais diversas opiniões ideológicas e políticas, immanentes no desejo comum de contribuir para a paz, desenvolvimento e igualdade de todos os seres humanos. Mais do que os trabalhos realizados e conclusões a que se

chegaram importa salientar que este congresso teve o grande mérito de despertar a atenção mundial para a importância fundamental da mulher no desenvolvimento da sociedade, conquista da paz e do progresso, denunciando ao mesmo tempo as duras condições de discriminação, exploração e opressão a que estão sujeitas na maior parte dos países.

É dentro deste contexto que se enquadra a participação de uma delegação portuguesa no Congresso Mundial de Mulheres e consequente importância dessa participação para a realidade portuguesa. Como salientou Ramiro Correia durante a conferência de Imprensa, a revolução portuguesa não poderá avançar sem a participação da mulher, parte integrante do povo e da sociedade.

Foi sublinhado ainda o muito que há a fazer na sensibilização, mesmo das forças mais progressistas e de todos os que estão empenhados no processo revolucionário, para a compreensão da importância do papel da mulher na sociedade. Revoluções houve que falharam pela não compreensão deste problema, recordou-se.

Durante a conferência foi ainda divulgada a declaração aprovada no congresso, onde se salienta, entre outras coisas, que a luta para dar uma solução justa aos

problemas da mulher não pode separar-se das profundas alterações que se operam na vida dos povos e estados, nas relações recíprocas entre o homem e a natureza, entre a terra e o universo.

Referindo-se aos grandes obstáculos que se colocam para a resolução dos problemas que afectam a mulher, a declaração salienta, em primeiro lugar as consequências que decorrem do colonialismo, neocolonialismo, racismo e regimes fascistas.

A declaração final do congresso termina exortando todos os povos, governos e forças progressistas a lutar pelo fim da exploração e opressão, pela justiça, pela paz, pelo desenvolvimento e reforço da cooperação internacional entre todos os povos do mundo.

Incentivar o despertar da mulher portuguesa para o congresso revolucionário que se vive no nosso país; procurar, em aliança com outras forças progressistas, fomentar a participação da mulher em todos os aspectos da vida política, social e económica da nação; ganhar a opinião pública nacional para a importância vital desta participação, eis alguns dos objectivos pelos quais o MDM se propõe continuar a lutar, consciente de que a mulher antes do mais, deve ser um trabalhador da Revolução.

# MANOBRAS REACCIONÁRIAS NA CML

## Elementos ligados a partidos de direita aliam-se com funcionários municipais comprometidos com o fascismo e a corrupção para desencadear uma «greve» que visa paralisar a democratização da Câmara Municipal de Lisboa e impedir o seu controlo pelas organizações populares. Face à situação, o VI Governo insiste nas soluções de direita

mesmo dia uma reunião geral de delegados (alargada a todos os trabalhadores da CML) a que compareceram largas centenas de trabalhadores.

Analisada a situação, face aos acontecimentos ocorridos este último fim de semana nos Serviços Camarários, aprovaram-se por esmagadora maioria a moção e a proposta que se transcrevem:

«Considerando que as paralisações de alguns sectores de trabalho foram conseguidas através de métodos antidemocráticos, sem um esclarecimento dos trabalhadores e em muitos casos conduzida com o apoio da chefia corrupta e fascista ainda existente na CML, os trabalhadores reunidos em Assembleia Geral de Delegados em 17/11/75 decidem:

- 1.º) Não aprovar as paralisações de trabalho e recomendar a trabalhar logo que lhes for possível;
- 2.º) Alertar os outros camaradas para a possível manipulação de que estarão a ser vítimas;
- 3.º) Considerar que a forma de gestão da CML diz prioritariamente respeito à população de Lisboa e às suas organizações de populações, verdadeiramente representativas da população.

«Os delegados sindicais dos trabalhadores da CML em número de algumas centenas, reunidos no Campo Grande, sede da Comissão Pró-Sindical, no dia 17, em face dos graves acontecimentos recentemente ocorridos, decidem:

- 1.º) Exigir um rigoroso inquérito às actividades da denominada «comissão de luta» e aos métodos que tem utilizado e aos chefes e directores e não só, que eventualmente estejam por detrás;
- 2.º) Realização de um plenário de todos os trabalhadores logo que possível no Pavilhão dos Desportos;
- 3.º) Apelar a todos os trabalhadores para porem fim às paralisações.

A «COMISSÃO DE LUTA» MANIFESTA-SE

Entretanto, ao princípio da tarde de anteontem, em Alcântara (Direcção dos Serviços de Obras da CML) efectuou-se um plenário organizado pela «comissão de luta». Seguidamente dirigiram-se em manifestação para o MAI com o objectivo de solicitar a demissão da CA da CML. Foram recebidos pelo respectivo secretário de Estado, que prometeu dar uma resposta até às 15 horas de anteontem. A paralisação do trabalho continuou.

MAI ACEITA DEMISSÃO

Ainda anteontem, o MAI, numa nota oficiosa retransmitida nos jornais da tarde aceitou o pedido de demissão já anteriormente apresentado por todos os membros da Comissão Administrativa.

Os serviços camarários voltaram, após uma «greve» dirigida pelas forças reaccionárias dentro da CML, ao seu habitual funcionamento.

A recolha do lixo, que já se amontoava pelas ruas de Lisboa, começou a processar-se ainda ao anoitecer de terça-feira.

Uma moção de repúdio «pela tentativa dos indivíduos mais reaccionários da CML de acabar com o Poder Popular, virando trabalhadores contra trabalhadores», foi na passada terça-feira aprovada num plenário de moradores das zonas da Misgualde (Norte e Sul), Ameixoeira, Galinheiras e Pilhéiras.

A comissão de moradores da Freguesia de S. Cristóvão, reafirmou numa moção o seu incondicional apoio à institucionalização do Conselho Municipal e apela para a unidade dos trabalhadores que actualmente labutam nos serviços da CML com o resto da população.



Em S. Bento, durante a noite, os operários da construção civil não arredaram pé

vendo, em todo o país, milhares e milhares de trabalhadores e, ainda, a greve de três dias que antecedeu estas grandes acções, de massas a indelével prova de que há forças capazes de conter a determinação revolucionária dos operários quando estes, unidos, e organizados, firmes e combativos, vigilantes e serenos, passam à contra-ofensiva.

A presença de muitos milhares de trabalhadores da construção civil em S. Bento permite avaliar que a classe operária está pronta a assumir, o seu papel histórico na defesa e avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo. Foi a classe operária que lá esteve, foi a classe operária que obteve uma grande vitória.

Os largos milhares de operários concentrados em S. Bento desmentem de uma forma evidente a ridícula teoria da minorias e as vis calúnias sobre a existência de agitadores. Nem minorias nem agitadores, mas operários em luta pelos seus direitos.

cando uma política declaradamente de esquerda ao serviço das mais amplas massas trabalhadoras seria muitas outras as manifestações dos trabalhadores.

A realidade é porém bem esclarecedora e os trabalhadores da construção civil defrontaram o patronato e um ministro que mandou fechar o Ministério do Trabalho para não ter de enfrentar os trabalhadores. Os trabalhadores recordam-se de que desde que eles o conquistaram nos dias de Abril de 1974 até ao VI Governo, aquele edifício esteve aberto para eles. A classe operária e os trabalhadores lembram-se que, das suas varandas, operários defenderam a unidade sindical.

Por isso a classe operária respondeu ao ministro que lhe fechou o seu ministério. As massas trabalhadoras estão firmemente dispostas a lutarem porque o Ministério do Trabalho continue a ser o seu ministério. Os trabalhadores não permitirão que o ministro Tomás e secretário Marcelo utilizem aquele ministério para defender os interesses do patronato, transformando-o no Ministério das Corporações.

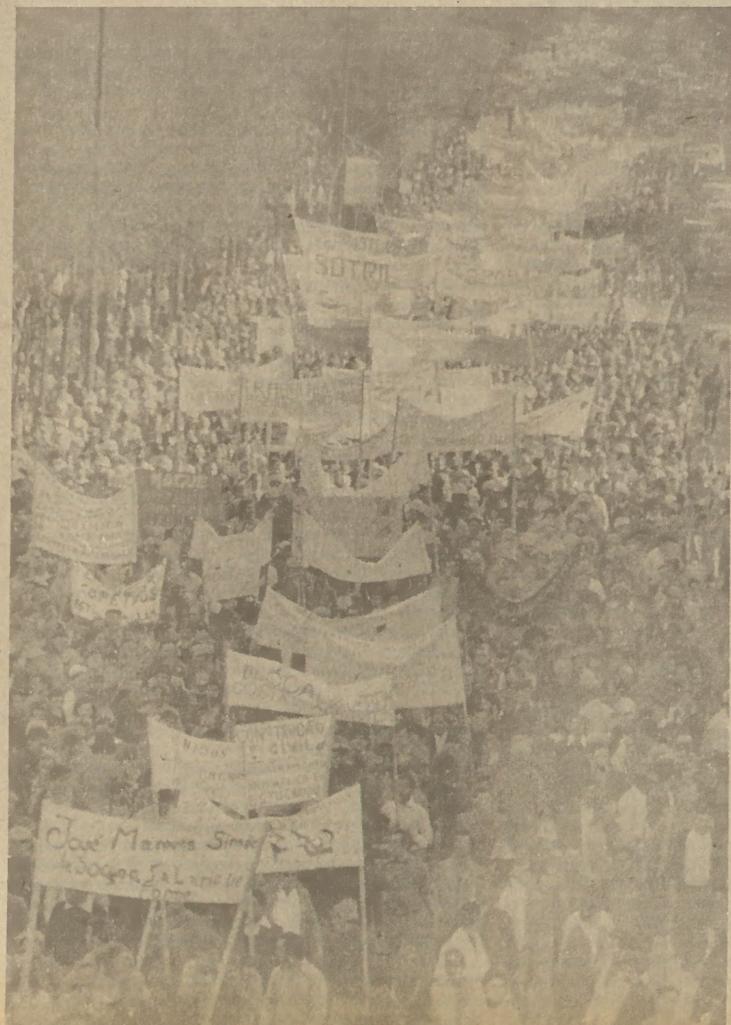
Alto modo disciplinado como os trabalhadores da construção civil permaneceram em S. Bento compreenderam os militares presentes, recusando-se a reprimir o povo trabalhador, cimentando a

### O MINISTÉRIO DO TRABALHO CONTRA OS TRABALHADORES

A vitoriosa luta dos operários da construção civil insere-se tanto na acção desencadeada pelas forças representativas dos trabalhadores contra as manobras sabotadoras da reacção e do fascismo, como na

### OPERÁRIOS NÃO SEQUESTRARAM O VI GOVERNO

O VI Governo Provisório é o único responsável pela situação



### A DIREITA NÃO QUER AS ORGANIZAÇÕES POPULARES NA CML

Entretanto, no passado dia 13, oito dos doze membros da CA pediram a demissão o que aconteceu antes de uma reunião com os restantes membros, na qual seriam debatidos o Projecto de Reestruturação dos Serviços Camarários e duas propostas relacionadas com a actuação dos caciques que dominam a burocracia camarária.

Estas duas propostas, caso fossem aprovadas, diminuiriam a influência reaccionária dentro da CML e contribuiriam para a concretização do poder popular através da expropriação de terrenos para o plano de urbanização de Telheiras e o fim do pagamento à CML das rendas das habitações e barracas dos bairros pobres. As cooperativas destas bairros, previamente organizadas, passariam a receber o rendimento proveniente destas rendas e as comissões de moradores, juntas de freguesia e outros órgãos de vontade popular a dirigir as obras para melhoramentos e construção de habitações, cujos empreiteiros seriam as cooperativas de trabalhadores da construção civil (Copentul, Socoprol, «Os Trabalhadores» e outras).

No respeitante à actuação da «comissão de luta», os delegados do Conselho Municipal consideram-na como mais um acto de direita inserido na política do VI Governo Provisório tendente ao saneamento à esquerda dos elementos progressistas da CA — entre os quais o eng. Caldeira Rodrigues — e o afastamento de todos aqueles que pretendem pôr a CML ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras.

«O Projecto de Reestruturação, que tinha sido aprovado por unanimidade pela CA da CML, é por alturas do VI Governo, contestado por alguns elementos», afirmou um

### GREVE REACCIONÁRIA

A movimentação desta greve reaccionária é manipulada pelos chefes e directores de departamentos da CML ainda em funções e largamente comprometidos com o regime fascista, pelo que têm em curso processos de saneamento. Além disso, os reaccionários, promotores desta paralisação de trabalho, tendo à cabeça o tenente-coronel Maia Costa (vice-presidente da CA), chegaram a mandar os trabalhadores para as portas dos edifícios camarários alegando para tal, o facto de que as comissões de moradores e outras organizações populares tinham tomado a CML. Mas não ficaram por aqui os intentos reaccionários: para espalharem a confusão no seio dos 10 000 funcionários que ali labutam, divulgaram o boato de que os 26 000 contos destinados à construção de obras não prioritárias e que posteriormente passaram a constituir a base de capital para a edificação de diversos melhoramentos indispensáveis para os bairros lisboetas (esgotos, habitações, etc), iam ser cobertos pelo dinheiro destinado ao pagamento do 13.º mês aos trabalhadores!

A denominada «comissão de luta», tem por conseguinte vários objectivos:

- 1.º) Forçar a demissão dos membros progressistas da CA;
- 2.º) Afastar da Câmara os delegados de zona;
- 3.º) Impedir a criação do Conselho Municipal.

O que os elementos da «comissão de luta» não querem é a participação por parte dos órgãos de poder popular na gestão dos serviços camarários.

«Serão vãs as tentativas das forças da direita. As comissões de moradores, comissões de trabalhadores, sindicatos, os trabalhadores da CML e a população em geral saberão dar a resposta adequada a esta provocação reaccionária», realçaram os membros do Conselho Municipal no encerramento da Conferência de Imprensa.

Está também prevista para breve a realização dum grande plenário com todas as comissões de moradores da zona de Lisboa. Paralelamente, a Comissão Pró-Sindical da CML convocou para o

### COLECCÕES DO «AVANTE!» ENCADERNADO

COLECCÃO DO «AVANTE!» DE 1974 — 300\$00

COLECCÃO DO «AVANTE!» DA CAMPANHA ELEITORAL — 100\$00

À VENDA NAS LIVRARIAS «AVANTE!» E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!» AVENIDA SANTOS DUMONT, 57-2.º LISBOA

# informação

## O tamanho do PS

O «Boston Phoenix», é um semanário liberal dos Estados Unidos que se orgulha de não fazer concessões ao sensacionalismo. Por isso mesmo merecem atenção algumas revelações e opiniões contidas num longo artigo sobre a Revolução Portuguesa assinado por Sid Blumenthal.

O autor procura, através do que viu e ouviu, oferecer aos leitores do «Boston Phoenix» uma ideia da estratégia e da tática do Partido Socialista e dos apoios internacionais com que conta. Mostrou-se concretamente surpreendido pela simpatia com que os representantes do seu país encaravam o PS. Um alto funcionário da Embaixada americana declarou-lhe que os socialistas portugueses merecem confiança e seguirão «os processos estabelecidos». Ao sair de uma reunião realizada na Embaixada notou com surpresa que na mesa de um dos diplomatas com quem falara se encontrava uma cafeteira com o emblema do PS.

Outra fonte a que recorreu foi o jornalista Vítor da Cunha Rego, ex-chefe de gabinete do dr. Mário Soares durante os primeiros Governos Provisórios. Segundo Cunha Rego, o PS tinha apenas 227 filiados no dia 25 de Abril. A fraqueza do Partido Socialista nesse momento era tão evidente que enquanto publicamente assumia uma posição progressista tratava, nos bastidores, de elaborar uma estratégia que levou o dr. Mário Soares a avistar-se duas vezes em Washington com o secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Blumenthal revela pormenores sobre esses encontros, que ouviu de Cunha Rego. Kissinger — segundo escreve — ficou mal impressionado com o secretário-geral do PS e irritado pelo facto de ele não saber falar inglês. Em contrapartida confessou a Soares e Cunha Rego que Spínola lhe causara uma impressão muito favorável.

O artigo reproduz ainda outras informações do ex-chefe de Gabinete do dr. Mário Soares. Falaram largamente sobre a acção da CIA em Portugal. «Nunca li — declarou Cunha Rego — melhores análises da situação portuguesa do que as da CIA. São os tipos mais espertos que conheci até hoje.»

O jornalista americano estranhou a falta de confiança do seu informador não apenas no processo revolucionário, mas no seu próprio partido. «Daqui a um ano — disse a Blumenthal — se voltar, verá um desastre. Um desastre.»

**A reportagem do «Boston Phoenix» é de Outubro. Não foi ainda desmentida pela direcção do PS, que certamente não a desconhece, até porque transcrições da mesma já foram publicadas em Portugal. Teremos, portanto, de concluir que são exactas as informações contidas no artigo de Blumenthal. A inconfidência relativa aos «227 filiados» é particularmente arrelhadora. Para um partido que, por ter obtido mais votos do que os demais, se considera não apenas um «grande partido», mas «o maior» e pretende que o PCP não passa de um «pequeno partido», a revelação da sua real insignificância em Abril de 74 coloca o ex-chefe de gabinete do dr. Mário Soares numa posição de verdadeira ingrata. Esse desabafo vem confirmar que os votos não fazem partidos.**

Não menos interessante é a referência aos encontros com Kissinger. O povo português nada sabe efectivamente sobre os encontros que, logo após o 25 de Abril, o dr. Mário Soares, acompanhado do seu chefe de gabinete, manteve com o secretário de Estado dos Estados Unidos. Na altura, o dr. Mário Soares era ministro dos Negócios Estrangeiros. Resguardava-se com o sigilo diplomático. Mas, ante a afirmação de que falou com Kissinger como dirigente do PS e pediu o apoio dos EUA para a estratégia do seu partido, o silêncio do dr. Mário Soares — habitualmente tão solícito em desmentir jornais — é, pelo menos, pouco tranquilizador.

**Não terá a direcção do PS nada a dizer a respeito do artigo do «Boston Phoenix»?**

Quanto ao pessimismo do ex-chefe de gabinete do dr. Mário Soares, importa encarar-lo sob a sua perspectiva de classe.

A Revolução, para quem pensa como esse senhor, é um desastre. A contra-revolução é uma vitória. Certamente que o seu pessimismo se acentuou no domingo, com a grandiosa manifestação da classe operária.

## A PM é o povo fardado

Com os punhos erguidos, dezenas de milhares de manifestantes aclamaram no domingo em Lisboa a Polícia Militar. Uma semana antes a PM fora alvo de provocações no Terreiro do Paço durante a concentração promovida pelos partidos da burguesia. Decorridos oito dias, no Rossio, veio o desagravo: os trabalhadores, ao desfilar numa praça que a direita tem utilizado para palco de agressões e manobras reaccionárias, encontraram a PM no cumprimento da sua missão de vigilância revolucionária e saudaram os seus soldados, sargentos e oficiais com aplausos e vivas.

As forças progressistas deram assim uma resposta categórica à campanha de calúnias movida contra uma unidade cujos elementos têm demonstrado a sua fidelidade à Revolução.

O que está fundamentalmente em causa nos ataques desencadeados contra a PM de Lisboa é um conceito de disciplina. O conceito de disciplina da reacção. O sr. Sá Carneiro, os dirigentes do PS, os oficiais reaccionários, os ministros reaccionários, enfim todas as forças que se opõem ao avanço do processo revolucionário desejariam que a PM fosse hoje uma força repressiva, uma unidade que estivesse disposta a desempenhar o papel que no tempo do fascismo cumpria a polícia de choque e a GNR.

Como a PM está com os trabalhadores, como está com a Revolução, caluniam os seus soldados e chefes e pedem a dissolução do Regimento. A crítica referente à indisciplina é, porém, de todas, a mais ridícula. Só uma tropa altamente preparada e disciplinada poderia desempenhar com tal eficiência tantas missões sem fazer vítimas.

Como afirmou em entrevista a «O Século» o major Cucó Rosa, comandante da força operacional da unidade, «as outras forças da ordem quando intervêm, usam normalmente a força. A Polícia Militar, a maior parte das vezes, se não a totalidade, intervém em primeira instância através do diálogo. Dialoga com as pessoas, pergunta os motivos, tenta acalmá-las, dissuadi-las de actos irreflectidos, etc. Esta actuação tem grande influência sobre as pessoas, porque é o povo fardado que com elas fala e muitas vezes, a maior parte das vezes, compreendem, e cumprem as determinações que a PM dá, no sentido de desanuviar a situação».

É sintomático que os mesmos elementos e partidos que criticam a PM de Lisboa e exigem a sua dissolução são precisamente os mesmos que aplaudiram a criação do AMI e aplaudem essa organização nos primeiros reaccionários de «apoio ao VI Governo».

Domingo, as forças revolucionárias ovacionaram a PM e vaiaram o AMI. Os trabalhadores sabem quem está com a Revolução e quem a ameaça. Como afirma o major Campos de Andrade, comandante da PM, «o AMI só seria possível com um recrutamento de mercenários (...) Poderão constituir-se os quadros de uma força desse tipo, mas não vejo é como arranjariam soldados para comandar nessas funções».

Quanto à PM, é, realmente, o povo fardado.

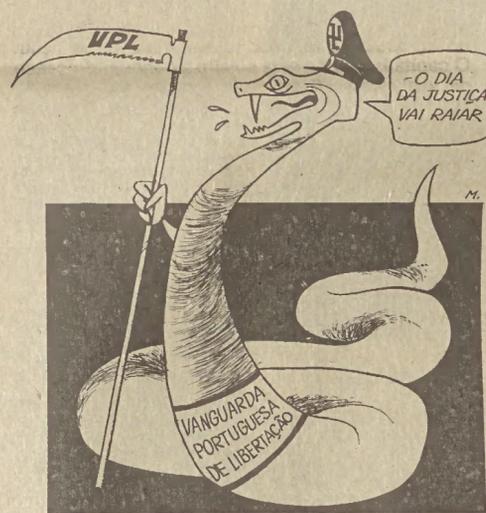
## A reacção pede a sabotagem e o caos

Do Brasil chega-nos mais um panfleto elaborado pela reacção. Poderia, também, vir de Espanha ou de França. Um panfleto da autoria de uma «Vanguarda Portuguesa de Libertação» — sigla de cobertura ou irmã gêmea dos ELPs e dos MDLPs. Um panfleto que exprime o ódio arrefeado de monopolistas e latifundiários à revolução portuguesa, que nos dá claro exemplo da imagem propalada por estes senhores entre aqueles a quem visam arremeter nas suas fileiras. Os servidores dos monopólios. A escória da sociedade, que o próprio capitalismo engendrou.

«O tempo das expectativas passou. O mundo de fantasias e ilusões adomado de cravos vermelhos, virou pesadelo de sofrimento, de desilusões e de dor — afirmam. Os 15 meses que se seguiram ao já famigerado «25 de Abril» foram de destruição, de ódio, de vingança gratuita, de caça às bruxas, de roubos, de delapidação dos dinheiros públicos, de empreguismo a amigos de peito e partidários, enfim, de humilhação moral e física de nossa Pátria (...) Profana-se a tumba dos mortos, viola-se a intimidade dos lares, destrói-se o passado e rasgam-se as páginas mais brilhantes de nossa História, como sendo possível construir com ódio e com vinganças».

O quadro pintado não passa de um somatório de injúrias sem sentido, só susceptível de ser apadrinhado pela pior reacção, pelos saudosistas do fascismo. As medidas preconizadas são, entretanto, particularmente significativas.

Não pagar impostos, produzir o menos possível, retirar as crianças das escolas, usar o boicote como primeira arma em todos os campos e em todos os sentidos, não enviar dinheiro para Portugal, não consumir produtos de origem nacional — tais são as principais direcções que a



sabotagem deve assumir, segundo o secretariado geral da «Vanguarda Portuguesa de Libertação». Os objetivos do esquema são nitidos. Visa-se atingir a revolução portuguesa num ponto fulcral — a economia.

Mas a VPL não fica por aí. E se os seus militantes se reduzem no fundamental — como é de esperar — a uns quantos monopolistas, latifundiários e seus sequazes, exilados por terra brasileira, venezuelana ou norte-americana, mais um ou outro possível apoio nacional, não seria grande a eficácia de tais métodos. Disso tem a VPL consciência. Ou talvez não. Na sequência da utilização da arma do boicote, promete — «Outras armas te serão rapidamente encaminhadas».

Com que «exército» conta a VPL? — «O Povo já pega de armas na mão. O Povo já se revolta. O Povo já clama por justiça e vingança. O Povo já escorraça os mercenários e lacaios que, como ratos em círculo de fogo, estão apavorados» — proclama-se. Alusão à escalada de direita nos órgãos de poder? Aos atentados do ELP? As manifestações reaccionárias?

Neste momento «povo» é uma palavra tão gasta que já não tem rosto, nem significado. «Povo» é tudo e todos. São «povo» os CDS e PPD que atacam a Polícia Militar no Terreiro do Paço. São «povo» os ELPs que atacam sedes de partidos e organizações progressistas (exprimem sentimentos «populares» contra as forças progressistas). São «povo» grupos históricos de retornados que lançam pedras e gritos pelas ruas de Lisboa. São «povo» os Melos e os Champalimaud. O «povo» da «Vanguarda Portuguesa de Libertação». O «povo» da reacção.

Um «povo» que conta com um exército muito particular. Feito dos que viveram à rica das obras dos monopólios. Da escória da sociedade, comprável com algum dinheiro (e a reacção dispõe de muito). De gente que participou em crimes inqualificáveis durante os negros anos da guerra colonial. E que foi especializada na repressão ao povo trabalhador em Portugal.

«O dia da justiça já vai raiar!» — grita-se no panfleto. A reacção embriaga-se com os seus próprios desejos, com o seu ódio à revolução. De há muito proclama — «Sou a hora!» Mas para que as suas ameaças não passem de histórica enenação, e se não transformem no massacre da revolução portuguesa, é imperioso que as massas trabalhadoras — o verdadeiro povo — barrem o caminho à escalada da sua agressividade. É preciso que a crise política que vivemos se salde na vitória da unidade das forças empenhadas no processo revolucionário, em avanços decisivos no caminho que rumo ao socialismo. Como o tem demonstrado em todo o curso do processo que nasceu com o 25 de Abril, o povo português está à altura de superar mais esta crise e avançar rumo ao futuro.

## Problemas «filosóficos» do imperialismo

«A Europa tem necessidade de Portugal, Portugal tem necessidade da Europa!» — esta a conclusão da professoral mesa-redonda realizada na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, com a presença de Henri Simonet vice-presidente da Comunidade Europeia.

O teor de toda a mesa-redonda apontava para um determinismo sem alternativas. Por fatalismo histórico, por fatalismo geográfico, Portugal é um país europeu. Um fatalismo que nada tem a ver com a vontade do seu povo. Um fatalismo que o prenderia, em absoluto e em definitivo, a uma determinada estrutura socio-económica — o capitalismo europeu — pelos vistos igualmente imortal. Porque Europa, para estes senhores, é a Europa capitalista. A Europa socialista é o Leste. Um Leste geográficamente indefinido. Um Leste que é mundo à parte. Tão arredado das realidades em que se movem os representantes da Comunidade Europeia, (ou pelo menos tão arredado dos seus desejos) que difícil se torna localizá-lo nos diversos continentes em que se divide o nosso planeta.

Das palavras de Henri Simonet, que discorreu muito «neutra e objectivamente» sobre a realidade portuguesa e a política de Europa capitalista em relação a Portugal — extrai-se uma gritante contradição. Portugal seria obrigatoriamente um país europeu, da Europa capitalista. Mas a CEE em nada nos tenta pressionar. Só que para nos aceitar no seu seio (onde pelos vistos nos teremos que integrar, quer o queiramos quer não) teremos que adoptar o esquema político das «democracias ocidentais». Uma simples questão teórica, de princípios. Um problema de «filosofia política», como nos diz o sr. Henri Simonet. Assim, ficamos a saber que «a ajuda económica fornecida pelo Mercado Comum a Portugal pouco tem a ver com uma eventual ajuda política a determinadas forças políticas portuguesas mas tem sim como objectivo a concreta solidariedade que a Europa dos Nove pretende estabelecer com todos os países europeus». Mas, simultaneamente, a condição principal para a integração na comunidade europeia é «o respeito de um certo número de princípios democráticos não somente por intermédio do voto mas também por intermédio do acto. Temos de fazer uma distinção entre os verdadeiros democratas e aqueles que se cobrem com uma capa de democratas para realizar e concretizar objectivos que têm muito a ver com um totalitarismo de direita ou de esquerda, mas nada têm a ver com a democracia. Nós, os democratas ocidentais, consideramos impossível que um Governo que não tenha como base uma democracia real, possa integrar o Mercado Comum, que é uma etapa para a criação de uma Europa política unida».

A afirmação de que Portugal pertence à Europa poderia ser um simples lugar comum, a abertura de um debate absurdo, vazio de sentido, se não tivesse adquirido, depois do 25 de Abril, um significado muito determinado. Não está naturalmente em causa uma definição geográfica. O que se discute é uma opção política. Os senhores que clamam pela necessidade de respeitar um pretenso determinismo geográfico ou mesmo histórico, fazem-no com objectivos bem determinados. A sua forma de divisão do mundo é patente. Haveria uma Europa, uma América do Norte e um Japão capitalistas — solidamente instalados como exploradores do trabalho dos seus respectivos povos e de todos os outros a quem lhe é ainda possível dominar — o terceiro-mundo, os países subdesenvolvidos, preferencialmente localizados na América Latina, Ásia e África. O mundo socialista é ignorado. É um mundo inimigo. Não tem espaço. Esta a ordem que deveria permanecer, ignorando embora a «mancha negra» do mundo socialista.

Um foco revolucionário surgiu no seio da Europa capitalista é por demais perigoso para se inserir nos planos do capitalismo europeu e mundial. Tanto ou mais grave que a chama que lavra pela América Latina, que as vitórias dos povos da Ásia, que a luta anti-imperialista e anti-colonialista nas terras de África. Um foco revolucionário na Europa — ainda que num país inegavelmente subdesenvolvido — atinge o coração do berço do capitalismo. Tanto mais quanto o nascimento desse foco revolucionário na Europa permitiu o nascimento antecipado de países profundamente progressistas em África. Países que serão exemplo para todas as outras nações africanas. O mundo sub-desenvolvido que se lhes escapa das mãos ávidas.

Assim, a Europa dos Nove, de aliança com o imperialismo americano, votou a sufocação das «velhades» revolucionárias do povo português. Para isso todas as armas são boas. E todos os «argumentos», por mais absurdos e descabidos. Porque quanto mais limitadas se tornam as possibilidades de certo tipo de armas, nomeadamente uma ofensiva externa directa, mais peso ganha a luta ideológica, a propalação de falsos slogans e teorias, a mistificação, o esvaziamento de conteúdo de fórmulas que exprimem o mais profundo querer dos povos. Hoje, é em nome da democracia e da liberdade, em nome da vontade popular, em nome do socialismo, em nome da defesa da revolução — que se defende de facto a inserção do nosso país nos esquemas da social-democracia da Europa dos Nove. Porta aberta para o fascismo.

Na mesa-redonda realizada na Universidade Clássica de Lisboa, afirmou-se, conclusivamente, que a Europa necessita de Portugal, e Portugal da Europa. Mas na Europa há várias Europas. A Europa dos exploradores. A Europa dos explorados. A Europa livre do mundo socialista. O que o sr. Henri Simonet não disse, mas o que de facto deveria dizer, é que a Europa capitalista necessita, vitalmente, de um Portugal ordeiramente submetido aos seus ditames. Como outrora. E que só a reacção portuguesa necessita dos apoios dessa Europa capitalista. Para o mundo progressista — e não somente para o europeu — a vitória do Portugal revolucionário, é um elemento importante da luta pelo seu próprio alargamento e fortalecimento. Quando a Europa dos Nove diz que Portugal tem — fatidicamente — que sujeitar-se aos seus ditames, pensa uma coisa bem diferente. Pensa que o fatalismo que invoca pode voltar-se contra ela própria. E significar o reforço de todas as posições revolucionárias, numa Europa que quer ver preservada da revolução.

- Actualmente o PS apoia calorosamente o ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, e não perde uma ocasião para criticar o major Costa Martins, ex-titular daquela pasta. Mudaram os tempos e as perspectivas. Há um ano, o dr. Salgado Zenha, então ministro da Justiça, manifestava a sua admiração pelo major Costa Martins, durante as próprias reuniões do Conselho de Ministros. «Eu tenho profunda admiração pelo senhor, major — dizia — é um herói da Revolução!». Agora, para o PS e para o dr. Zenha, o herói é o capitão Rosa. O Major Costa Martins passou à categoria de inimigo. Quem mudou?

- Segundo informa o «Jornal Português de Economia e Finanças», as «facções juvenis do PPD» prestaram uma significativa homenagem ao general Galvão de Melo. Será o ex-membro da Junta de Salvação Nacional também um adepto da «social-democracia» do sr. Sá Carneiro?

- Nas últimas duas semanas aumentou consideravelmente o número de anúncios de empresas imperialistas na imprensa «independente».

- Numa entrevista ao «Diário Popular» o sr. Sá Carneiro foi convidado a dar a sua opinião sobre o ELP e o MDLP. Furtando-se a uma resposta, declarou que «certos grupos militares» tendem a «caracterizar o MFA como um movimento de libertação» e a apresentarem «movimentos direitistas como o MDLP e o ELP como movimentos de libertação». Depois de colocar o MFA no mesmo plano em que coloca os grupos terroristas citados, o sr. Sá Carneiro afirmou que os portugueses rejeitam os movimentos de libertação «de qualquer sinal». Não havia na pergunta, saliente-se, qualquer referência ao MFA.

- Em diversas escolas do país — em particular escolas secundárias do Porto — destacando-se os liceus Garcia da Orta e Carolina Michaelis — têm-se vindo a registar cenas de violência, com espancamento, por elementos reaccionários, a que se juntam agora retornados, de estudantes progressistas, em particular militantes da UEC.

- O semanário sindical argelino «Revolution et Travail», publicou um artigo em que denuncia a permanente ingerência da RFA nos problemas internos portugueses, ingerência que se tem concretizado na chantagem económica e no apoio multiforme às forças reaccionárias portuguesas.

- Em longa entrevista ao «Jornal do Brasil», o dr. António Alçada Baptista (autor das «Conversas com Marcello Caetano»), insulta os jornalistas progressistas portugueses, qualificando-os de lupen-intelectualidade. Na sua opinião, o jornalismo de «boa qualidade» é feito por jornais «sem vícios antigos»: «A Luta», o «Expresso», o «Jornal Novo», o «Tempo».

- O dr. Balsemão, do PPD, ambiciona ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Sonha com uma vitória eleitoral do PPD, que consagraria um triunfo da reacção. Extraímos a «notícia» de um jornal «independente».

- Em Londres, por iniciativa da reacção britânica, estão a ser celebradas «missas pelo infeliz povo português». Portugueses fascistas, de visita a Inglaterra, choraram de emoção...

- Falando à televisão francesa, o secretário-geral do PS afirmou que o nosso partido conduz «uma política de conspiração contra a democracia para tomar o Poder pela força». E acrescentou: «Assim não nos entendemos». Por outro lado disse não acreditar na possibilidade de um golpe de Estado de direita. Mário Soares teme a esquerda. Mas está sossegado quanto à direita. De facto, «assim não nos entendemos».

- O «Tempo» manifesta sérias preocupações pelos pides presos em Alcoentre. Prede facilidades para as suas visitas e publica os «desabafos» das mulheres de dois desses cavalheiros «que nunca cometeram nenhum crime» (!!!)

- Na busca de «novas formas de luta», o PPD encarou uma que não tem nada de original. Mas é bastante significativa. Uma greve no comércio. «Se os operários podem parar eles também o poderão fazer» — disseram. Mas porque não tenta o PPD uma greve operária? Só conseguirá mobilizar comerciantes? Mas não é o PPD um «partido do povo»?

- Explicando a «lei da bicicleta» — importante lei revolucionária e histórica — Kiva Maidannik, investigador-chefe do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da URSS, especialista em História do Movimento Operário Internacional e em História dos países da Península Ibérica e da América Latina, presentemente em Portugal, afirmou: «Nas pausas o fascismo contra-ataca imediatamente no que a revolução soube e naquilo que não soube realizar», e acrescentou: «não se pode dominar a ameaça fascista pela moderação. Não se pode ir mais devagar (...) Sempre que se está avançando, não se cai».

- O patronato do sector da construção civil, face à vitória alcançada pelos trabalhadores, optou pelas posições provocatórias. No Norte ameaçam com o «lock-out». Em Lisboa, afirmam: «Fizeram greve. Agora vão ao Sindicato para lhes dar trabalho».

- Encontra-se em Portugal o chefe militar da NATO.

- Os trabalhadores da Cooperativa Agrícola Mouchão do Inglês e da Pré-Cooperativa Agrícola Quinta de S. João, de Alparça, denunciaram a falsa nacionalização da Companhia das Lezírias, pelo VI Governo Provisório e exigem a aplicação dos Decretos-Lei que regulamentam a Reforma Agrária. «Estamos fartos de ser enganados e roubados. Por isso, a terra não pode ser novamente paga pelo povo trabalhador, a terra é nossa, a terra é de quem a trabalha» — afirmam os trabalhadores da Cooperativa Agrícola Mouchão do Inglês.

- Uma das mais jovens cooperativas agrícolas do nosso país nasceu há pouco mais de um mês no Concelho de Sintra. A Cooperativa Popular de Produção Agrícola do Concelho de Sintra, reconhecida pela IRL na última semana, tem vindo a desenvolver um enorme esforço para trazer para a Reforma Agrária todas as terras incultas e todos os pequenos camponeses do concelho.

# informação

## Mais 400 prisões em Espanha

Quase duzentas pessoas foram presas desde o princípio do mês, em Espanha, numa das mais violentas campanhas da polícia desde a guerra civil espanhola de 1936-39. Desde 27 de Agosto passado, houve mais de 400 prisões.

Esta vaga de prisões tem sido classificada como de «prisões preventivas», e insere-se num conjunto de medidas destinadas a evitar qualquer reacção popular que — na sequência da morte de Franco — poderia vir a alterar a prevista trajectória da situação política espanhola: manter um franquismo sem Franco, amenzando as cores da fachada. No mesmo contexto se insere a autorização da utilização de idiomas regionais a nível local, não sendo entretanto mencionado qualquer auxílio do Estado para o seu ensino.

Num momento em que a repressão atinge, em Espanha, dimensões particularmente graves, o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, em entrevista concedida à revista «Newsweek», no fim da sua visita aos Estados Unidos, afirmou: «Estou optimista em relação à Espanha», manifestando a opinião de que a Espanha conseguirá evitar alguns problemas que neste momento afectam Portugal, ao passar do fascismo para a «democracia civil». «Enquanto em Portugal os militares continuam no Poder — acrescentou Olof Palme — a Espanha terá, depois da morte de Francisco Franco, um Governo formado por civis.»

«Os partidos políticos espanhóis estão desde há muito tempo preparados e organizados, podendo evitar muitos problemas que Portugal tem» — afirmou o primeiro-ministro sueco, manifestando seguidamente a esperança de que a Europa Ocidental continuaria a seguir uma política «numa via reformista» de esquerda, destinada a «resolver» as desigualdades sociais que atingem os países industrializados e que constituem.

Olof Palme — e pela sua boca a social-democracia europeia — manifestou assim a sua confiança em que tudo continue na mesma em Espanha, mudando-lhe as aparências. E afirma, na realidade, que é essa situação que agrada à Europa capitalista. Uma situação que a Europa capitalista se esforça ainda por alcançar em Portugal.

O optimismo de Olof Palme em relação à Espanha está a ser conseguido com centenas de prisões de antifascistas. A «via reformista de esquerda», que Olof Palme diz estar a ser seguida pela Europa para «resolver» as desigualdades sociais gritantes no mundo capitalista, salda-se no crescente desemprego, na inflação, na estagnação económica. O optimismo dos senhores da cimeira de Rambouillet em nada virá alterar esta situação. O capitalismo não está sujeito a nenhum processo de «salvação». E os projectos dos senhores do capital nada têm a ver com a melhoria da situação das massas trabalhadoras.

Nas declarações proferidas por Olof Palme em relação à Espanha é particularmente evidente a absoluta incompatibilidade entre os interesses dos povos e os interesses do capitalismo, mesmo quando se veste com os trajes enganadores da social-democracia. A absoluta incompatibilidade entre social-democracia e socialismo.

Os povos de Portugal e de Espanha não se deixam enganar com os cantos de sereia do sr. Olof Palme. Não lhes interessa um «socialismo» à sueca. Um «socialismo» que encara como positiva a evolução de uma situação que se está a basear na repressão das massas trabalhadoras.

## Agrava-se a crise do capitalismo

De entre as múltiplas facetas que se destacam na crise geral do capitalismo, uma surge com particular realce, não só pelas dramáticas consequências de que se reveste para as massas trabalhadoras, com pela constância do seu sistemático agravamento — o desemprego.

Na Grã-Bretanha, o número de desempregados alcançava, até 15 de Setembro, a cifra de um milhão e 249 mil pessoas, ou seja, 5,4 por cento da força de trabalho do país. Entretanto, o índice de inflação previsto pelas autoridades britânicas para Novembro (27 por cento) foi superado com dois meses de antecedência. Em 12 de Setembro era já calculado em 26,9 por cento.

No espaço de uma semana — entre fins de Agosto e princípios de Setembro — o desemprego sofreu um brusco aumento na Dinamarca. Sete mil desempregados somaram-se aos anteriormente existentes, perfazendo um total de 117 mil, o dobro do número registado em Setembro de 1974.

A Suíça — vulgarmente apresentada como exemplar «paraíso» do capitalismo, regista importantes aumentos de desemprego, para além do grande número de emigrantes igualmente desempregados.

No Canadá, prevê-se que o desemprego venha a afectar, em 1976, mais de 7,8 por cento da população activa, o que constitui um incremento do desemprego, em relação ao seu nível actual, de 7,3 por cento. A inflação prevista será de 11 por cento.

O problema da estagnação — e mesmo de recuo relativo — da produção, tem também ganho, como ponto crucial da crise, particular acuidade. No que respeita à indústria, é o sector siderúrgico o que apresenta um futuro mais incerto entre todos os ramos da economia dos países capitalistas industrializados.

A produção norte-americana de aço alcançou nos primeiros oito meses do ano um total de 82 milhões 709 mil toneladas, ou seja, menos 17,9 por cento da registada no mesmo período de 1974.

No que respeita à CEE — o mundo «democrático» europeu — a situação não é mais brilhante. De Janeiro a Agosto deste ano, a França registou uma baixa de 18,3 por cento na sua produção de aço, em relação a igual período do ano passado. No mesmo período de tempo, a baixa de produção de aço na Itália foi de 6,2 por cento.

No Japão, a baixa na produção de aço prevista para 1975 é de 13 por cento.

A indústria automobilística, grande consumidora de aço, registou também importantes baixas de produção. 30 por cento, em Agosto, na Grã-Bre-



tanha (em relação a 74). Encerramento temporário de algumas fábricas nos EUA.

Este o mundo «democrático», onde os partidos da burguesia querem, à força, manter um Portugal que deseja arrancar para o socialismo. O quadro não é alucinante. A realidade vivida — como bem o sabem as massas trabalhadoras portuguesas — ainda menos.

## Belize: a lei e o direito segundo o imperialismo

Nas vésperas da declaração de independência de Belize em relação à Grã-Bretanha, a intensificação dos preparativos bélicos por parte da Guatemala, que reivindica a posse do território daquele país, criou uma situação de conflito neste pequeno território da América Central.

A despeito dos desmentidos do Governo da Guatemala, que oscila entre a afirmação de que será utilizada a força para obter os seus objectivos, e a negação de quaisquer preparativos ou intenções agressivas, as tropas guatemaltecas, apoiadas por blindados, concentram-se na fronteira com Belize, enquanto se procede a uma mobilização geral no país. Por seu lado, os efectivos militares da Grã-Bretanha em Belize foram reforçados.

O movimento guatemalteco da extrema-direita — Movimento de Libertação Nacional (MIN) — mobilizou os seus quatro mil militantes para a eventualidade de um confronto armado. Significativamente, o principal dirigente do MIN, Mário Sandoval Alarcon, actual vice-presidente, é apontado como o principal responsável pela criação de grupos militares que, desde 1966, espalham o terror entre as massas populares guatemaltecas. Sandoval Alarcon fez recentemente uma série de visitas ao Chile, Uruguai e Brasil, para pedir o seu apoio à posição do Governo da Guatemala.

Entretanto, as forças progressistas da Guatemala já expressaram o seu desacordo pelas pretensões do Governo guatemalteco. Duas importantes organizações de massas da Guatemala, a Associação Geral dos Estudantes Universitários (AGEUS) e a Central Nacional dos Trabalhadores (CNT) emitiram um comunicado em que se pronunciam pelo direito à independência do povo de Belize.

A crise que se vive actualmente em Belize, e que afecta a América Central, nada tem a ver com os direitos ou os interesses do seu povo nem dos povos desta zona do continente. Nada tem a ver, tão-pouco, com os interesses do povo da Guatemala.

Não são os direitos dos povos, não é um problema de independência que está em causa.

A fronteira de Belize com a Guatemala é particularmente rica em petróleo. Até à data as únicas entidades que se dedicavam à sua exploração eram as companhias norte-americanas Chevron e Exxon, firmemente implantadas na Guatemala. As riquezas petrolíferas de Belize têm vindo a ser disputadas entre as multinacionais norte-americanas e inglesas. A Guatemala e a Grã-Bretanha discutem os «direitos legais e históricos» sobre este território. Na realidade, trata-se de uma batalha em que estão em jogo os interesses das multinacionais inglesas e americanas. A luta do imperialismo pela posse do petróleo. Uma luta de que se pretende manter arredados o povo de Belize e o povo da Guatemala. Para o imperialismo importam bem pouco a liberdade e a independência dos povos, a formação de novas nações. A agressão armada, como a criação de governos fantoches são seus expedientes normais. Só a luta das massas populares pode fazer frente à sua fome de lucros, à violência das formas de que a defesa dos seus privilégios com frequência se reveste.

## A solidariedade ao Chile e a volta da Anaconda

Dando continuidade ao processo de ampla solidariedade internacional com o Chile das massas populares, o Chile oprimido pela clique de Pinochet, realizou-se em Atenas a Conferência Internacional de solidariedade com o Chile. Nos diversos foros que tiveram lugar, dirigentes sindicais, juvenis, religiosos, mulheres e parlamentares dos países participantes na conferência examinaram a forma de contribuir para a luta pelo restabelecimento de um regime democrático no Chile. Organizações sindicais de mais de oitenta países exigiram que a Junta Militar chilena garanta o direito de organização sindical e declararam-se dispostas a empreender acções de boicote no fornecimento de armas à Junta. Numa declaração aprovada pela Conferência, os sindicalistas afirmam que promoverão uma ampla campanha entre a opinião pública mundial com o fim de denunciar e condenar os crimes da Junta fascista. É ainda exigida a libertação dos militantes e de todos os dirigentes sindicais, de todos os presos políticos, o fim da tortura e dos maus tratos, a supressão dos tribunais de excepção e uma amnistia geral.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Conferência, e em particular aos representantes do povo chileno, uma mensagem em que reitera o seu apoio, exprime a solidariedade de combate aos comunistas, aos democratas e às forças progressistas do Chile, manifesta a certeza de que a conferência de Atenas

contribuirá decisivamente para o reforço da solidariedade mundial com a luta do povo chileno pela democracia e pela liberdade.

Entretanto, no Chile de Pinochet, com uma inflação que se eleva a 350 por cento, 20 por cento da força do trabalho do país votada ao desemprego, uma dívida de 500 milhões de dólares, um dos consórcios mineiros norte-americanos mais poderosos do mundo — a Anaconda, expulsa do Chile pelo Governo de Unidade Popular — anunciou o seu regresso.

Os directores executivos da Anaconda, saídos do Chile em Junho de 1971, quando o Governo de Allende nacionalizou o cobre, sem indemnização, chegaram agora a acordo com a Junta Militar sobre um novo investimento na mineração e metalurgia. Oficialmente anunciou-se que esta multinacional participará em dez projectos em áreas diferentes.

O Chile volta a ser, para a Anaconda, a imensa fonte de lucro perdida. As taxas de rentabilidade anteriormente conseguidas alcançaram, nalguns anos, valores entre os 40 e os 50 por cento. Apenas com 18 por cento dos seus investimentos no Chile. A Anaconda chegava a ter ali 80 por cento do total das suas receitas.

A Anaconda voltou, com muitas outras multinacionais. Voltou sobre uma terra ensanguentada. Voltou para explorar mais e melhor, depois de ter conspirado com a clique de Pinochet, para que fosse limpo o terreno necessário. Voltou às costas do fascismo. As lutas da democracia burguesa são impotentes contra um povo que já provou a verdadeira liberdade. Ou o seu prelúdio.

A Anaconda voltou, baseada na grande conspiração que uniu as mãos do imperialismo e da reacção interna chilena, e aproveitou divisionismos e hesitações. Uma conspiração que é ameaça permanente sobre todos os povos que se lançam no caminho de uma verdadeira revolução:

## Solidariedade com o Uruguai

O Uruguai vive neste momento uma das maiores vagas repressivas sob o regime de Bordaberry. A operação foi desencadeada em fins de Outubro, sob a direcção do SIDE — serviço repressivo na dependência do Exército —, tendo atingido inicialmente uma centena de pessoas, na sua maioria membros do Partido Comunista do Uruguai, nomeadamente o camarada Alberto Altosor, destacado dirigente do Partido Comunista, membro do seu Comité Executivo.

Entretanto, a operação de fins de Outubro foi só o início da grande vaga repressiva. Mais de 400 pessoas foram presas nos últimos dias, e encarceradas em quartéis militares. Tem sido negada aos familiares qualquer informação sobre os locais em que se encontram presas, sendo igualmente vedada a entrega de roupas, comida e medicamentos. Montevideo foi o pólo da maioria das prisões.

Analisando as causas desta vaga repressiva, o Partido Comunista do Uruguai aponta o crescente isolamento do regime de Bordaberry, a publicação de um documento da Igreja em que é denunciada a repressão e a prática da tortura e a grave situação económica do país.

«Com efeito, sob o ponto de vista económico, o Uruguai está à beira da catástrofe — afirma-se num comunicado do Partido Comunista do Uruguai. Os factos a destacar são os seguintes:

1) Cresce o défice da balança comercial; a 20 de Setembro — a última cifra publicada — o défice ascendia a 136 milhões de dólares, o que deixa prever um défice anual de duzentos milhões de dólares;

2) Os meios governamentais parecem estar dispostos a proceder a uma grande desvalorização, enfraquecendo ainda mais o já desvalorizado peso uruguayo, para beneficiar a banca e os grandes latifundiários, e impulsionar algumas exportações;

3) Está na Europa uma missão do Governo e da Associação dos Bancos a fim de negociar novos empréstimos, enquanto o país se encontra já hipotecado com uma dívida externa superior a um bilião de dólares (29 milhões de contos);

4) Estes novos empréstimos não serão incorporados, tal como em 75, no processo produtivo, não vão alimentar uma economia depauperada. Destinam-se a cobrir obrigações exteriores e défices de tesouraria;

5) Como resultado, assiste-se à retracção do mercado interno. A pequena e média indústria, o pequeno comércio, são profundamente afectados por esta situação económica e, em muitos casos, encontram-se à beira da ruína;

6) Entretanto, aumenta o descontentamento no campo. Na entrevista com o ministro Aznarez, a Federação Rural fez notar que se não se tomam medidas urgentes, continuar-se-á a verificar a transfusão do que pertence aos produtores para as mãos... da banca privada, transformada numa verdadeira bomba de sucção da agro-pecuária em virtude... do equivocado esquema financeiro montado pela política económica do Governo;

7) Simultaneamente os trabalhadores lutam contra o abaixamento do seu salário real. Nas fábricas — apesar da repressão — conseguiu-se recolher mais de 70 mil assinaturas exigindo o imediato aumento de salários e em algumas empresas, nomeadamente na Frigorífico Artigas, foram efectuadas greves.

A realidade económica projecta em todo o país o fracasso da ditadura de Bordaberry e dos militares de direita que pretendem dar o seu golpe quando no primeiro semestre de 1973 os elevados preços da carne permitiam prever uma situação económica favorável. Assim, foi ensaiado um golpe demagógico, com o intuito de conseguir, em curto prazo, uma base social no campo, e entre a pequena burguesia, sectores com que a ditadura pensava obter um apoio de massas, aproveitando uma conjuntura económica positiva agitando o espantado do anticomunismo e defendendo a «ordem». Entretanto, no segundo semestre de 1973, a situação económica internacional piorou com a crise económica do capitalismo. (...) Hoje, Bordaberry constata que perdeu definitivamente a possibilidade de conseguir uma base de apoio de massas para a ditadura.»

• O aparelho policial militar da ditadura fascista do general Geisel sequestrou mais dois jovens comunistas: José Montenegro de Lima e Jaime Rodrigues Estrella Júnior, ambos dirigentes da Juventude Comunista Brasileira. Em apelo dirigido à opinião pública mundial, o camarada Luis Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, pede a todas as forças democráticas e progressistas internacionais «particularmente às organizações juvenis, que levarem a sua voz de protesto contra mais este acto de vandalismo do governo Geisel. A solidariedade internacional — afirma — que conseguiu libertar tantos jovens antifascistas chilenos e salvar tantas vidas das garras do fascismo, pode salvar também as vidas de José Montenegro de Lima e Jaime Rodrigues Estrella Júnior.»

• Os jornalistas Rodolfo Konder, Luis Weis, Jorge Duque Estrada, Anthony de Cristo e Paulo Markun, assim como numerosos estudantes presos há semanas pelo aparelho repressivo da ditadura brasileira saíram em liberdade. Entretanto, o estudante Miguel Trefaut Urbano Rodrigues continua preso, o que é interpretado em São Paulo como acto de vingança, por ser filho de um comunista português. O delegado Sérgio Fleury, chefe do «Esquadrão da Morte», interveio pessoalmente para dificultar as diligências tendentes à imediata libertação do jovem Miguel Urbano.

• Foi celebrado no estádio de Atenas, com a presença de cerca de 20 000 militantes, o 57.º aniversário do Partido Comunista Grego, legalizado o ano passado, depois de ter trabalhado na clandestinidade durante 25 anos.

• Um antigo agente secreto francês declarou, numa entrevista publicada em Paris, que a França tinha em tempos proposto à CIA o assassinio de Seku Touré.

• Falando perante a conferência da FAO, o ministro peruano da Alimentação pediu aos países subdesenvolvidos para realizarem profundas reformas nas suas estruturas nacionais, «única forma de aliviar a crise alimentar de que sofre parte da humanidade».

• A primeira Constituição de Cuba desde a Revolução de 1959, institucionalizando um Estado socialista, entrará em vigor em 24 de Fevereiro do próximo ano, após ter sido posta a referendo nove dias antes.

• A delegação do PAIGC não pode participar na reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Lourenço Marques, porque o presidente Mobutu não autorizou a passagem desta delegação pelo Zaire.

• William Colby, ex-diretor da CIA, defendeu no Congresso norte-americano, à porta fechada, a necessidade de levar a cabo acções encapotadas em Angola, para evitar que o MPLA governe o país.

• Aproximadamente seis milhões de habitantes da Alemanha Federal — o que corresponde a quase um décimo da população do país — são obrigados a viver com um rendimento abaixo do nível de pobreza oficialmente reconhecido na RFA.

• Foram proibidas este ano, no Brasil, mais de cem obras de literatura universal, «por incitarem à desordem pública». A censura brasileira conta com cerca de 400 especialistas.

• A Comissão de Curadorias da Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução pedindo a retirada imediata da África do Sul da Namíbia e aplicação de medidas para sancionar esta decisão. A resolução condena severamente a África do Sul pela sua persistente recusa em retirar da Namíbia.

• Durante o ano, mais de 100 000 trabalhadores estrangeiros perderam os seus empregos na Suíça e abandonaram o país. O desemprego atinge também os nacionais, e a situação agrava-se de mês para mês. No fim de Outubro havia mais três mil desempregados que no mês de Setembro.

• Cumpriu 17 anos de prisão o camarada Alfredo Alcorta, membro do Comité Central do Partido Comunista do Paraguai. Absolvido dois anos após a sua prisão, por um tribunal judicial, Alfredo Alcorta continuou preso por imposição das autoridades da ditadura do general Alfredo Stroessner.

• O cruzeiro acaba de sofrer a sua décima segunda desvalorização deste ano, em relação à moeda norte-americana.

• «O Governo da FRELIMO não sacrifica os seus princípios por dinheiro» — salientou o camarada Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, referindo-se ao facto de o seu Governo não abandonar os movimentos de libertação da África do Sul pelo facto de existirem laços económicos entre os dois países.

• O ministro da Saúde e Assuntos Sociais de S. Tomé e Príncipe, anunciou a nacionalização, sem indemnização, das grandes roças. As roças já pertencentes ao Estado são dirigidas por um técnico, um membro do MLSTP e um representante eleito pelos trabalhadores. Entretanto foi criado, por iniciativa dos trabalhadores, um Fundo de Reconstrução Nacional, registando-se já, nos campos, actividade laboral voluntária por parte de estudantes e funcionários.

• O semanário do Partido Comunista da Argentina, «Nuestra Palabra», adverte, em editorial, que o imperialismo norte-americano e os seus servidores locais apressam os preparativos de golpe de Estado para liquidarem a existência legal dos partidos políticos, especialmente do PCA, silenciar a imprensa progressista, impedir o funcionamento do Parlamento e paralisar o movimento operário.

• A imprensa dos países socialistas tem vindo a dar grande destaque à evolução da situação em Angola. A Tass, em comentário relativo a Angola, afirma: «a reacção internacional encontrou aliados em África, os quais não se contentam em pôr os seus territórios à sua disposição, como testa de ponte para a agressão, mas enviam também as suas próprias tropas para Angola».

# PASSA À FRENTE CAMARADA ANGOLANO!

**Destruindo os restos do passado, defendendo o que nesse passado era já o futuro, a República Popular de Angola tem pela frente a construção de um país cobijado pelas forças do obscurantismo e da miséria. Combatê-las, expulsar para sempre do seu território o imperialismo, é a tarefa indispensável a que o MPLA e todos os angolanos metem ombros com a determinação que sempre puseram na luta**

As estátuas do colonialismo desapareceram de Luanda. Ao lado dos pedestais vazios, com as cores do MPLA, que são as da República Popular de Angola, só um monumento ficou de pé: coberto de panos vermelhos, ergue-se (agora muito maior) no Kinaxixe, a *Maria da Fonte*.

Por que resistiu, entre tantos, esta estátua? Não foi apenas por ser a única que merecia um olhar por entre o mau gosto burocrático e agressivo do fascismo. Foi porque o Povo angolano e a sua vanguarda, o MPLA, entendem preservar e acarinhar tudo aquilo que o Povo português deixou de válido em Angola. Tudo o que não foi opressão, racismo e miséria. Tudo o que é símbolo de luta contra os exploradores.

A *Maria da Fonte* não foi erguida em Luanda com o objectivo de celebrar essa luta. Burocraticamente, aliás, nem tinha esse nome popular. Mas ganhou o direito de assistir à Independência angolana (coberta de vermelho) porque o Povo assim a conhecia: como a estátua da *Maria da Fonte*, como símbolo da liberdade e da luta de um povo irmão, que os angolanos souberam distinguir do colonialismo e do regime fascista.

Por sabermos distinguir é que o MPLA e o povo da sua pátria não esquecem os símbolos da opressão e dos crimes colonialistas. Saberão, pelo contrário, aproveitá-los para continuarem a educação revolucionária dos trabalhadores e de todo o Povo.

Como símbolos do colonialismo podem ser encarados também os imensos prédios da «cidade do asfalto». Desocupados muitos deles ilustram bem a sensação de vazio, o ar artificial e provisório que tinha, sobretudo nos últimos anos, a parte da capital onde predominavam os brancos. Ainda mais nítida do que no tempo do colonialismo, parece hoje a separação entre a cidade dos exploradores e a dos explorados: a cidade branca e os muçucos. Mas essa linha divisória, mais visível nestes primeiros dias da Independência, é um resto do passado, um resto que o colonialismo deixou e que depressa desaparecerá. Os prédios serão ocupados. A vida normaliza-se. Essa diferença bem nítida entre cidade europeia e cidade africana dará lugar ao que se anuncia nas ruas da «baixa», onde as «quitandelas» (vendedoras ambulantes) já não atravessam as ruas em pânico (como dantes sucedia mesmo que a viatura do branco estivesse a mil metros) onde os trabalhadores angolanos já não abandonam as ruas centrais à pressa, fugindo de um ambiente hostil e perigoso.

O povo angolano toma posse da capital do seu país. Habitado há séculos a viver segregado, separado, em autênticos «guetos», é natural uma certa hostilidade perante uma forma de vida que nunca foi a sua: a forma de viver de quem os oprimia. Por isso a linha divisória se mantém e só acabará quando os trabalhadores de todas as raças fizerem parte integrante da cidade, quando desaparecerem os bairros periféricos, os muçucos, que muito mais do que bairros de lata, eram formas de

segregação, resultantes de hábitos de explorar povos inteiros e de uma miséria programada pelo colonialismo, que nunca teve paralelo na Europa.

A cidade que crescerá nos muçucos não será construída pelos que dominavam a «cidade do asfalto». A exploração termina para o povo angolano que saberá pôr o conforto dos brancos ao seu serviço, ao serviço dos seus filhos, que terão as escolas, os hospitais, os equipamentos sociais que sempre lhes faltaram.

O povo toma posse da capital. Desapareceram por completo aquelas centenas de bares nocturnos, onde a corrupção era lei. A Rua dos Mercadores já não tem o ar de prostíbulo permanentemente repleto onde circulavam os dólares dos americanos de Cabinda. É hoje uma rua da «baixa» como outra qualquer. As cervejarias, os cafés, os hotéis que se mantiveram em funcionamento esperam agora outros clientes, incluindo sem dúvida aqueles brancos que voltarão a trabalhar em Angola, os que não recelam trabalhar num país livre ao lado de trabalhadores de outras raças com os mesmos direitos e deveres.

Dissimos que a diferença entre as duas cidades — a dos exploradores, e a dos explorados, que eram brancos também muitos deles — se acentuou nestes dias da Independência. Pode parecer estranho, mas é a verdade. A «cidade do asfalto» está morta em comparação com a vida da cidade enorme da terra vermelha. Por alguma razão todos os festejos da Independência se realizaram nos bairros africanos. Era lá onde a Festa tinha sentido. Era no muçucos Prenda, no Rangel, no Marçal, na Estrada da Brigada, perto da 7.ª Esquadra, da Casa da Reclusão, da Cadeia da Pide, no Bairro Operário, na Casa Branca, no Largo 1.º de Maio — locais onde sempre viveu e vive a imensa maioria da população de Luanda. A maioria que trabalhou por salários de miséria, a maioria que sofreu a diabólica repressão que se seguiu ao 4 de Fevereiro de 61, a maioria que ontem enfrentou em Luanda os bandos armados da FNLA e da UNITA, que enfrenta hoje todos os vendidos, todos os renegados que abrem as portas ao imperialismo. A maioria que hoje reunificará o seu país de Cabinda ao Cunene, expulsando os invasores, os mercenários a soldo da África do Sul, do Zaire e do fascismo português.

Quem da «baixa» subiu para a Cidadela, na tarde de 11 de Novembro, para assistir ao desfile que partiu do Kinaxixe, sentiu bem essas duas cidades, uma que morre outra que nasce, para darem uma só: a capital da República Popular de Angola.

E quem fala de cidades, fala de homens e de sistemas que os governam. Por isso, quando referimos linha divisória, temos sempre em vista o colonialismo português e os homens que verdadeiramente o sustentavam: os donos dos monopólios portugueses e estrangeiros, os grandes proprietários da terra em Portugal. Quando focamos um aspecto

à superfície não esqueçamos a substância que lhe serve de alicerce. Quando respiramos o ar da cidade não escondemos o clima que o gerou.

## A AGRESSÃO NÃO PASSARÁ!

O nosso Partido, para o qual a luta anticolonial foi sempre indissociável do combate mais geral do Povo português contra o fascismo e o imperialismo, teve uma recepção calorosa na capital angolana. Defensor consequente da solidariedade militante entre os povos oprimidos, o PCP, além da delegação composta pelos nossos camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política, e Francisco Miguel, do Comité Central, esteve representado também por trabalhadores de Angola, militantes e simpatizantes do nosso Partido que levaram ao Largo 1.º de Maio, à cerimónia da independência, uma grande faixa vermelha e uma bandeira do PCP, saudando o MPLA e o Povo angolano.

Na investidura do chefe do Estado, Agostinho Neto, o camarada Sérgio Vilarigues, ao falar em nome do «verdadeiro povo português» foi saudado com entusiasmo pela multidão e quem levou a palavra amiga dos trabalhadores portugueses de solidariedade para com a luta que prossegue em terras de Angola contra o invasor imperialista, contra o mesmo inimigo do Povo português.

Na altura em que as forças mais tenebrosas do imperialismo e do neo-colonialismo invadem o território angolano, o Partido Comunista Português denuncia claramente, ao lado do MPLA, os interesses que são objecto de cobijas e rivalidades entre poderosos grupos financeiros e monopolistas dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, África do Sul, que lançam ao assalto as forças mais reaccionárias e racistas de Mbutu e Spínola, de Holden e Sawimbi, com os mercenários do ELP e a escumalha dos gangsters internacionais a soldo da CIA.

Nos contactos que mantiveram em Angola, os membros do Comité Central do nosso Partido tiveram oportunidade de visitar os locais onde a FNLA e a UNITA, bandos armados a soldo da rapina imperialista, cometeram os crimes mais hediondos contra os trabalhadores angolanos, matando e chacinando populações indefesas, como sucedeu em Quiquandongo e nos muçucos de Luanda.

Falando com o comandante Hallonda, da FAPLA, responsável militar na frente do Cunene, os representantes do nosso Partido viram confirmadas muitas das informações já recolhidas em outros sectores, como seja a presença de soldados do exército colonial português que servem de pistoleiros às tropas sul-africanas no sul de Angola, as relações da UNITA com a SWAPO, um dos pretextos das tropas boers para invadirem o Cunene, para destruir Pereira de Mça e outras localidades, para prosseguirem a invasão a caminho de Moçâmedes, do Lobito e Benguela; as provocações da UNITA; as perseguições, as violências inauditas das tropas racistas de Vorster, o ódio persistente de quem deram provas, a destruição de Santa Clara; as centenas de vítimas; os encontros marcados a que os responsáveis da África do Sul não compareciam; as falsas declarações como «não temos nada contra o MPLA, vamos em perseguição da SWAPO e da UNITA»; as tentativas frustradas para capturar o comandante Hallonda; o material bélico poderoso de que dispõem as tropas invasoras; a determinação do MPLA em expulsar os invasores, em defender e politizar as populações; o papel do mercenário português Santos e Castro; a ameaça dos mercenários dispostos a «avançar até Luanda e... Lisboa»; a passividade criminosa do VI Governo; e a atitude revolucionária e coerente de alguns militares portugueses que apoiaram o MPLA nas terras do Cunene.

Os representantes do nosso Partido, que os camaradas da direcção do MPLA receberam como provas de estima fraterna e revolucionária, tiveram também oportunidade de verificar a determinação a todos os níveis com que os quadros políticos, os dirigentes do Movimento e os responsáveis militares da FAPLA levam a cabo as tarefas difíceis do dia a dia de um povo em guerra contra a agressão imperialista.

## «PRODUZIR É RESISTIR»

Na sede do MPLA, nos Departamentos de Organização de Massas (Regional e Nacional), na Biblioteca Popular «Nzinga Mbandi», na ex-cadeia da PIDE, nos ministérios, nos bairros e nas empresas, a palavra

de ordem «Produzir é Resistir» tem o eco necessário, a determinação quotidiana de um povo trabalhador empenhado em organizar-se na «Resistência Popular Generalizada, em Defesa das Massas Trabalhadoras».

Mas não basta lançar essas palavras de ordem. É preciso combater sem descanso as sementes que o colonialismo lançou na terra angolana. É preciso combater a herança de 500 anos de opressão «que se caracterizava fundamentalmente pela exploração desenfreada da força de trabalho dos angolanos», como lembrou recentemente o Primeiro-Ministro, camarada Lopo do Nascimento. É preciso lutar contra a destruição da cultura angolana, abafada nos seus aspectos criadores e substituída por uma maneira de viver que não era mais que a imagem da exploração de que os próprios angolanos eram vítimas.

Devemos exigir que todo o militante do MPLA seja a antítese dos exploradores, seja guiado por uma ideologia que defenda até à morte os interesses das massas oprimidas.

O Primeiro-Ministro Lopo do Nascimento, numa comunicação recente ao 1.º Seminário das Comissões Directivas do MPLA, declarava: «A medida que a nossa luta vai avançando e passando a fases superiores, os militantes que nela ganharam uma consciência revolucionária compreenderam que a organização é a principal arma do povo na sua luta contra a exploração. Na verdade, camaradas, é a organização do povo em formas correctas que torna as massas populares uma força invencível, em que a unidade ideológica é cimentada na unidade material. Todos nós sabemos que essa força organizada e coesa, guiada pelos princípios revolucionários não poderá ser travada pelos exércitos imperialistas. Mas para que o nosso povo possa resistir à agressão imperialista — sublinha o camarada Lopo do Nascimento — é necessário que ela seja de facto uma força organizada e coesa».

## DO NOSSO ENVIADO ESPECIAL ALBANO LIMA

As dificuldades existem e são de vulto. Mas grande é também a determinação de as vencer. «Muitos quadros fogem por se sentirem inseguros — declara ainda o camarada Primeiro-Ministro. Mas não basta que nos fiquemos por esta observação. Com efeito, parece-me que essa insegurança é fundamentalmente devida à falta de enquadramento político desses quadros, alguns dos quais são, até, angolanos. Ora, apesar de há muito tempo o nosso Movimento ter chegado à conclusão de que a nossa luta exige o recrutamento de muitos intelectuais, que deverão pôr os seus conhecimentos e experiências ao serviço das massas populares, e apesar de, também, estarmos a fazer um esforço para integrar um grande número de quadros, a verdade é que esse esforço foi insuficiente. E foi insuficiente porque aqui se reflectiram muitos dos nossos problemas de organização. Nós temos exemplos de quadros que, pelo engajamento da luta ao lado das massas trabalhadoras, se integraram perfeitamente no nosso combate e, após vacilações, resolveram ficar em Angola. Por isso estamos convencidos de que, através de formas organizativas correctas, poderíamos ter evitado a fuga de muitos quadros».

Na definição das tarefas que cabem, na fase actual da luta, a cada órgão do Movimento, na execução dessas tarefas com entusiasmo e honestidade, no estudo aplicado e constante, no reforço ideológico e organizativo, na estreita ligação às massas, na crítica e na auto-crítica, na punição severa de todos os que se afastam da justa linha revolucionária, na vigilância, na disciplina, o MPLA será a força decisiva que transformará a sociedade e aniquilará o inimigo.

Os sectores vitais da economia para o avanço da luta anti-imperialista serão protegidos, ao mesmo tempo que aumentarão os esforços para melhorar as condições de vida dos operários e camponeses. A sabotagem económica, venha de onde vier, será punida exemplarmente em julgamento popular. Serão combatidos todos os oportunistas que querem aproveitar em seu benefício as conquistas das massas populares.

O MPLA, os dirigentes do povo angolano conhecem bem os problemas que enfrentam e continuarão a enfrentar. As dificuldades serão vencidas com a participação das massas trabalhadoras e com o apoio e a solidariedade dos povos amigos do mundo inteiro.

# A LUTA ANTI-IMPERIALISTA TEM UM BALUARTE EM ANGOLA

**Enquanto o imperialismo mata e saqueia em Angola, a União Soviética manifesta ao povo angolano, ao MPLA e à nova República Popular o apoio internacionalista que sempre concedeu aos povos em luta pela libertação. A caminho da vitória, certa porque é do povo trabalhador, o MPLA constrói já a Nação livre e independente pela qual tombaram na luta contra o colonialismo tantos milhares de angolanos**

Como Estado independente e soberano e que está pronta a com ela estabelecer relações diplomáticas.

Espero sinceramente que as relações de amizade e cooperação se desenvolvam com sucesso entre a União Soviética e a República Popular de Angola, para bem dos povos dos nossos países, da paz, da democracia e do progresso social.

## A AUSTRERIDADE É PARA TODOS

Entretanto, entrava em funções o novo Governo da República Popular de Angola, de que fazem parte: Lopo do Nascimento (primeiro-ministro), José Eduardo Santos (ministro dos Negócios Estrangeiros), Henrique Carreira (ministro da Defesa), David Aires Machado (ministro do Trabalho), Mário Afonso de Almeida (ministro da Saúde), António Jacinto (ministro da Educação), Diógenes Boavida (ministro da Justiça), Nito Alves (ministro da Administração Interna), Carlos Rocha Dillolwa (ministro do Planeamento e Coordenação Económica), Maria da Conceição Vahekeny (ministra dos Assuntos Sociais) e José Filipe Martins (ministro da Informação). Como secretários de Estado foram nomeados: Alberto Bento Ribeiro (Comunicações), Augusto Lopes Teixeira (Energia e Indústria), Saydi Mingas (Finanças), José Victor de Carvalho (Pescas) e Carlos Fernandes (Agriculturas). As Obras Públicas, Habitação e Transportes ficam sob a responsabilidade do primeiro-ministro.

Reunido pela primeira vez, no dia 17, com a presença de Agostinho Neto, o Conselho de Ministros, entre outras medidas de austeridade económica, reduziu em 50 por cento o ordenado dos ministros, que passam a ganhar 25 mil angolanos, mais cinco mil que os secretários de Estado. As gratificações desapareceram, incluindo o 13.º mês.

Esta medida prova que os sacrifícios e a austeridade, que o povo angolano suportará, terão sempre o exemplo nos seus dirigentes que desse mesmo povo são parte integrante.

## A UEC E A UJC SAUDAM A JUVENTUDE DO MPLA

Cresce, entretanto, a vaga de solidariedade internacionalista da parte de numerosos órgãos da juventude popular, sindicatos, organizações de trabalhadores e estudantes, em Portugal, exigindo o reconhecimento imediato pelo VI Governo Provisório do Estado e do Governo da República Popular de Angola.

A União dos Sindicatos do Porto (Intersindical) saúda a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola) e repudia vivamente «aqueles que, defendendo interesses inconfessáveis, teimam em considerar em pé de igualdade os ELP's, Pides e lacaios do imperialismo com os verdadeiros libertadores do povo angolano».

No mesmo sentido se pronunciam os trabalhadores da CUF, da TOFA, 14 trabalhadores do «Jornal Novo», a Comissão de Moradores de Queluz e outros organismos populares.

A UEC (União dos Estudantes Comunistas) e a UJC (União da Juventude Comunista) saúdam, por sua vez, a heroica juventude angolana e a sua vanguarda, a JMPLA, que, «ao lado do seu povo e de armas na mão, deu tão importante contributo para o culminar vitorioso da primeira guerra de libertação nacional».

«É com profunda emoção e alegria — prossegue o comunicado conjunto daqueles organismos juvenis do nosso Partido — que nos associamos ao povo e à juventude irmã de Angola, nesta data histórica da proclamação da independência da sua pátria».

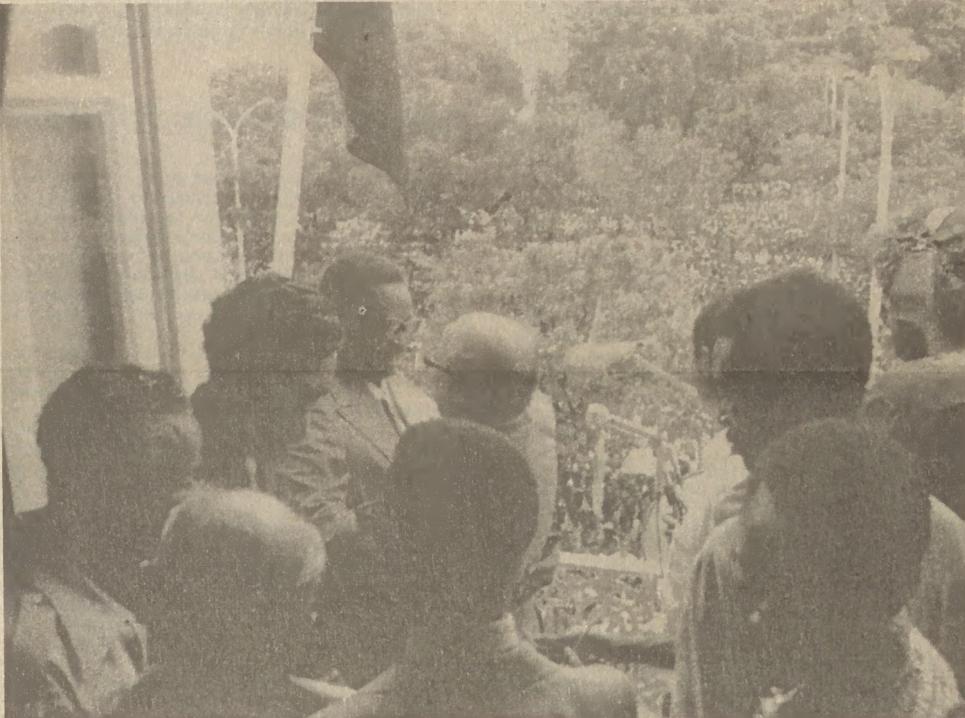
## AS FAPLA AVANÇAM

Confirma-se, entretanto, o avanço das linhas defensivas FAPLA sobre o Lobito, travando-se, próximo desta cidade e de Benguela, duros combates. A coluna invasora, que operava na região Caxito-Barra do Dande, foi repulsa com pesadas baixas, no dia 10, e refugiou-se no Ambriz. Novo Redondo continua em poder das tropas do MPLA que conquistaram posições muito próximas de Camabateia, localidade a 50 quilómetros da base aérea do Negage, ponto vital para o inimigo. As posições das FAPLA em Cabinda continuam sólidas, depois de rachaçada uma tentativa dos invasores com 19 blindados.

Na zona sul, as autoridades sul-africanas, ao mesmo tempo que se preparam para internar populações da Namíbia em campos de concentração, tomam medidas para criar aquilo a que chamam um «dispositivo de defesa» com uma terra de ninguém de 7 quilómetros de largura na fronteira com a República Popular de Angola.

Enquanto isso, o governo de Pretória impede a imprensa de publicar notícias relativas à invasão de Angola pelas forças militares sul-africanas. Na edição de sábado, o «Rand Daily Mail» trazia um espaço em branco na primeira página com a seguinte legenda: «Uma notícia sobre Angola que teria ocupado este espaço, não foi publicada porque a autorização exigida nos termos da lei para a publicação, não foi concedida».

Os agressores racistas do povo angolano recelam os protestos dos povos dos seus países, mas dizem que a imprensa se retrai e os mercenários que, para o «Sunday Express», jornal sul-africano, também, seriam, na sua parte, portugueses comandados por Daniel Roxo, o assassino de comandava tropas coloniais em Moçambique e que agora põem a sua sinistra carreira em Angola ao lado de tropas perniciosas da África do Sul.



Em Luanda, no dia da vitória, dois revolucionários abraçam-se: Agostinho Neto e Sérgio Vilarigues

# SAUDAÇÃO DO PCP AO MPLA

**Alcançado um dos grandes objectivos na primeira guerra de libertação do Povo angolano, o nosso Partido saúda o MPLA e deseja ardentemente que a grande nação africana se torne totalmente livre e independente**

Queridos camaradas:

Celebrando hoje a Proclamação da sua Independência, o povo angolano culmina vitoriosamente a sua primeira guerra de libertação nacional.

Com profunda alegria, o Partido Comunista Português associa-se inteiramente a esta histórica jornada e envia ao povo de Angola e ao seu legítimo representante e vanguarda revolucionária, o MPLA, as mais calorosas e fraternais saudações.

A data de hoje ficará assinalando um momento capital e uma radical viragem na nossa história. Ela assinalará também uma radical viragem nas relações entre os nossos dois povos, marcados por muitos séculos de sofrimento.

Foi através duma dura luta, iniciada a 4 de Fevereiro de 1961 de armas na mão, que o povo de Angola conseguiu vencer a sua primeira guerra de libertação, assegurar o domínio efectivo da capital e da quase totalidade do território angolano, proclamar a sua independência. Foi encabeçando com firmeza e heroísmo a luta contra o colonialismo português e contra as forças negras do imperialismo e do neocolonialismo, representadas por movimento fanfatos, que o MPLA se tornou a força dirigente do povo angolano. Apesar da resistência das forças reaccionárias e conservadoras em Portugal e das hesitações do governo português, será de mãos dadas, criando entre si novos laços, numa aliança forjada em muitos anos de luta contra um inimigo comum, que os povos de Portugal e de Angola avançarão para uma nova fase das suas relações.

Durante a sua luta de libertação, sempre o MPLA declarou que não combatia o povo português, mas sim o colonialismo português. A justa atitude do MPLA e a luta de amplas camadas do povo português e das suas forças revolucionárias contra a guerra colonial e contra o colonialismo, foram factores decisivos para que, apesar dos crimes da guerra colonial, conduzida pelo governo fascista português, e apesar também das manobras tendentes a perpetuar, sob novas formas, a dominação colonial, os nossos dois povos se sentissem unidos por uma fraternal aliança de combate, expressão do seu desejo duma sincera cooperação futura.

Os comunistas portugueses orgulham-se legitimamente de terem sido os primeiros a lutar em Portugal contra o odioso colonialismo português e contra a criminosa guerra imposta pelo fascismo português aos nossos dois povos. Apesar das perseguições, prisões, torturas, insultos e calúnias, sempre os comunistas portugueses, por todos os meios ao seu alcance, procuraram apoiar a justa luta de libertação do povo angolano, denunciando os crimes do colonialismo, chamando o povo português à luta pelo fim da guerra colonial, desmascarando manobras neocolonialistas, defendendo negociações com o MPLA, mobilizando o povo português em múltiplas lutas com esse objectivo.

A História comprovou a justeza da nossa posição e da nossa acção. Com a vitória da primeira guerra de libertação do povo angolano e com a proclamação da sua independência nacional realiza-se um dos grandes objectivos da nossa luta comum.

É uma grande vitória do heróico povo de Angola e da sua vanguarda revolucionária, o MPLA. É uma grande vitória também para todos aqueles que em Portugal, nas duras condições do fascismo, sempre lutaram contra o colonialismo e a guerra colonial. É uma vitória ainda do MFA, dos militares revolucionários, que derrubaram a ditadura fascista, instauraram em Portugal as liberdades, defenderam o direito à autodeterminação e independência dos povos submetidos ao colonialismo português. É uma vitória para o povo português, que, com o termo da primeira guerra de libertação do povo angolano e com a proclamação da sua independência, dá um novo passo para a consolidação da sua própria revolução, para prosseguir na construção de um Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Desejamos ardentemente que, senhor hoje dos seus destinos na maior parte do seu país, o povo angolano se torne totalmente livre e independente, consiga grandes êxitos no seu desenvolvimento, no plano político, económico, social e cultural, na construção de uma nova sociedade conforme com os interesses, aspirações e objectivos defendidos pela sua vanguarda revolucionária — o MPLA.

Desejamos ardentemente que, ultrapassadas possíveis dificuldades resultantes das hesitações do governo português, se estabeleçam e consolidem relações fraternais, profundas e sinceras entre os nossos dois países, na base da amizade e solidariedade, do interesse e respeito mútuos, da igualdade de direitos, da plena soberania, da não intervenção nas questões internas.

Pelo nosso lado, asseguramos que o Partido Comunista Português, tal como no passado e no presente, continuará no futuro a manifestar ao povo angolano e à sua vanguarda revolucionária, o MPLA, inteira solidariedade, tudo continuará a fazer para que as relações fraternas com o MPLA constituam uma forte e inabalável expressão da fraternidade e solidariedade de combate das forças revolucionárias e dos povos de Portugal e de Angola.

VIVA ANGOLA INDEPENDENTE!  
VIVA O MPLA, VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA DO POVO ANGOLANO!  
VIVA O POVO IRMÃO DE ANGOLA!

11 de Novembro de 1975.

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS